UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RODRIGO CAMARGO MORETTI

FUNDINHO, UM NOVO ANTIGO BAIRRO

sobre patrimônio e memória

UBERLÂNDIA
2OO9

RODRIGO CAMARGO MORETTI

FUNDINHO, UM NOVO ANTIGO BAIRRO
sobre patrimônio e memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social

Mestrado, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientadora: Jacy Alves de Seixas

UBERLÂNDIA
2OO9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M845f Moretti, Rodrigo Camargo, 1977-
Fundinho, um novo antigo bairro : sobre patrimônio e memória / Rodrigo Camargo Moretti. - 2009.
157 f. : il.

Orientadora: Jacy Alves de Seixa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História social - Teses. 2. Patrimônio histórico - Uberlândia (MG) - Teses. 3. Bairros - Uberlândia (MG) - História - Teses. 4. Cidades e vilas - Uberlândia (MG) - Teses. I. Seixa, Jacy Alves de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

RODRIGO CAMARGO MORETTI

FUNDINHO, UM NOVO ANTIGO BAIRRO
sobre patrimônio e memória

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social

Mestrado, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

Uberlândia, ____/_____/2009

Banca examinadora:

_____

Profª. Drª. Jacy Alves de Seixas
(Orientadora-UFU)

_____

Profª. Drª. Josianne Francia Cerasoli
(Examinadora-UFU)

_____

Profª. Drª. Elane Ribeiro Peixoto
(Examinadora-UEG)

UBERLÂNDIA
2OO9

Agradecimentos

À professora Jacy Alves de Seixas, agradeço a orientação precisa e o respeito.

Aos professores das Disciplinas da Linha de Pesquisa Política e Imaginário, agradeço ao Antônio de Almeida, por apresentar os conceitos sobre representação; ao Guilherme Amaral Luz pelas análises sobre retórica e persuasão; à Josianne Francia Cerasoli, pela leitura detalhada do meu projeto na banca de qualificação; à Christina da Silva Roquette Lopreato, por ter me alertado sobre *destilação* dos autores; à Karla Adriana Martins Bessa, pelo estímulo à pesquisa, e ao Lu de Laurentiz, por ter me apresentado à Karla e possibilitar meu ingresso na História.

Às professoras Luciene e Kátia que, por meio da disciplina "Historiografia", demonstraram os métodos de pesquisa em História.

Ao amigo Paulo Barroso por todas as correções.

Dedico este trabalho aos arquitetos historiadores

Resumo

O sentido do patrimônio urbano, na história das cidades, corresponde à ação de formar, constituir e proteger um conjunto de bens materiais e simbólicos, com intenção de preservá-los às futuras gerações, por meio do instrumento de tombamento ou processos intuitivos. No Brasil, depois de instituído o tombamento com o Decreto-Lei Federal n.º 25/1937, criou-se as noções de patrimônio histórico, monumento histórico e cidade histórica. Em Uberlândia, cidade mineira, cidade "não histórica", as arquiteturas mais antigas eram tombadas como patrimônio histórico. O lugar mais antigo da cidade passou a ser denominado de Fundinho, um bairro histórico. O objetivo desse trabalho foi estudar o Fundinho, entre as décadas de 1980-90, quando se iniciou claramente a criação de sua forma territorial sobre o núcleo urbano. Foi importante considerar os dois discursos e percursos do patrimônio: o de preservá-lo no tempo para alimentar a memória com as lembranças dos lugares e o de preservar o patrimônio no espaço para alimentar as arquiteturas como "lugares de memória".

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio; memória; história urbana.

Abstract

The sense of the urban patrimony, in the history of the cities, corresponds to the action of forming, to constitute and to protect a group of material and symbolic goods, with intention of preserving them to the future generations, through the “tombamento” instrument, or intuitive processes. In Brazil, after having instituted the “tombamento” with the Federal Law n.º 25/1937, grew up the notions of historical patrimony, historical monument and historical city. In Uberlândia, “mineira” city, however a city “no historical”, while the oldest architectures were tumbled as historical patrimony, the oldest place of the city passed to be denominated of Fundinho, a historical district. The objective of that work was to study Fundinho, among the decades of 1980-90, when began the creation, in his territorial forms, clearly on the urban nucleus. It was important to consider the two speeches and courses of the patrimony: the one of preserving it in the time to feed the memory with the memories of the places and of preserving the patrimony in the space to feed the architectures as "places of memory."

KEY WORDS: patrimony; memory; urban history

Lista das ilustrações

C A P Í T U L O – I

29 Figura 1 – Fotografia. Oswaldo Naguettini, posterior a 1943. Vista aérea de Uberlândia
29 Figura 2 – Pintura. Escola italiana, século XVI. Vista geral de Florença (detalhe)
31 Figura 3 (Figura 1) – Fotografia extraída do jornal Correio, 1988
34 Figura 4 – Fotografia, década de 1920. Igreja-Matriz Nossa Senhora do Carmo
34 Figura 5 – Pintura extraída do jornal Correio, 1988. Igreja Matriz de N. S. do Carmo
36 Figura 6 – Mapa. Patrimônio da Santa, 1856. Finalização da Igreja de N. S. do Carmo
36 Figura 7 – Mapa. Patrimônio de S. P. do Uberabinha, 1891. Instalação do Paço Municipal
38 Figura 8 – Mapa (detalhe), Jerônimo Arantes, 1989. Patrimônio da Matriz, 1856
39 Figura 9 – Mapa. Jerônimo Arantes, 1989. Patrimônio da Matriz de Uberlândia, 1856
41 Figura 10 (Figura 1) – Fotografia (detalhe). Oswaldo Naghettini, posterior a 1943
44 Figura 11 – Mapa. Cidade de Uberlândia, década de 1940. Abastecimento de água
51 Figura 12 – Fotografia. Osvaldo Naghettini, década de 1940. Avenida Afonso Pena
51 Figura 13 – Fotografia. Roberto Cordeiro, entre as décadas de 1950-60. Postal de Uberlândia
55 Figura 14 (Figura 1) –Fotografia (detalhe). Osvaldo Naghettini, posterior a 1943
58 Figura 15 – Fotografia. Roberto Cordeiro, década de 1920
Vista do Palácio dos Leões a partir do palacete de Osvaldo Naghettini
58 Figura 16 – Fotografia. Oswaldo Naguettini, década de 1920 . Vista do Palácio dos Leões
59 Figura 17 – Fotografia extraída do jornal Correio, 1986. Vista do Fundinho
59 Figura 18 – Fotografia extraída do jornal Correio, 1988. Vista do Fundinho
64 Figuras 19, 20 – Fotografia. Autor, 2008
Centro (antigo subúrbio), Rua Padre. M. Florindo esquina com Rua Abdala Haddad
64 Figuras 21, 22 – Fotografia. Autor, 2008
Centro (antigo subúrbio), Rua Gardênia esquina com Rua Abdala Haddad
64 Figuras 23, 24 – Fotografia. Autor, 2008.
Fundinho, Rua Vigário Dantas esquina com Rua Tiradentes
64 Figuras 25, 26 – Fotografia. Autor, 2008
Fundinho, Rua Vigário Dantas esquina com Rua Tiradentes
68 Figuras 27 – Postal, posterior à 1943. Obelisco à fundação de Uberlândia
69 Figura 28 – Fotografia. Autor, 2008 . Residência tradicional D. Adélia
69 Figura 29 – Fotografia extraída do jornal Correio, manchete de capa, 1988
História de Uberlândia começou no velho Fundinho
70 Figura 30 – Postal, 1986. Igreja Nossa Senhora do Rosário no distrito de Miraporanga
70 Figura 31 – Fotografia extraída do jornal Correio, 1985. Igreja N. S. do R. de Miraporanga
72 Figura 32 – Fotografia. Autor, 2008. Avenida Afonso Pena
72 Figura 33 – Fotografia. Autor, 2008
Avenida Floriano Peixoto. O Centro visto a partir do Fundinho

C A P Í T U L O – I I

84 Figura 34 – Fotografia. Marília M. B. T. Vale, 2008. Ouro Preto
84 Figura 35 – Fotografia, primeiras décadas do século 20. Estrela do Sul
89 Figura 36 – Mapa, planta cadastral, 1986.
Ruas proibidas de se construir o condomínio vertical
100 Figura 37 – Fotografia. Acervo de Oswaldo Naguettini, 1981
Arquitetura pertencente à família Naguettini
101 Figuras 38, 39 – Fotografia, do autor, 2007
Avenida Afonso Pena sem a arquitetura da família Naguettini
104 Figura 40 – Fotografia extraída do Jornal Correio, manchete de capa, 1988
Plantas são monumentos vivos da história da cidade
105 Figura 41 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1990. Igreja N. S. do Rosário
105 Figura 42 – Fotografia. Autor, 2008. Igreja N. S. do Rosário
105 Figura 43 – Fotografia. Autor, 2007. Oficina Cultural
105 Figura 44 – Fotografia. Autor, 2008. Oficina Cultural
106 Figura 45 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1982. Palácio dos Leões
106 Figura 46 – Fotografia. Autor, 2008. Palácio dos Leões
106 Figura 47 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1989. Coreto
106 Figura 48 – Fotografia. Autor, 2008. Coreto
106 Figura 49 – Fotografia, década de 1930. Casa da Cultura
106 Figura 50 – Fotografia. Autor, 2008. Casa da Cultura
108 Figura 51 – Fotografia. Autor, 2006. Parecer da Comissão de Legislação e Justiça
109 Figura 52 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1989. Fazenda (demolida) na zona urbana
109 Figura 53 – Fotografia. Acervo de Nilson Silva, 1997. Fazenda (demolida) na zona urbana
110 Figuras 54, 55 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1985
Praça Clarimundo Carneiro vista pela rua XV de Novembro
110 Figura 56. Fotografia. Autor, 2008
Praça Clarimundo Carneiro vista pela rua XV de Novembro
111 Figura 57 – Fotografia extraída do Jornal Correio, manchete, 1985
... comemorações que assinalam agora os 97 anos de emancipação política
112 Figura 58 – Fotografia e texto - extraídos do Jornal Correio, 1989
Arquitetura tradicional, local não identificado
112 Figura 59 – Fotografia extraída do Jornal Correio, década de 1960
Igreja-Matriz de Santa Rita
112 Figura 60 – Fotografia extraída do Jornal Correio, década de 1920
Igreja-Matriz de N. S. Do Carmo
115 Figura 61 – Fotografia extraída do Jornal Correio, manchete, 1988
Casa centenária localizada no Fundinho mantém características originais ...

116 Figuras 62, 63 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1988
Arquitetura eclética localizada na rua Mercedes esquina com a rua Augusto César
118 Figura 64 – Fotografia extraída do Jornal Correio, 1989
Moradores da Cel. Carneiro elaboram abaixo-assinado em apoio à prefeitura
119 Figura 65 – Fotografia. Autor, 2008. Praça Coronel Carneiro
119 Figura 66 (Figura 27) – Postal, posterior à 1943. Obelisco à fundação de Uberlândia
121 Figura 67 – Fotografia. Autor, 2007
Antigo prédio da Estação Rodoviária, atual Biblioteca Municipal
121 Figura 68 (Figura 5) – Fotografia extraída do jornal Correio, 1988
Igreja-Matriz N. S. do Carmo, sem data
122 Figura 69 – Fotografia. Autor, 2007
Fundinho, visto a partir da Praça Rui Barbosa (igreja do Rosário),
esquina das ruas Goiás e Bernardo Guimarães
122 Figura 70 – Fotografia extraída do jornal Correio, manchete de capa, 1988
A história voltada para a realidade atual
123 Figura 71 – Mapa. Fotografia aerofotogramétrica, 2004
Região central de Uberlândia, incluindo o Fundinho
124 Figuras 72, 73 – Fotografia. Autor, 2008. Duas cenas, dois Fundinhos
125 Figuras 74, 75 – Fotografia. Autor, 2008. Duas cenas, dois Fundinhos I
125 Figuras 76, 77 – Fotografia. Autor, 2008. Duas cenas, dois Fundinhos II
125 Figuras 78, 79 – Fotografia. Autor, 2008. Duas cenas, dois Fundinhos III
126 Figura 80 (Fig. n.º 39) – Fotografia. Autor, 2007
Fundinho, visto a partir da Avenida Afonso Pena esquina com a Rua Goiás
126 Figura 81 – Fotografia extraída do jornal Correio, manchete de capa, 1988
Uberlândia dos anos 20
127 Figura 82 – Fotografia. Roberto Cordeiro, data não identificada
Mapa da região central da cidade, incluindo o bairro General Osório
129 Figura 83 – Mapa. Uberlândia, 1994. Primeira proposta para delimitar o bairro Centro
129 Figura 84 – Mapa. Uberlândia, 1986. Primeira proposta para delimitar o bairro Fundinho
129 Figura 85 – Mapa. Fundinho, delimitação oficial, 1993
130 Figura 86 – Encarte publicitário, 2007. No Fundinho tem de tudo!
131 Figura 87 – Logomarca. Luciano M. Pena, 2005. COMPHAC – Uberlândia
131 Figura 88 – Mapa. Fundinho, 2003-2004. Guia Sei

Sumário

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO, MONUMENTO, CIDADE 23

1. Europa..... 23

2. Brasil, Uberlândia – região do Triângulo Mineiro 32

2.1. Patrimônio e igreja 32

2.2. Patrimônio e cidade 43

2.2.1. Projeto de expansão viária..... 43

2.2.2. Centro cívico..... 47

2.2.3. Código municipal de postura..... 61

2.3. Cidade velha, lugar de memória 65

CAPÍTULO II – PATRIMÔNIO, MEMÓRIA 74

1. Europa 74

2. Brasil, Minas Gerais 79

3. Uberlândia 85

3.1. Imaginação do lugar histórico 85

3.2. Lei municipal de preservação 91

3.3. Tombar ou não tombar 95

3.4. Patrimônio histórico 109

3.5. Bairro histórico 117

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 141

I N T R O D U Ç Ã O

> **Fundinho, mais vida nova com os edifícios apontados no céu**
> ... naqueles velhos tempos, ninguém imaginava que a pequenina São Pedro do Uberabinha seria um dia, a grande Uberlândia e que a parte velha da cidadezinha seria conhecida como Fundinho... O Fundinho hoje é uma das partes "chics" da trepidante cidade triangulina... (CORREIO n.º 123 de 05/11/1987, p. 2)

> Se a história é essa mistura de dados e de experiência, se ela se reconstrói pelo mesmo vaivém de inferências, por meio da qual uma criança constrói pouco a pouco sua visão do mundo que a envolve, nota-se qual é então, de direito, o limite da objetividade histórica: ela corresponde à variedade das experiências ... pessoais, que são dificilmente transmissíveis. (VEYNE, 1998: 126)

> A cidade é antes de tudo uma experiência visual. (BRESCIANI, 1998: 237)

O tema

A relação entre patrimônio e memória na cidade de Uberlândia, cuja história está registrada nos mapas, nos jornais, nas fotografias, na historiografia dos trabalhos científicos, nas lembranças pessoais, entre outras múltiplas formas de suportes da memória, constitui o tema desta dissertação. A cidade aqui é entendida como campo integrante e condutor dos discursos sobre memória e patrimônio intensificados e datados a partir de 1983, quando foi instituída, em âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Cultura e criados os novos cargos a serviço da cultura, atendendo, no mesmo ano de criação do Ministério da Cultura, as exigências nacionais. A escolha neste trabalho pelo Fundinho, núcleo urbano, primeiro centro religioso, comercial e cívico, justifica-se pela importância dada a ele como bairro histórico, em 1994, pelo Plano Diretor de Uberlândia, uma vez que nele se localizavam todas as arquiteturas tombadas como patrimônio histórico. Todas seguindo uma mesma tipologia construtiva, identificadas como eclética.

Neste ínterim, vale ressaltar, na produção local dos discursos do patrimônio histórico, os conceitos nacionais sobre esse tema. Isso possibilita uma visão, mesmo que parcial, das noções do patrimônio e da memória, que permanece, atualmente, em expansão.

A opção por apropriar-se do Fundinho como parte integrante da cidade, dá-se por este ser privilegiado pelos fatores social, econômico, cultural e urbanístico, entre todos os bairros existentes em Uberlândia. Emerge como possibilidade de conectar duas

naturezas distintas entre si: patrimônio e memória, muitas vezes demonstrados nos discursos locais e nacionais como sinônimos.

Na cidade, na década de 1980, quando uma arquitetura era identificada pelos meios de comunicação locais como histórica, na maioria das vezes inserida no Fundinho, pode-se observar - por meio das fotografias registradas naquele tempo, que entre os principais estilos arquitetônicos existentes no bairro - que a plasticidade e as formas visuais dos materiais empregados nas arquiteturas ecléticas prevalecem. Mas sabe-se que as arquiteturas existentes naquele período distribuíam-se em: tradicionais (madeira, barro e cal); ecléticas (consideradas modernas para a época, compostas das paredes espessas de adobe, esquadrias de madeiras e vidros coloridos, platibandas ornamentadas, escondendo as calhas de latão, varandas laterais e jardins frontais e laterais); neocoloniais e as arquiteturas com traços modernistas (assim consideradas pelo uso do concreto, colunas desprovidas de ornamentos, painéis decorativos e panos de vidros nas fachadas). Nesse aspecto, o patrimônio histórico arquitetônico referiu-se, pelo menos em se tratando da estética visual, ao tempo existencial e ao lugar inserido. E os processos de tombamento consistiram, em primeira instância, das escolhas, entre todas as arquiteturas ecléticas inseridas no bairro Fundinho, as mais exemplares.

Se a opção da dissertação fosse tratar a própria cidade na condição de objeto em si, dever-se-ia privilegiar as relações com outros temas, como as concepções de progresso; as relações entre centros, periferias e subúrbios; o papel e o pensamento dos principais agentes políticos. Isso implicaria outra abordagem. E se a opção fosse tratar, especificamente, o ecletismo empregado na arquitetura local, também haveria necessidades específicas para esse tema. Assim, a identificação dos discursos de patrimônio e memória e a compreensão das principais questões exigem aproximações, distanciamentos e rupturas entre esses temas. Somente foi possível fazê-lo com a conexão da materialidade do núcleo urbano de Uberlândia, no qual o Fundinho está inserido, ao patrimônio histórico e ao imaginário de centro histórico.

A quantidade de informações trazidas pelas fontes pesquisadas induziu aos recortes que possibilitaram a organização do trabalho. As opções foram inúmeras e privilegiou-se as considerações da banca de qualificação, em especial as da prof. Dra. Josianne Cerasoli, que propôs um olhar para as fontes que revelavam a instituição da vila, da cidade e do Fundinho como *discursos de fundação*. Discursos esses que fundaram a vila de São Pedro de Uberabinha, a cidade de Uberlândia e o bairro histórico Fundinho. Três discursos fundados sobre um mesmo espaço territorial.

Para uma reaproximação com o Fundinho como um *novo antigo* lugar, três ritmos de tempos são destacados: o primeiro, o nascimento da vila e da morfologia urbana; o segundo, a instituição da cidade, da regulamentação jurídica dos planos de expansão e das reformas urbanas e o terceiro, a criação dos limites do centro histórico e do regime para construir, reformar e demolir nessa zona especial de proteção urbana. No entanto, esse recorte físico, geográfico e simbólico tem que estar submetido às temporalidades específicas do desenvolvimento urbano da vila, da cidade e do Fundinho. Além dos processos de modernização sofridos nesse espaço que, durante a história de Uberlândia, atrelou a vila à cidade, a cidade antiga à cidade nova, o centro histórico ao centro comercial e, por que não, a cidade nova que segue em expansão e a cidade velha, que fica e se renova, ou mesmo a região da cidade progressista sempre à frente e a região da cidade localizada aos *fundos*, no *fundinho* da cidade nova. A orientação impressa na pesquisa ateve-se às múltiplas narrativas urbanas em que os documentos, à exemplo das arquiteturas, praças, ruas e avenidas, representaram as noções de patrimônio e memória.

No contexto de Uberlândia, consideraram-se os eventos: a intensificação da especulação econômica e imobiliária da década de 1980, as demolições dos antigos casarões no Fundinho para a construção dos condomínios verticais e as constantes reformas para adequação aos novos usos das arquiteturas remanescentes do nascimento da vila e da cidade. Eles redesenhavam novas paisagens urbanas e novos mapas mentais eram formados nas lembranças individuais e coletivas, tendo na duração do espaço o elo entre o patrimônio e a memória. São nesses limites que a dissertação pode ser expressa: a preservação do patrimônio arquitetônico na memória nutre as lembranças dos lugares e a preservação do patrimônio arquitetônico no espaço alimenta os lugares de memória. É sobre o patrimônio em suas relações com a memória, com a arquitetura e com o Fundinho que o presente trabalho foi construído.

Os problemas

Além de participar da estrutura histórica dos sítios urbanos, a forma dos lugares é o seu principal veículo de comunicação, pois é o meio pelo qual os indivíduos deles tomam consciência. E assim como é indispensável considerar a articulação entre patrimônio e memória, quando se trata de preservação dos bens culturais, deve-se entender esses dois conceitos como processos cognitivos: justifica-se a preservação dos bens para que outros indivíduos os conheçam e tenham a possibilidade de construir sua

história social por meio de tais símbolos. Assim, o Fundinho sob proteção é um bem simbólico que participa ativamente da formação da memória social.

O Inventário e as Diretrizes Especiais de Uso e Ocupação do Solo do Fundinho, realizados pelo Laboratório de Projetos e Design da FAURB-UFU, a pedido da Prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, no ano de 2005, associaram a complexidade do bairro ao bem cultural (datação dos monumentos, eixos de formação do núcleo original, dos usos antigos, da implantação de elementos novos, das áreas historicamente ligadas ao poder, ao comércio, etc.); aos problemas que envolvem o seu tratamento urbanístico (afastamentos e altura das edificações novas, imagens de trânsito, sinalizações, fiação elétrica descaracterizações.). O diagnóstico do Fundinho revelou diversas particularidades dos espaços e orientou que o caminho da descoberta dessas características deve passar, necessariamente, à finalidade da conservação do que se elege como patrimônio histórico para atestar as razões de sua excepcionalidade. A análise das *diretrizes especiais* apresentou-se como possibilidade de estudar os processos que compõem a história, a cultura visual do Fundinho e seus elementos simbólicos. E, apesar de parcialmente descaracterizado ao longo dos anos, o bairro ainda preserva algumas das características originais e testemunhos arquitetônicos e urbanísticos da história da cidade. Além disso, contém instalações de diversos setores artísticos, como galerias de arte, ateliê de artistas plásticos e artesãos, escolas de dança e teatro, a Oficina Cultural que desenvolve intensa atividade junto à comunidade, e dois dos museus da cidade: o Museu Municipal e o Museu Universitário de Arte.

A apreensão desta pluralidade foi auxiliada pela multidisciplinaridade, proporcionada pelo Programa de Pós-Graduação em História, especialmente pela Linha Política e Imaginário a que este trabalho está vinculado. Discutindo a história do presente, na relação entre ciência e sociedade, entre fato produzido e fato comunicado, CHAUVEAU e TÉTART (1999) interrogam a história, a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicitação e de sugestão para melhor conhecer seu funcionamento e assegurar-se de sua validade. A história permite-nos reconstruir o universo que se fez presente na configuração inicial da cidade de Uberlândia (atual Praça Cícero Macedo) e, conseqüentemente, do Fundinho, porém, de forma parcial. Reconhece-se que a reconstrução total, idêntica, de um contexto ou configuração trata-se de uma tarefa utópica. Nesta pesquisa, essa reconstrução foi considerada como limite da objetividade histórica.

Nesse sentido, usando como fundamento a exposição do patrimônio na relação memória/espaço/tempo, assegurada pelas evidências, quais valores conservaram-se desde a sua instituição na cidade, quais se romperam e quais foram renovados? Quais discursos verbais e/ou visuais identificam o patrimônio como efeito de sentido e o patrimônio como efeito de lugar? Existiu uma imagem histórica na década de 1980 para Uberlândia? Por que algumas arquiteturas são preservadas enquanto outras são demolidas? Quais relações mediadas pelo movimento preservação/destruição são possíveis estabelecer entre a propriedade territorial urbana de direito público e a de direito privado? Em que condições políticas o Fundinho foi criado? Eis os primeiros problemas.

M e m ó r i a, h i s t ó r i a

Certamente, para a obtenção das respostas às perguntas formuladas, a pesquisa utilizou fontes e métodos por vezes não usuais na história tradicional. Alinha-se assim, aos conceitos que formataram a nova história. Peter Burke, no livro *A Escrita da História: novas perspectivas* (1992), diz-nos que os problemas para os novos historiadores são os das fontes e métodos. Para fazer novas perguntas sobre o passado há necessidade de escolher novos tipos de fontes para ampliar os documentos oficiais.

A Nova História, alterando e ampliando a forma tradicional de se abordar o passado pela narrativa dos acontecimentos pelos aspectos políticos, abrange várias leituras interligadas e tramadas. Diferentes objetos, tempos, métodos e fontes permitem a construção de "várias histórias", como a história social, história cultural, história material, história das mentalidades, história econômica, história regional e história urbana. Desta maneira, as bases informativas desta pesquisa foram constituídas por meio dos documentos oficiais das atas e processos da Câmara Municipal, dos jornais, fotografias e mapas, do acervo científico produzido por diversos pesquisadores relativo à cidade de Uberlândia e ao Fundinho, além das intuições, obtidas pela observação direta do Fundinho. Apostou-se aqui no método indiciário em busca de pequenos vestígios para conceber outras imagens mentais, outras histórias.

Por ser a face de sua história urbana, a imagem visual dos lugares apenas se mostra consistente quando a associamos a um modo de investigação abrangente, que é o método histórico. Ele explica o processo pelo relacionamento entre as etapas específicas de cada período, permitindo que se revele o percurso das transformações das estruturas urbanas e quais traços subsistiram ou desapareceram. Logo, as análises dos mapas da

cidade e do Fundinho foram indispensáveis ao método histórico simplesmente porque a história dos homens é espacial. Assim, a análise do desenvolvimento urbano do núcleo da cidade desvendou algumas facetas dos patrimônios, tendo-se claro que a imagem visual deles sempre aderiu ao tempo da memória. O Fundinho não é um cenário, mas um processo, não é um objeto concreto, mas um conjunto de atributos, não é uma situação única, mas uma série de situações referidas cada qual a certo momento histórico.

A memória, aliada ao espaço, referida aqui como mapa mental, possui caráter ativo de conservar certas informações, reenviando-nos as lembranças representadas como passadas, a fim de atualizá-las no presente. A memória de um lugar é um momento de ação, pois mobiliza as lembranças individuais e coletivas relacionadas aos acontecimentos do presente, reinstalando os acontecimentos do passado em um encontro fortuito entre presente e passado. Assim, a memória produz um lugar que não lhe é próprio, pois a inscrição na memória dos fatos relembrados é impressa no espaço.

Maurice Halbwachs (1990:133) enfatiza que o meio material exerce grande influência nos grupos sociais:

> quando se expulsava os senhores e os religiosos de Port-Royal, nada era feito enquanto não se tivesse demolido os edifícios da abadia, e enquanto não tivessem desaparecido os que deles conservavam a lembrança. Assim, se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva.

A destruição da arquitetura significava ruptura na memória coletiva, no desenvolvimento urbano e na sociedade. A destruição da arquitetura, num sentido simbólico e efetivo, modificava as relações dos homens com o espaço edificado da cidade porque a arquitetura contém elementos estéticos que representam o poder.

HALBWACHS (1990:132) nos pergunta: *por que nos apegamos aos objetos?* E responde:

> não estávamos errados ao dizer que os objetos em torno de nós são como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos ... e se nos cansarmos de um móvel ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem.

Jacy Alves de Seixas (2001:97) relendo a obra de Halbwachs, principalmente *Os quadros sociais da memória (1925),* repensou *a legitimidade de sua tese central, a de que a memória significa fundamentalmente reconstruir o passado a partir dos quadros*

sociais do presente. O fundamento da memória social halbwachiana é de que ela parte do presente em direção ao passado, perpassa a memória individual, reconstrói o passado, mas não se confunde com as lembranças individuais. Em Halbwachs, o sujeito da memória é sempre a sociedade. Quem lembra é o social no indivíduo. Halbwachs entende a memória individual como efêmera, descontínua, frágil, não confiável, sendo impossível assim lembrarmos a partir do "eu" individual.

A cidade não tem história ou lembranças próprias como têm os homens. A cidade é um vestígio onde coexistem diversas memórias emanadas e materializadas pelo homem, lembradas ou esquecidas. Nesse raciocínio, o pensamento de Halbwachs diverge do de Henri Bergson (1990:18) que afirma que a memória é formada pela percepção que fazemos do nosso próprio corpo e a nossa representação em relação ao mundo. Essa noção filosófica de memória estabelece a diferença de natureza entre matéria e percepção da matéria, ou imagem e imagem do nosso corpo. Assim, *a matéria torna-se algo radicalmente diferente da representação*, porque representar já é um ato da memória e a memória é a essência humana.

O fundamento essencial da memória, se arrancado dos domínios humanos, em última instância, seria a remissão de Halbwachs em relação à cidade dos homens por ressaltar mais as questões da memória coletiva dos espaços do que as sensibilidades individuais. Halbwachs (1990:134) escreve: *por isso que o efeito de agitação que abala a sociedade em alterar a fisionomia da cidade atenua-se quando passamos àquelas categorias do povo que se apega mais a pedras do que aos homens*.

Halbwachs (1990:135,137) opõe rigidamente a memória coletiva à memória individual:

> casas e muralhas persistem através dos séculos ... e permanece impassível, porque ... é a passividade dos homens que reforça a impressão que resultava das coisas.
>
> o que um grupo fez outro pode desfazê-lo. Mas os designos dos antigos homens tomaram corpo dentro de um arranjo material, quer dizer, dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem.

Nesse sentido, " a impressão", "o arranjo material", "a coisa", "a imagem", são expressões conferidas por tudo que é externo ao homem, por tudo que vem de fora dele, obtidas por meio do poder do espaço.

Escreve Halbwachs (1990:143):

> não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca

Retomando a noção de memória de BERGSON (1990:21,77,59), entende-se que *a interioridade e a exterioridade não são mais que relações entre imagens,* ou seja, a fusão entre a percepção que o homem tem de si mesmo e o espaço refletido pela sua ação criam um movimento ininterrupto realizado pela memória em função do tempo; sendo *assim, a dupla operação da memória faz com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela*. Entre a representação de um objeto ausente e percepção do objeto presente estão os fios da memória.

Para BERGSON (1990:59), *as imagens percebidas subsistem, mesmo se nosso corpo desaparecesse*. A propriedade vital do espírito e da memória é recolocada em seus devidos lugares, revelando que a memória também existe fora de nós, mas sua formação, necessariamente, depende de nossa ação preparada por nosso corpo, pensamento este estranho para Halbwachs.

Enquanto BERGSON (1998:75) postula que as *questões relativas ao sujeito e ao objeto, à sua distinção e à sua união devem ser colocadas mais em função do tempo do que do espaço*, HALBWACHS (1990:90,92) imagina que *a natureza deixa cada vez mais à sociedade o encargo de organizar a duração, ... um tempo social ao qual as divisões impõem-se às consciências individuais*.

A concepção de memória em HALBWACHS (1990:143) volta-se mais às questões espaciais, como um "quadro social" da memória, pois *é sobre o espaço que nosso pensamento deve fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança.* A concepção de memória em BERGSON (1998:179) fundamenta-se mais nas questões subjetivas e sua relação com o tempo, consideradas também como memória as *lembranças impotentes, ou seja, inconscientes.*

Para Halbwachs (1990:159)

> ... os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é baseando-se neles ... que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se eternizar e de durar: esta é realmente a condição da memória. ... Em outras palavras, há tantas maneiras de representar o espaço quanto sejam os grupos.

Em relação às *tantas maneiras de representar o espaço quanto sejam os grupos*, SEIXAS (2001:96) afirma:

> ... os sujeitos dos *direitos* e *deveres de memória* contemporâneos, fenômeno desconhecido de Halbwachs, foi admiravelmente intuído por ele quando nos fala da tendência à pluralidade das memórias coletivas, da diversidade das memórias sociais.

Assim, os mapas mentais em que se apóiam as memórias se transformam na medida em que os lugares da cidade são redesenhados e na medida em que os grupos sociais se alimentam dos vestígios do passado, reconstruindo suas memórias no presente, a partir do passado e dos "lugares de memória". A expressão "lugares de memória" foi cunhada por Pierre Nora em 1984.

SEIXAS (2001:40) afirma que Pierre Nora

> apropria-se das idéias básicas de Halbwachs – a oposição que estabelece entre memória individual e memória coletiva, e, sobretudo, entre memória coletiva e história. ... Em suas reflexões sobre memória e história, Pierre Nora as oporá ainda mais radicalmente.

Na ótica de Pierre Nora (1984:8-9), a oposição contemporânea entre memória e história é entendida nos seguintes termos:

> fala-se tanto em memória porque ela não existe mais... Há locais de memória porque não há mais meios de memória... Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória vencida pela história.

A "verdadeira" memória para Nora é a memória historicizada. Só são lugares de memória, porque apontados pela história. Dando continuidade,

> os lugares de memória são, antes de tudo, restos ... nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA:1984, 12)

Acredito que a memória não se pendura em lugares – ao contrário do que afirmaram Halbwachs e Nora –; a memória, no máximo, os pode evidenciar, produzindo um lugar que não lhe é próprio.

Os lugares de memória e sua relação com o patrimônio urbano (ruas, avenidas, praças e arquiteturas) são revelados, com efeito, nos sentidos estético, simbólico e

funcional. É estético por seu conteúdo visual revelado pelas ruas, avenidas, praças e arquiteturas; simbólico por sua apropriação que caracteriza a experiência vivida das pessoas; funcional pelo uso e desuso que dão sentido aos lugares, se novos ou antigos. Como disse Halbwachs, quando cansamos de algo é como se ele envelhecesse. Dando continuidade a esse pensamento, os objetos e os espaços envelhecem assim como nós envelhecemos e a diferença essencial está na duração das coisas e de nós mesmos. Assim, a relação entre a duração do patrimônio urbano e o lugar de memória é a temática dessa dissertação.

Patrimônio e memória

Este trabalho investiga os percursos do patrimônio relativos às obras de modernização urbana de Uberlândia. Tradicionalmente, a designação de patrimônio no século 19, quando Uberlândia era vila, vinculava-se às propriedades religiosas reconhecidas por Patrimônios da igreja-matriz. A transição da vila à cidade revelou os processos de transferência do patrimônio da igreja ao município e foi instaurado, em 1888, com o nascimento da cidade. Assim, o lugar antes reconhecido por patrimônio da igreja passou a ser denominado por patrimônio urbano do município.

O núcleo urbano de Uberlândia, com a primeira expansão viária, aos poucos materializada nas primeiras décadas do século 20, passou a ser denominado oficialmente de bairro General Osório e a região expandida de bairro Centro. Como já foi revelado, a expressão cidade velha referia-se ao antigo núcleo urbano, ou bairro General Osório, e a cidade nova ao novo centro urbano, ou simplesmente bairro Centro.

Maria Stella Bresciani (1998: 238) nos diz que:

> a permanência das formas do traçado urbano e das edificações, ou mesmo da rápida transformação, fazem da materialidade dos núcleos urbanos um suporte da memória, recorte preciso com contornos apreensíveis, capaz de orientar o conhecimento ou o reconhecimento dos que por elas passam ou nela moram.

Nesse pensamento, as ruas e arquiteturas conservadas no núcleo urbano foram reconhecidas como lugares de memória quando o Plano Diretor da Cidade (1994:4) instituiu o Fundinho como centro *histórico, cultural e arquitetônico.* A relação do desenho da cidade com a memória foi constatada nos dois mapas mais antigos existentes no Arquivo Municipal (1856/1891), anexados a esse Plano. As datas dos mapas referem-se, respectivamente, à inauguração da igreja-matriz Nossa Senhora do

Carmo e à oficialização jurídica da cidade pelo Estado. Portanto, dois lugares de memória e duas comemorações do espaço coletivo; eventos históricos cristalizados e relacionados aos discursos de fundação desses lugares. A ação dos vereadores de relacionar o núcleo urbano ao centro histórico representou pelo menos dois movimentos da memória, um ao *identificar* o núcleo urbano e estabelecer referências de espaço e tempo e, outro, ao *atualizar* o antigo bairro General Osório para Fundinho. O núcleo urbano, suporte da memória, foi redescoberto por meio dos antigos mapas confeccionados no século 19 e pela constatação de que algumas das antigas ruas fabricadas no século 19 conservavam seus traçados na última década do século 20. Assim o mapa mental, experiência comum a todos os indivíduos urbanos, frequentemente muda de forma ao passo que a cidade é modernizada.

Para Paul Veyne (1998: 42):

> Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco "científica" de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa ... Essa trama não se organiza, necessariamente, em uma seqüência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano ao outro.

Seguindo esse pensamento, na análise dos documentos pesquisados nesse trabalho[1], percebeu-se que os mapas e os discursos da cidade do século 19 foram atualizados, por meio da memória, quando a conservação da antiga forma do núcleo impressa nos mapas passou a representar o centro histórico da cidade. Diante do exposto, como se processou a identificação do *novo antigo* Fundinho entre as décadas de 1980-90?

---

[1] Foram pesquisados no Arquivo Público Municipal: o jornal local CORREIO entre janeiro de 1980 à dezembro de 1991; os processos municipais de tombamento aprovados e arquivados; as atas municipais nas datas referentes aos processos de tombamento; todos processos municipais referentes à fabricação do espaço urbano; os códigos de postura, obras, leis de uso e ocupação do solo e planos diretores desde o nascimento da cidade, todos os mapas e fotografias; e as dissertações e as teses sobre Uberlândia, que de alguma forma estreitaram relações com o Fundinho. São elas: SILVA, Jeane. *Sob o ju(o)go da lei. Confronto histórico entre direito e justiça no município de Uberlândia.* Uberlândia: Mestrado, MG, Pos Graduação do Instituto de História, UFU, 2005; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado"- Imagens e representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: Doutorado, USP, FFCHS, 1995; ATTUX, Denise. *Fundinho*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de Pós Graduação em Geografia, 2002. CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: considerações sobre a relação entre estética e política*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de Pós-Graduação em História, 2002; LOPES, *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950 – 1980)*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de História, 2002; VALE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. *Arquitetura religiosa no antigo Sertão da Farinha Podre*. São Paulo: Doutorado, USP, FAUUSP, 2000.

Como uma criança que arquiteta sua narrativa por meio de desenhos, escritas e principalmente pelas trilhas da imaginação, o trabalho foi pensado em dois capítulos seguidos de uma conclusão, além dessa introdução. O *CAPÍTULO – PATRIMÔNIO MONUMENTO, CIDADE*, item *1. Europa*, faz uma abordagem histórica dos temas com Giulio C. Argan, Françoise Choay e Jacques Le Goff. O item *2. Brasil*, *Uberlândia – região do Triângulo Mineiro* divide-se: *2.1. patrimônio e igreja*, *2.2. patrimônio e cidade* e *2.3. cidade velha, lugar de memória*. O item *2.2 patrimônio e cidade* subdivide-se: *2.2.1. projeto de expansão viária, 2.2.2. centro cívico* e *2.2.3. código municipal de postura.* O *CAPÍTULO II – PATRIMÔNIO, MEMÓRIA*, item *1. Europa*, aborda-se o patrimônio histórico por meio dos textos de Choay e da Carta de Atenas. Para a análise da Carta, utilizei Le Corbusier e Henri Lefebvre. No item 2. *Brasil, Minas Gerais* o patrimônio histórico europeu foi tramado à realidade brasileira, especialmente à mineira, por meio dos textos de Maria S. Bresciani, Márcia Bressan e Lúcio Costa. O item *3. Uberlândia* subdivide-se: *3.1. imaginação do lugar histórico*, *3.2. lei municipal de preservação*, *3.3. tombar ou não tombar*, *3.4. patrimônio histórico, lugar de memória* e *3.5. bairro histórico*.

CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO, MONUMENTO, CIDADE

> A memória compõe anamorficamente a realidade da cidade, e a opinião se torna o elemento necessário desta operação de mixagem pela qual chegam até nós essas condensações de tempos, esses deslocamentos de nomes provocando modificações sensíveis em nossa percepção da cidade. (BRESCIANI, 1992:164)

> A evolução da memória ... depende essencialmente da evolução social e especialmente do desenvolvimento urbano. (LE GOFF, 1998:150)

1. Europa

O substantivo masculino patrimônio, do latim *patrimonìum*, é datado no século XIII como *patrymonyo* e no século 14 como *patrimonio*; estava ligado às estruturas familiares, por meio das heranças, posses ou haveres do patriarca e seus respectivos *patrimoniados.* Posteriormente, o *patrimônio* referiu-se, isolada ou conjuntamente, aos *bens naturais ou culturais* reconhecidos por uma cidade, região, país ou humanidade. E o fez por meio do instrumento do *tombamento* (Houaiss, 2006).[1] – *nome lusitano cuja origem diz respeito à Torre do Tombo, acabou por se transformar em brasileirismo* (1933) *de uso corrente e substitui o termo "classificação".* (IPHAN, 1995, Nota do Tradutor José A. N. D. E. de Barros)

Em relação à Torre do Tombo, Fernanda Ribeiro (2008:12-16) confirmou a existência de um arquivo fixo em Lisboa, no ano de 1378. Atualmente, é guardado nele *o mais antigo livro dos Tombos da Coroa*. Esse arquivo permaneceu no mesmo local, quando o famoso terremoto de Lisboa de 1755 ruiu a torre em que estava instalado o arquivo. Posteriormente, depois de instaurado o regime liberal, *grande parte da documentação do Antigo Regime deu entrada na Torre do Tombo.* A autora transcreveu alguns trechos *do mais antigo testemunho* (2/03/1526) e achamos oportuno citá-lo:

> todalas de suas pesoas e cousas que pertencião à Coroa, e a seus direitos, como das cidades, villas e lugares, e pessoas particulares, igreijas e moesteiros ... escrita no livro dos registos.

A busca por uma informação no passado, geralmente, leva-nos aos objetos "mais antigos" do gênero. E esse gosto pelo mito da origem ou o início das coisas - porque essas são únicas, preciosas e produzidas num passado muito distante do presente - é

[1] Dos mesmos prefixos, o substantivo *patriarca* refere-se aos chefes da família no mundo antigo e da Igreja grega e posteriormente designou aquele que receberia o título honorífico como superior do templo religioso. O *patrício*, na antiguidade, era o indivíduo pertencente à classe dos nobres, da aristocracia, era aquele que detinha plenos poderes e direitos sobre os bens de seus filhos, da comunidade, além dos próprios, e, por último, o prefixo pode fazer menções à *pátria*.

uma característica do indivíduo que se apropria desses documentos para construir sua própria história ou a história de uma sociedade. Os dados preciosos que RIBEIRO (2008) nos forneceu, por meio da publicação desse documento do antigo regime, refletem a concepção do tombamento nos dias de hoje. Na instância jurídica, diz respeito à proteção dos bens materiais conservados e dos lugares existentes pelo sistema do inventário e à vinculação dos direitos do patrimônio público ou privado inventariado a uma instituição, por exemplo, a cidade.

Para Françoise Choay (2001:11,13), o patrimônio é uma terminologia *instável.* Os meios de comunicação referem-se a este como uma *instituição e uma mentalidade ... Agora* (o patrimônio) *compreende aglomerados de edificações e a malha urbana*. O pensamento da autora aproxima-se do argumento de que as cidades são tidas como

> expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas. ... Atualmente, muitas delas estão ameaçadas de degradação, deterioração e até mesmo de destruição sob o efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as cidades. (IPHAN,1995:323. Carta de Washington. *In.: Carta internacional para salvaguarda das cidades históricas, 1986*)

As cidades são históricas porque nelas são inventariados e preservados os patrimônios. Essa afirmação pode ter duas acepções: de um lado, de que o patrimônio foi inventariado para que os poderes municipais pudessem, por meio dele, vigiar e policiar os bens públicos e privados para arrecadar os devidos impostos e preservar a coesão social; por outro lado, de que as cidades são históricas porque nelas foram considerados alguns lugares existentes como algo precioso e esses lugares históricos podem, a qualquer instância, desaparecer ou serem modificados de tal modo que as gerações posteriores não mais consigam reconhecer neles as fisionomias urbanas do passado.

A correspondência na Carta de Washington entre a escala mundial e a escala da cidade demonstrou o discurso persuasivo como efeito de preservação do mundo, como documento histórico, imprescindível ao *habitat* da civilização humana, contra a destruição gerada pelo próprio ser humano. Todavia, há diferença entre preservar o mundo, preservar as cidades históricas e preservar os lugares históricos das cidades. São problemáticas com metodologias específicas. Nesse trabalho, analisa-se o processo da identificação do centro histórico em uma cidade representada nacionalmente como "não-histórica": o bairro Fundinho foi instituído patrimônio por estar sobreposto ao núcleo urbano e por ser parte integrante da origem de Uberlândia.

Uma das formas de imaginar a preservação do patrimônio e sua relação com a história urbana foi instituída no estado permanente da ação humana de demolir/reconstruir e conservar/renovar os lugares da cidade. Para essa problemática, Jean Lebrun lançou o seguinte questionamento com posterior reflexão de Jaques Le Goff (1998:138):

> A partir de quando se vai ter a percepção de que a função inovadora da cidade é ameaçada por uma espécie de tendência intrínseca da cidade rumo à sua destruição? Por exemplo, a partir de quando se traçam paisagens urbanas dizendo que é preciso salvaguardá-las na memória, que elas testemunham uma harmonia e uma beleza ameaçadas?
> ... A Idade Média prefere representar canteiros de obras. Isso deve ser visto como uma prova do otimismo dinâmico urbano: a cidade é um lugar em que mais constrói, do que conserva ou destrói... Os citadinos medievais não eram apegados à aparência de suas cidades, pois elas mudavam todo o tempo. As cidades eram lugares de renovação. Digo isso com respeito à população ... urbana que renovava-se quase inteiramente em duas gerações. Para a aparência das cidades, para as casas, era a mesma coisa.

A sociedade medieval almejava antes de tudo a proteção dos moradores e seus patrimônios na cidade – cercada pela monumentalidade da fortificação, que separava rigidamente a zona urbana (assegurada) da zona campestre (perigosa). Estar dentro e não estar fora tinha o efeito da defesa, proteção e segurança do homem e da cidade na condição de patrimônio com duração existencial diferente. Nesse sentido, da preservação e destruição, princípios fundamentais da natureza humana, partiram dois princípios conservados atualmente na cultura da renovação urbana: a reconstrução e a demolição.

Segundo LE GOFF (1998:113), no século 12, os princípios de *higiene* e *urbanismo* tornaram-se *hábito na cidade,* representados na cultura de cultivar e cuidar das ruas e, principalmente, no aparecimento do jardim público. A renovação urbana foi tão natural para a sociedade medieval, pois ela apegou-se, primeiramente, aos princípios de higiene antes mesmo de buscar na aparência visual das habitações o embelezamento da cidade. E o urbanismo prescrito pelo historiador corresponde ao princípio orgânico do traçado das ruas formado a partir da arquitetura existente, diferentemente do urbanismo industrial, citado na Carta de Washington, fundamentado na abertura viária anteriormente à existência do edifício arquitetônico. Nessa visão, as muralhas e as ruas medievais tinham o caráter de defesa e proteção da sociedade, enquanto os jardins, localizados próximos às residências senhoris, auxiliavam na regulamentação da noção

do *preço justo* ou *do preço do mercado* (LE GOFF,1998:111) imposto ao morar no centro da cidade.

A vitalidade da cidade medieval estava no ato da própria reforma urbana que preenchia todos os espaços vazios de maneira orgânica e sem medidas legais preestabelecidas. Mas não se deve pensar que, pelo fato de essas formações urbanas crescerem de forma semelhante às atuais favelas nos morros ou encostas das serras ou à expansão urbana dos subúrbios e periferias, não houvesse inúmeros acordos entre demolir e reconstruir dentro das barreiras naturais (morros, rios) e artificiais (muralha) da cidade medieval. Apenas sinaliza-se que a cidade medieval não era uma instituição planejada urbanisticamente, com leis pré-determinadas ou por um código de postura urbano claramente definido.

Se o patrimônio datado nos séculos 13 e 14 – fundamentado na proteção, na defesa e na divisão rígida entre o ambiente natural e o artificial – refere-se à cidade medieval; o patrimônio datado no início do século 16 refere-se à conservação e preservação das cidades da antiguidade pelo mapeamento e inventário das posses (edificações, lugares e cidades), asseguradas como propriedades da Coroa Portuguesa. E foi possível, por meio dele, a produção de leis e regras impostas à fabricação e conservação dos espaços públicos e privados referentes às futuras cidades modernas.

Já na Itália do século 15,

> embora o próprio Alberti ... tenha conservado, piedosamente, a noção original de monumento, ele abriu caminho para a substituição progressiva do ideal de memória pelo ideal de beleza (CHOAY, 2001:19-20).

Mas, *Alberti*, foi *o primeiro a tentar estabelecer entre o antigo e o presente uma... rigorosa metodologia da restauração monumental* para a cidade de Roma (ARGAN,1993: 106).[2]

Na comparação posta acima, CHOAY e ARGAN enfatizaram, por meio do arquiteto Alberti, a percepção da cidade como uma imagem monumental a ser restaurada; as antigas arquiteturas apropriadas como monumento (por Alberti) também tinham o efeito amplo e simbólico de restaurar a sociedade antiga. Mas a salvaguarda na

[2] O Tratado "De Re Aedificatoria", também considerado um estudo científico de Roma, foi elaborado entre os anos de 1443-52, a pedido do Papa Nicolau V, que pretendia transformar a cidade de Roma em centro monumental mundial e convergente de novos fiéis cristãos. Metodologicamente, Alberti subdividiu o Tratado em res *Regio* (ambiente, extensão territorial); *area* (porção do regio, delimitada por muros); *partitio* (subsivisão da área); *parietes* (muros); *apertio* (comunicações); *tectum* (cobertura).

memória de algumas cenas urbanas ocorreram por meio da *proteção aleatória ... contra as forças sociais de destruição que ameaçam os edifícios antigos.* (CHOAY, 2001:52)

CHOAY (2001:12-19), apropriando-se do *Dictionnaire de I'académie* (1694), verifica que o monumento significa algo *ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso*, já que fora destinado à sensibilidade estética e ao embelezamento da cidade para *eternizar a lembrança* e preservar os laços sociais como tentativa de *combater a angústia da morte e do aniquilamento*.

ARGAN (2004: 40-90) constatou que no século 17 o *monumento* representou simultaneamente a cidade e a arquitetura. As inscrições *monumentais* da cidade e da arquitetura, principalmente com a criação *da avenida e da praça,* foram (e são) capazes de afetar o indivíduo e instituir, pela primeira vez na história, a *imaginação social* pelo processo da renovação urbana em grande escala. O historiador compreende ainda que a sociedade moderna fundou-se no *seiscentos* europeu, ou seja, a *imaginação social e política* tornaram-se inseparáveis (d)*a idéia de monumento, como unidade plástica e arquitetônica representativa dos valores de autoridade ... retórico e persuasivo.*

Ao tramar o conceito de monumento arquitetônico que substituiu progressivamente os ideais da memória, constatam-se os movimentos simultâneos: o ideal de beleza vincula-se ao princípio de higiene ao passo que o conceito de monumento permanece inseparável dos nascimentos (medieval) e renascimentos da cidade (moderna). As grandes reformas urbanas afetavam os mapas mentais dos indivíduos; na restauração da antiga cena medieval pela sociedade renascentista o centro da cidade foi privilegiado, uma vez que neste espaço concentram-se os monumentos arquitetônicos. Nessa lógica, os discursos de ARGAN e CHOAY sobre as cidades conservaram a bipolaridade centro-periferia.

Os estudos da renovação urbana, por meio da preservação e destruição dos monumentos arquitetônicos, demonstraram que o processo de demolir-reconstruir na cidade medieval foi representado pelos canteiros de obras, jardins públicos e a constante expansão urbana (LE GOFF). E a consciência do progresso instituído, aliando à renovação urbana, foi conservada nos séculos 15, 16 e 17. Isso embora os humanistas tivessem feito a critica à estética da fabricação da cidade sem uma ordem preestabelecida (ARGAN). Assim, por exemplo, entende-se a cidade de Roma na *pluralidade e diversidade das durações existenciais* de cada arquitetura, nas *diversas temporalidades indicadas por Le Goff para a Idade Média* (ARGAN, 1984: 83), ou seja, avalia-se que nas cidades estão as memórias sociais e essas são representadas nos

registros de cada obra arquitetônica. A cidade é *um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo.* (BRESCIANI, 1998: 237)

Na sociedade medieval, LE GOFF (1998:138) revelou ainda que o *que podia causar traumas era apenas a destruição de um monumento ... totêmico: se a catedral era destruída, o sino derrubado*, por exemplo. O historiador incomoda-se que, no final do século 20, a destruição de uma simples casa cause o efeito da punição quando exposta, por exemplo, na televisão. Atitude essa não observada naquela sociedade, porque os meios de comunicação medievais restringiam-se à tradição oral da informação, aos mecanismos artesanais das gravuras – principalmente os religiosos – e às formas de transmissão das informações da cidade que não eram fluidas. Isso porque seu acesso restringia-se ao clero e à nobreza, além de grande parte da população medieval não ser instruída à leitura.

Nesse pensamento, a partir da concepção de monumento, nota-se uma sensível semelhança entre os franceses LE GOFF e CHOAY; o historiador percebe na destruição do patrimônio arquitetônico uma modificação no comportamento do homem, passando do trauma (séculos 13, 14) à punição (século 20); a historiadora, ao ver o patrimônio exposto pelos meios de comunicação (século 20), relacionou-o à instituição e a uma determinada mentalidade.[3] Ambos perceberam na evolução das tecnologias a transformação das cidades, dos indivíduos e seus mapas mentais. Talvez porque a evolução e a duração dos registros feitos a mão, impressos mecanicamente (Gutenberg), capturados instantaneamente (fotografia), além do processamento dos minerais (indústria) – por exemplo, o carvão, o ferro e cimento – é *o pressentimento de que o pensamento humano* muda *de forma, ao* mudar *seu modo de expressar* (CHOAY, 1997:324).

---

[3] A noção de mentalidade da autora baseou-se na célebre frase de Victor Hugo, em *Notre Dame* (1832), "*isto* matará *aquilo*. O livro matará o edifício" (grifos do próprio Victor Hugo). Outras duas apropriações desse fragmento são encontradas em: BARTHES (2001:221) "Em *Notre Dame de Paris,* Hugo escreveu um belíssimo capítulo, de uma inteligência finíssima, "Este matará aquele", este quer dizer o livro: aquele quer dizer monumento. Exprimindo-se assim, Victor Hugo prova ter uma maneira bastante moderna de conceber o monumento e a cidade, verdadeiramente como uma escrita, como uma inscrição do homem no espaço [...] dedicado à rivalidade entre dois modos de escrita, a escrita pela pedra e a escrita em papel". Num título sugestivo, METRAN (2004) dá nome à sua tese de Doutorado de: "Goiânia: cidade de pedras e de palavras", utilizando como fonte as crônicas extraídas do jornal, fotografias (antigas e novas) e mapas.

Figura 1 – Pintura. ***Vista geral de Florença*** *(detalhe parte central). Escola italiana, século XVI. Florença, Museu de Firenze Com'era.* Fonte: LE GOFF,1998:145-6

Figura 2 – Fotografia de Oswaldo Naguettini. Vista aérea de Uberlândia no século 20 (posterior a 1943, devido à presença da Matriz de Santa Rita). Fonte: Arquivo Municipal. AE ON 0212-95

Nas duas linguagens e suas respectivas imaginações visuais, os princípios de beleza, expansão urbana, centralidade dos monumentos e monumentalidade da cidade estavam fortalecidos. Uma das diferenças entre a pintura e a fotografia está no destaque da arquitetura eclética da Câmara Municipal do Palácio dos Leões em meio à praça pública (antigo centro cívico), enquanto na pintura os monumentos medievais dos castelos e igrejas permanecem próximos uns aos outros.

Na pintura, ao alto, vemos o final da cidade, a zona rural e a muralha. Os princípios clássicos da pintura retrataram a luz homogênea permeando a paisagem, dando o aspecto de sobriedade ao destacar as sombras e aberturas das janelas dos palácios e igrejas para enfatizar, simbolicamente, os monumentos centrais. A sensação da sobreposição na cidade é rompida com o desenho das primeiras quadras, mas sem os passeios que diferenciariam, futuramente, no urbanismo moderno, o pedestre dos carros de tração animal, além do não paralelismo das ruas da região central ser percebido pelo alinhamento das casas menores. A representação da cidade pela escola italiana do século 16 demonstra, em termos, a restauração da cidade antiga ao perceber nela os castelos e igrejas como os principais monumentos urbanos. A imagem da cidade tem o aspecto positivo, no sentido literal, em oposição ao efeito negativo de muitas cidades medievais que foram submetidas às representações de alguns pintores do século 16, por exemplo, nas pinturas de H. Boschi, a cidade em chamas e o pressentimento catastrófico de seu futuro.

Ao passo que a cena fotográfica, uma das primeiras imagens aéreas da cidade participante de um conjunto de seis quadros amplamente divulgada,[4] foi considerada fonte monumento, talvez por refletir a cidade em constante progresso e expansão urbana, adquirindo o efeito de monumento na memória coletiva. No centro, vemos o antigo Paço Municipal (atual Museu Municipal); à direita, logo acima, a torre da igreja Matriz de Santa Rita e na extremidade do enquadramento, ao alto, a separação da zona urbana da rural e as avenidas que partiam do antigo Paço Municipal da Praça Clarimundo Carneiro. Da esquerda para a direita, percorremos as avenidas Cipriano Del Fávero, João Pinheiro, Afonso Pena, Floriano Peixoto e Rio Branco (não aparece). A Rua Goiás, perpendicular às avenidas, e que também não tem sua pavimentação visível,

[4] Encontramos essa fotografia no jornal CORREIO n.º 128 de 08/1988, nos trabalhos acadêmicos de SOARES (1995) e CARRIJO (2002), no *banner* comemorativo a pedido da Secretaria Municipal de Cultura/Divisão do Patrimônio Histórico – COMPAHAC (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Uberlândia, e no Restaurante *Dom Giuseppe*, localizado no Fundinho, Praça Coronel Carneiro.

hipoteticamente deu base para o primeiro projeto de expansão viário de Uberlândia. A região acima dela, antigamente, foi denominada cidade nova e a cidade velha, consequentemente, correspondeu à região abaixo da Rua Goiás. Esse limite imaginário que distinguiu duas durações espaciais e dois tempos da memória em uma mesma cidade, a partir do aparecimento moderno das avenidas e da praça cívica, é a chave de toda a investigação que se faz daqui para frente; a identificação do Fundinho aos limites imaginários do antigo núcleo urbano para criar o discurso do "centro histórico de Uberlândia", diferentemente do centro comercial.

É notório perceber a inexistência dos edifícios de múltiplos andares nessa década. Quando edificados, aos poucos, no final da década de 1950, e dezenas deles nas próximas décadas, foram acolhidos e representados como símbolos do progresso urbano. Justamente quando a arquitetura vertical avançou em direção à cidade velha do núcleo urbano, no início da década de 1980 e décadas seguintes, ela foi interpretada pelos meios de comunicação como o antiprogresso do centro histórico. Isso pelas demolições dos antigos casarões ainda conservados, como podemos perceber na fotografia aérea da década de 1940, apropriada no ano das comemorações simbólicas do centenário da cidade. Nesse sentido, foi de fundamental importância perceber, na transformação dos meios de comunicação em Uberlândia, a articulação dos discursos vinculados à destruição do patrimônio histórico. A noção de mentalidade (CHOAY, 2001) do patrimônio histórico transformou a experiência dos indivíduos na relação com o espaço urbano e seus mapas mentais, ao passo que a fisionomia do antigo centro da cidade renovava-se com a construção dos edifícios verticais. A seguir, discuto os discursos da *cidade velha* e da *cidade nova*.

Figura 3 – Fotografia aérea da cidade, posterior a 1943
Fonte: CORREIO, Caderno Centenário n.º 126 de 08/1988, p. 2

2. Brasil, Uberlândia – região do Triângulo Mineiro

2.1. Patrimônio e igreja

Uberlândia, como a maioria das cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nasceu como entreposto comercial entre o Estado de São Paulo e áreas mineradoras dos Estados de Goiás e Mato Grosso. Este espaço de transição e lugar de passagem, no século 18, sofreu processos de ocupação urbana. A construção das igrejas possibilitou fixar os primeiros arraiais, vilas, freguesias, distritos e muitas dessas localidades instituíram-se no século 19 como cidades.

Para Hugo Segawa (1994), os núcleos urbanos brasileiros do século 19 encontraram outros motivos para impulsionar sua expansão e nenhuma regra ou ordem explícita orientava as vilas e cidades, embora o traçado regulador ortogonal já fosse difundido em algumas cidades, como a cidade projetada para Teresina em 1851. A cidade, no final do século 19, foi constituída como possibilidade de investir no patrimônio municipal, arrecadar os devidos impostos e repassá-los ao governo da República. Isso em troca do empréstimo garantido, do investimento financeiro em obras públicas e da instituição do policiamento dos agrupamentos humanos que surgiam em torno dos arraiais – estes compostos pela sede da fazenda, curral para criação de gado, áreas para cultivo da agricultura e mineração.

Já Murilo Marx (1999: 36-38), analisando a Constituição Brasileira de 1824, confirmou que o Estado reconheceu o direito da propriedade privada. O Estado suprimiu o poder judiciário do município e instituiu-se o poder executivo, legislativo e policial, que auxiliou na configuração urbana e predial com medidas públicas. A Constituição recebeu ainda uma emenda adicional em 1834 em cujos artigos impôs a *expropriação* por utilidade pública e recursos jurídicos adotados para que fossem criadas as novas profissões municipais, correspondentes aos serviços médicos e à construção civil, reforçando a edificação da sede dos três poderes na esfera dos novos municípios, além da execução de obras viárias e permissão para que as outras cidades brasileiras agissem *dentro de um quadro de normas gerais.* Posteriormente, a Lei das Terras de 1850, *preparou um novo ordenar geral com matiz liberal* na composição das leis municipais.

Marília M. B. T. Vale (2000: 68), em sua tese que correspondeu ao inventário da *Arquitetura religiosa do antigo Sertão da Farinha Podre do século XIX*, escreve:

> ... a observação e análise desse material iconográfico [83 igrejas] e das igrejas ainda existentes, revela como uma das características mais significativas desse conjunto a unidade das soluções adotadas. Durante todo o período abordado – cerca de 120 anos – as igrejas e capelas do Sertão da Farinha Podre recorreram às mesmas técnicas e materiais construtivos e aos mesmos partidos arquitetônicos, indicando a permanência de uma tradição que se mantinha válida para os povos da região.

O modelo do sistema estrutural, composto por esteios e vigas de madeira e a alvenaria de barro pintada a cal, conservou a estética visual entre arquitetura religiosa e civil e a estética urbana entre as cidades dessa região, nascidas praticamente na primeira metade do século 19, incluindo Uberlândia.

VALE (2000: 2, 20) – com base nas leis do Arcebispado da Bahia (que prevêem o distanciamento dos rios e das habitações dos moradores para a construção das igrejas) e também na lei das Terras (que demarcou judicialmente as posses das terras e instituiu a propriedade privada) – confirmou que em torno dos espaços religiosos das cidades do Triângulo Mineiro se *ordenou o espaço urbano* e, até o final do século 19, *o reconhecimento do arraial pelo Estado, iniciava-se pela Igreja.* Nesse sentido, a construção da capela curada no arraial (oficial) serviu para mapear os povoados do interior do Brasil e os possíveis surgimentos de cidades.

A capela benzida e curada tornava-se não somente o eixo central da vila e da comunidade, mas também a possibilidade de a vila elevar-se à cidade e a partir daí possibilitar a expansão urbana. A capela, por assim dizer, representou o primeiro símbolo do progresso, o primeiro monumento arquitetônico e o primeiro edifício com características visuais capazes de alterar o mapa mental da comunidade da vila. Pode-se dizê-lo, pois observa-se que, em torno dela, por meio do mapa, dispuseram-se as ruas, trilhas, fazendas, residências, cemitérios e largo do comércio. E, se se observa a pintura e a fotografia, se verá que ambos os ângulos de visão dão destaque à capela na paisagem da cidade. A confirmação desta arquitetura a configura como o principal monumento do espaço urbano. As semelhanças espaciais, arquitetônicas civis e religiosas entre as cidades do antigo Sertão da Farinha Podre, em última instância, *poderiam ser definidas como princípios de um urbanismo vernacular*. (FAURB-UFU, 2003:20).

No período da primeira expansão do núcleo urbano de Uberlândia, iniciado em 1818, com a chegada da família de João Pereira da Rocha nas proximidades do córrego São Pedro, a finalização da construção da igreja, curada em 1856 a meia altura da colina e distante das moradias particulares – estrategicamente implantada no vértice do triângulo imaginário, composto pelos córregos Cajubá (das Galinhas) e São Pedro, lugar

protegido e farto de água –, assegurada pela denominação de Trindade Santíssima de *Nossa Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha* (Soares,1995: 17) –, representou a primeira forma de proteger a coesão social do lugarejo; mapeou as vilas brasileiras em todo o século 19; ordenou o espaço rural anteriormente composto pelas fazendas ali existentes; voltou sua fachada principal para o córrego São Pedro, juntamente aos principais acessos de Uberabinha, como Santa Maria (futuro Distrito de Miraporanga que possibilitou a fundação de Uberabinha) e Uberaba; fundou na vila a tradição de coroar as edificações topograficamente abaixo da matriz, dos senhores de terra mais importantes, mas não previu a cidade nova às suas costas, voltando-se para o norte, para o alto e em direção à futura Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1895).

Figura 4 – Igreja-Matriz Nossa Senhora do Carmo, década de 1920
Fonte: www.uberlandia.org.br

Figura 5 - Pintura. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, sem data
Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 127 de 08/1988, Cadernos do Centenário

A expansão e a consolidação do núcleo urbano nas imediações dos largos das duas igrejas mantiveram o efeito visual de destacamento da arquitetura religiosa nas

paisagens centrais da vila e do antigo cerrado. A região do mapa de 1891 (Figura 7), abaixo da igreja-Matriz e do antigo cemitério, corresponde ao imaginário da cidade velha, construído socialmente ao longo do tempo e nutrido até a década de 1980, quando essa região passou a ser denominada de Fundinho. Na Figura 1, o cemitério corresponde ao centro cívico e as igrejas de N.S. do Carmo e do Rosário não foram registradas. O Palácio dos Leões, símbolo do poder político, reina na relação com os símbolos religiosos representados na *cidade velha* e na *cidade nova* com a igreja-Matriz Santa Rita.

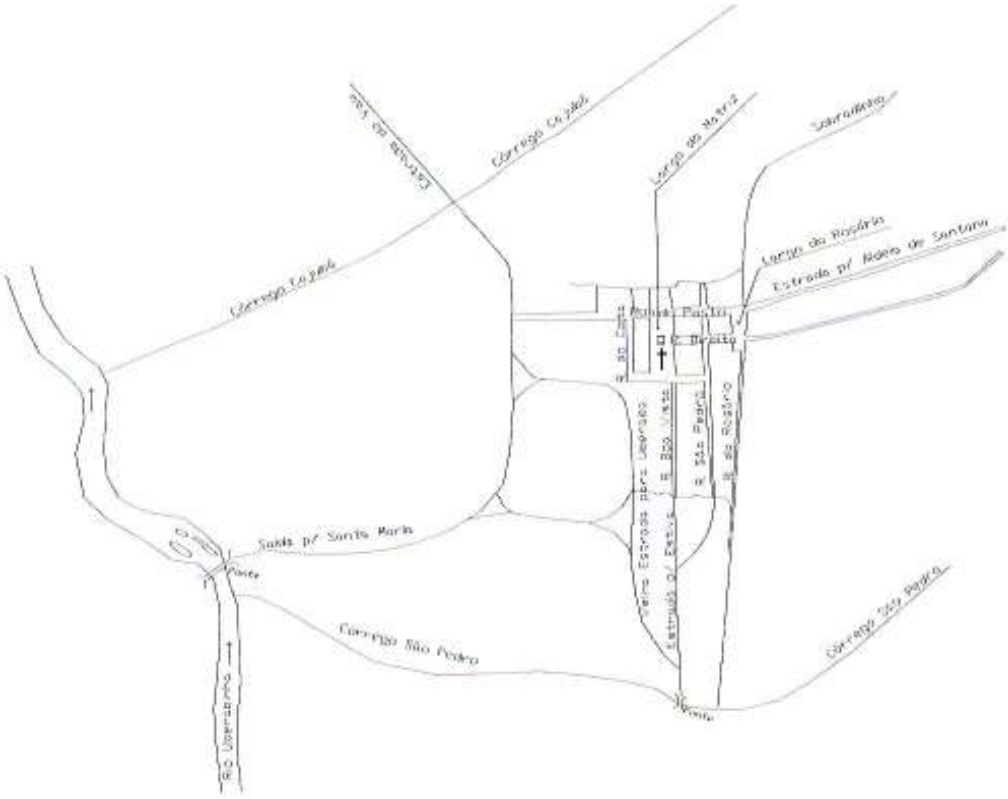
A igreja Nossa Senhora do Rosário passou por dois processos de construção e demolição do seu edifício entre os anos de 1856 (Figura 6) e 1891 (Figura 7), afastando-se nitidamente em relação à igreja Matriz, e a última implantação, finalizada em 1933, voltou sua fachada principal em direção à cidade nova, quando o espaço público já estava consolidado. Note-se ainda, no mapa de 1891, o efeito visual convergente dos Largos do Rosário e do Comércio; o prolongamento da Rua do Rosário com criação do matadouro depois do córrego São Pedro; a criação da ruela (não identificada) com o prolongamento da Rua Padre Pio, paralela ao córrego Cajubá, a partir do largo da Matriz e a abertura da Rua das Pitangas.

Seguindo a análise de MARX (1991:38), a constituição do patrimônio para *o uso do povo* servia como forma de moradia para que muitos outros habitantes pudessem instalar-se na cidade e como investimento aos *grandes proprietários que tinham interesse em, eventualmente, desfazerem-se de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão*. Essa medida possibilitaria a expansão da vila por meio do prolongamento dos arruamentos existentes, tomando como referência o espaço existente e o edifício religioso.

Para construir a igreja-Matriz (1853-56), foi necessária a *imensa falta a respeito da salvação, e como nestas alturas são em número grande* (de pessoas) *para erigir-se uma Capela Curada, na qual tenham um Capelão onde procurem os recursos Espirituais na vida e na morte*[5]. Essa persuasão seguia a tradição de relatar ao Estado a grande quantidade de indivíduos existentes no arraial, para concretizar o desejo de instituir a cidade, além de trazer para o local a figura do padre.

---

[5] Arquivo Municipal. CORREIO n.º 126 de 08/1988, Caderno Centenário, p. 2, *Origem histórica do município*. Petição assinada por Felisberto Alves Carrijo e Francisca Alves Pereira, datada de 30 de junho de 1846.



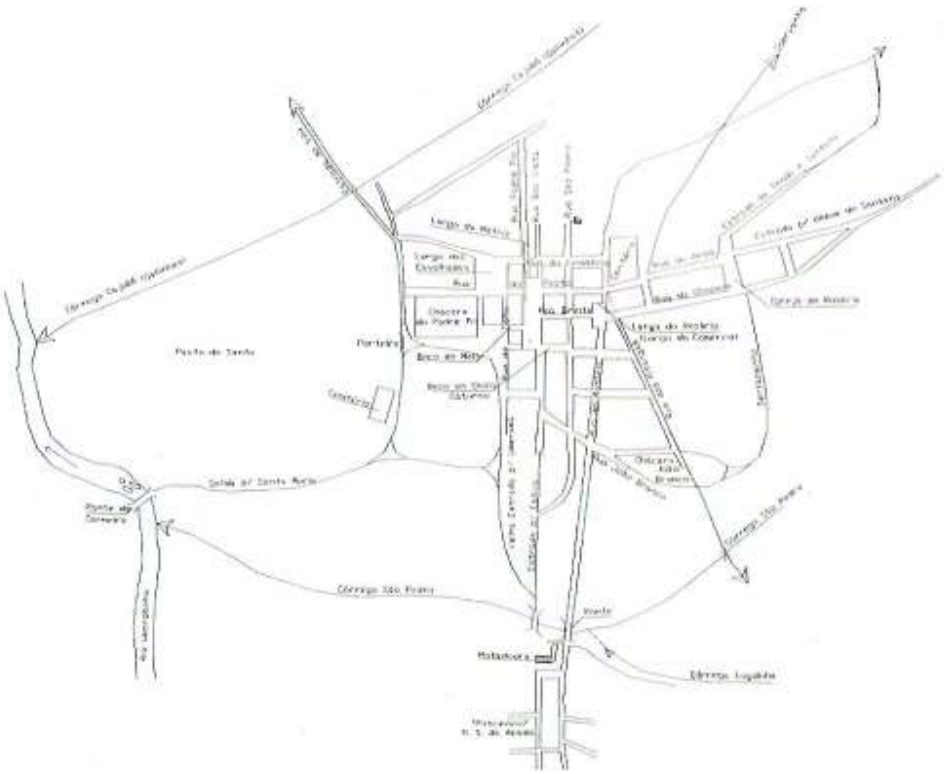


Figura 6 – Mapa. Patrimônio da Santa, 1856. Fonte: Arquivo Municipal, Plano Diretor de 1991, p. 6
Figura 7 – Mapa. Patrimônio de São Pedro do Uberabinha, 1891. Fonte: Arquivo Municipal, Plano Diretor de 1991, p. 7

A cidade de São Pedro do Uberabinha (Uberlândia), criada pela lei municipal n.º 3.643 de 31 de agosto de 1888 – data que corresponde às comemorações cívicas de seu nascimento – foi instituída juridicamente pela lei estadual n.º 11 de 13 de março de 1891. Lei esta que dispõe sobre a Organização Judiciária do Estado de Minas Gerais, criando assim, a comarca do novo Município. Esse último ato jurídico conferiu oficialmente e praticamente em um ato contínuo a instalação do Paço da Intendência e do Fórum em 1891 e no próximo ano a Câmara Municipal. A lei estadual n.º 23, de 24 de maio de 1892, elevou à categoria de cidades da província mineira todas as vilas existentes (SILVA, 2005) e sinalizou o espírito atento e "progressista" dos agentes municipais de Uberabinha, pois esses fundaram a cidade anteriormente mesmo à jurisdição estadual.

Assim, os anos de 1856 e 1891 marcaram, respectivamente, a finalização do edifício da igreja-Matriz e a oficialização jurídica da cidade. Esses eventos, materializados nos mapas, levava a crer que era preciso confeccionar novos documentos para comprovar, ao Estado, os nascimentos da vila e da cidade e os respectivos levantamentos dos patrimônios existentes. A representação dos patrimônios da cidade nos mapas serve de apoio à memória.

MARX (1998:50) enfatiza ainda que *tudo indica que a partilha do "patrimônio" em aforamentos e datas ficava a cargo dos "fabriqueiros" e, consequentemente, a lógica daquela e o interesse destes norteavam a conformação embrionária da povoação.* O sistema de partilha e concessão do patrimônio em aforamento fundamentou as leis para instituir a cidade, amparadas pelo Código de Postura. No caso de Uberabinha, Pio Alves Barbosa fora padre da cidade e naquele período era o presidente do Paço Municipal e agente executivo (prefeito) em exercício:

> Art. 848 – Fica o Agente Executivo autorizado a:
> 1.º Fazer aquisição do patrimônio desta cidade, entrando em acordo com a Fábrica, ou procedendo a desapropriação do mesmo. Lei n.º 69, de 2 de maio de 1908. (Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha, 1912)

O estreitamento administrativo entre as instituições da igreja e do município revelou, mesmo depois da criação da cidade, que o proprietário de qualquer palmo de terra aforada em terreno urbano, concedido pelo poder público e pela igreja, era uma novidade econômica de investimento, diferentemente da agricultura, pecuária ou mineração. Tudo leva a crer que havia pessoas interessadas em participar da partilha do patrimônio em Uberabinha, pois a expansão da cidade iniciou-se rapidamente. O

processo da compra, construção, venda, demolição e reconstrução, típico do processo de modernização urbana, foi altamente utilizado para desvalorizar e valorizar as propriedades do patrimônio da antiga vila. A função do *fabriqueiro* (padre), representante da *Fábrica* (Igreja), foi de extrema importância para definir, juntamente ao poder municipal, a área da expansão urbana do município nas antigas terras da igreja. A lei aprovada, em questão, refere-se à venda de algum patrimônio da igreja em torno do antigo cemitério para a formação da praça cívica e consequentemente a construção do Paço Municipal.

O memorialista local Jerônimo Arantes (1938), ao redesenhar o mapa correspondente à finalização da igreja N. S. do Carmo, denominou-o de "Mapa do Patrimônio da Matriz de Uberlândia" (Figura 8). Nesse mapa, ele também inseriu outro desenho denominado de "Planta do Arraial de N. S. do Carmo e Sam Sebastião da Barra de Uberabinha (que originou Uberlândia)" *(sic),* desenhando nele linhas paralelas para representar as ruas e os quarteirões, e retângulos hachurados para representar as casas edificadas.

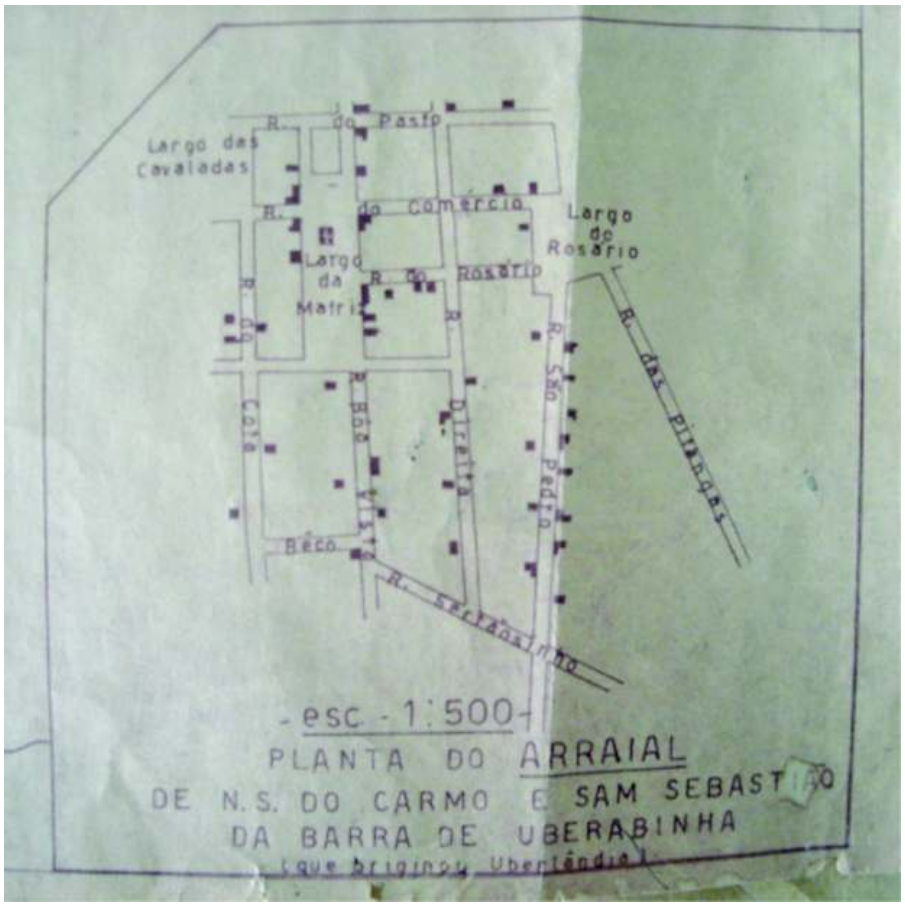


Figura 8 – Mapa (detalhe). Patrimônio da Matriz de Uberlândia, 1856, Jerônimo Arantes. Fonte: Arquivo Municipal. Mapas, gaveta 1

Consultando diversas pesquisas científicas sobre a história da cidade, em nenhum momento encontra-se, lado a lado, a relação entre o *Mapa* desenhado por Jerônimo Arantes e a descrição, feita por ele, das primeiras concessões patrimoniais para edificar no espaço urbano. A semelhança entre a descrição encontrada no texto e o desenho do levantamento patrimonial evidencia-se, se compararmos a quantidade dos retângulos das casas e seus respectivos lugares.

> ... das 52 concessões de terreno dentro do perímetro urbano, somente 44 foram edificadas, 9 no Largo da Matriz, 2 no Largo do Rosário, 12 na rua de São Pedro, 5 na rua do Cota, 4 na Rua Direita, 4 na rua Boa Vista, 4 na Rua do Pasto, 3 na rua do Rosário e 1 na rua do Comércio. Ao longo da margem direita do Córrego São Pedro, havia 6 chácaras em formação e acompanhando o curso do rego d'água de servidão pública. Muitas casinholas sem estética e desalinhadas estavam sendo construídas. (ARANTES, 1938)

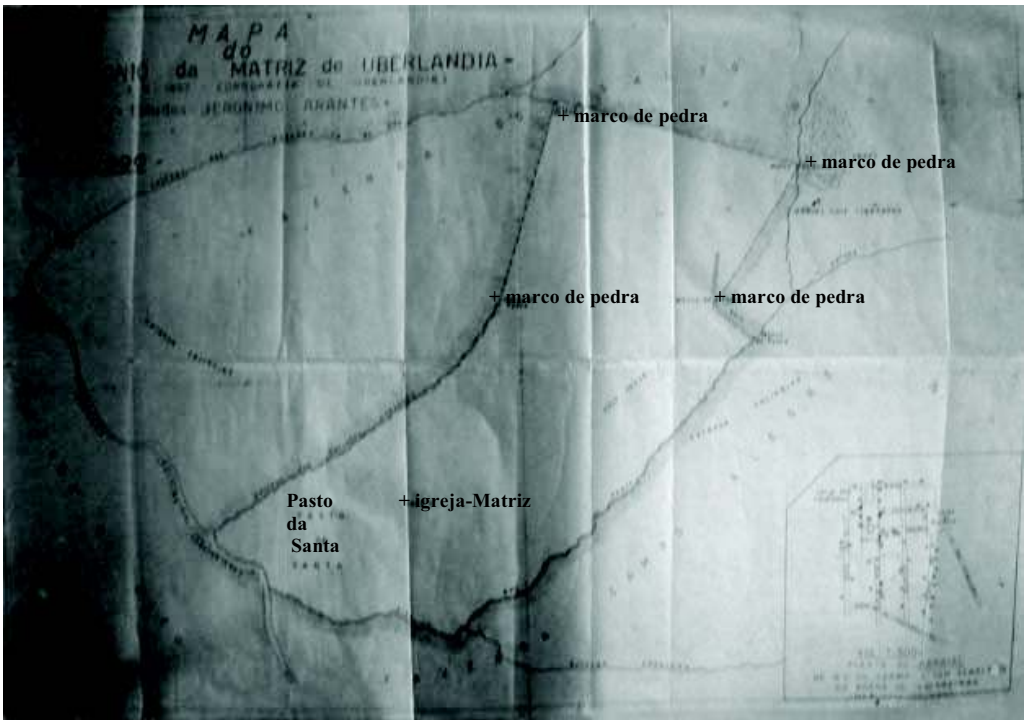


Figura 9 – Mapa. Patrimônio da Matriz de Uberlândia, 1856, Jerônimo Arantes[6]
Fonte: Arquivo Municipal. Mapas, gaveta 1

[6] Na região próxima ao vértice dos córregos, encontra-se o local demarcado para a construção da capela no Pasto da Santa (tradicionalmente reconhecido por "terras de Felisberto A. Carrijo"). O Patrimônio da Matriz de Uberlândia (N. S. do Carmo) foi composto pelo Córrego das Galinhas (hoje Avenida Getúlio Vargas). Deste cruzando o Ribeirão São Pedro até encontrar o primeiro e segundo marcos de pedra (próximo a Estrada de Ferro da Mogiana); deste em direção ao Córrego do Vau até encontrar outro marco de pedra e deste em direção ao quarto marco de pedra localizado às margens do Córrego das Galinhas, seguindo em direção ao ponto de partida, de onde tudo começou, fechando o Patrimônio Territorial Rural

O processo de desapropriar e demolir para (re)construir no mesmo patrimônio territorial, desde a instituição da cidade, não se deu no mesmo ritmo quando a cidade ainda era vila, pois aproximadamente em 50 anos (1832-1888) a expansão urbana foi consideravelmente menor se compararmos "os mesmo 50 anos" posteriores ao nascimento da cidade (1888 a 1940).

Nessa visão, as cartografias que reconheceram oficialmente a Vila e a Cidade de Uberabinha, no século 19, são representações que as respectivas arquiteturas elaboraram na cidade. Ou seja, a concessão da província goiana à vila de Uberabinha foi efetivada somente após as duas ações que finalizaram, de um lado, o edifício da Igreja e, de outro, o mapeamento do patrimônio arquitetônico existente. Assim, para a Vila ser elevada à Cidade, não foi necessário edificar o Paço Municipal ou mapear os patrimônios arquitetônicos existentes no mesmo ano de 1888.

Após o reconhecimento jurídico de Uberabinha (1891), foi escolhida em 1892 a propriedade do fundador Felisberto A. Carrijo para ali se instalar o Paço Municipal (Intendência, Câmara Municipal e Fórum). De acordo com o artigo 1.º da Câmara Municipal de Uberabinha de 1892, juntamente à escolha do local do Paço Municipal, foi adotado o código municipal de postura e regime tributário de Sacramento, servindo de base para as primeiras ações públicas.[7]

Nesse raciocínio, enquanto o patrimônio religioso e sua relação com o ordenamento da vila já havia coexistido espacial e mentalmente na consciência dos habitantes de Uberabinha, o patrimônio civil da Casa de Câmara e Cadeia não despertava a capacidade de orientar a expansão urbana. Isso significa dizer que a estética visual da casa, no século 19, foi apropriada provisoriamente para dar lugar às

---

de N. S. do Carmo. Observa-se, na Figura n.º11, a exata correspondência entre a forma territorial do Patrimônio da Igreja e a implantação do projeto viário de expansão urbana de Uberabinha em direção a Estação Ferroviária Mogiana, em mesmo patrimônio territorial.

[7] As ações que elevaram a vila à cidade possibilitaram o inventário da cidade para a República por meio do relatório municipal elaborado anualmente pelo agente executivo. O Relatório Municipal constituía-se do documento oficial redigido pelo agente executivo (prefeito), onde eram publicados todos os serviços realizados nos respectivos anos para a fabricação do espaço público. Esse relatório não seguia um padrão ou modelo único, pois se verifica que os agentes executivos de cada ano adotavam um modelo diferente para divulgar as "obras públicas" e "despesas eventuais". Apenas a descrição dos patrimônios edificados (obras) e seus gastos (despesas) eram fundamentais, pois constam em todos os relatórios. Percebe-se também que as obras públicas correspondiam à confecção de *avenidas, ruas, abastecimento de água e esgoto, serviço telefônico, prédios, aquisição de materiais, mobiliário, reparos* e as despesas eventuais correspondiam às *viagens, aquisição de revistas, lâmpadas, maquinários, extinção de cães, formigas, aluguéis de carroças e imóveis, auxílio a guardas e mendigos.* Especificamente, as questões relativas ao patrimônio territorial e patrimônio predial mesclavam as obras públicas e os gastos eventuais municipais, pois correspondiam, conforme foi verificado ainda nesses relatórios municipais, as *desapropriações, demolições, edificações, reedificações, reformas, compra de terrenos e compra de imóveis.*

decisões políticas dos agentes municipais. Com a instituição da cidade, os agentes municipais usavam a tradição dos antigos acordos, e, em primeira instância, praticamente mantiveram a mesma estética urbana da vila.

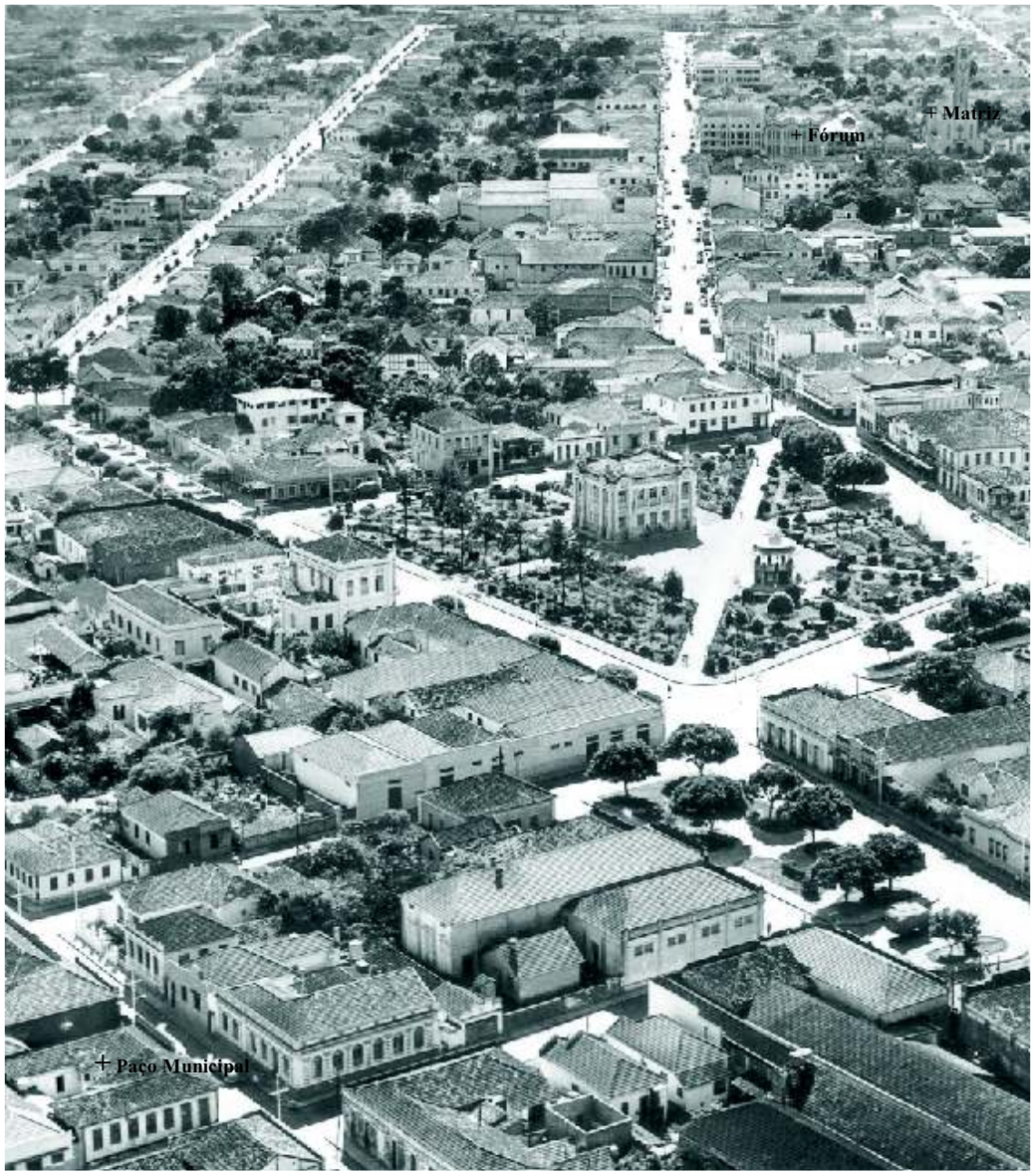


Figura 10 – Fotografia de Oswaldo Naghettini. Vista aérea de Uberlândia, dec. 40 (detalhe).
Fonte: Arquivo Municipal, AE ON 0212-95

Na Figura 10, o conjunto cívico da Praça Clarimundo Carneiro, Coreto e Palácio dos Leões assume o efeito de monumento urbano. O mesmo efeito não ocorreu com a Casa da Câmara, mesmo localizada na esquina, e nem mesmo com os prédios do Fórum e da Matriz de Santa Rita. Enfatizo aqui a importância da implantação de uma arquitetura e sua capacidade de nortear os mapas mentais de seus moradores.

Nesse sentido, VEYNE (1998: 69) reflete:

> ... um homem da cidade pode imaginar que uma paisagem agrária, cuja criação exigiu o trabalho de dez gerações, é um pedaço da natureza; um não-geógrafo desconhecerá que o mato ou deserto têm por origem a atividade destrutiva do homem: por outro lado, todo o mundo sabe que uma cidade, uma ferramenta ou um procedimento técnico têm um passado.

O enquadramento visual da arquitetura religiosa e a não distinção da arquitetura civil nos deram possibilidades de avaliar, respectivamente, o patrimônio como bem durável e como bem provisório; bem como o patrimônio e sua relação com a escala da cidade e o patrimônio e sua relação com a escala do bairro. O edifício da igreja destaca-se das demais construções, tanto pela estética formal quanto pela dimensão das suas torres, e a residência da Intendência imiscuída às demais construções da cidade demonstra a capacidade da arquitetura religiosa reordenar o espaço urbano e modificar a representação da vila. Nesse mesmo raciocínio, a representação da vila como cidade também seria fortalecida após a materialização do Paço Municipal. Isso permite dizer que a co-instituição da cidade daria a possibilidade de prever a fabricação do espaço urbano, possibilitando a consolidação do processo de demolir-reconstruir e valorizar-desvalorizar os patrimônios do passado e do presente. Assim, o passado urbano da vila foi somado à expansão da nova cidade; ambos representados diferentemente um do outro.

2.2. Patrimônio e cidade

2.2.1. Projeto de expansão viária

A criação da cidade sem a estética apropriada do Paço Municipal não ofuscou o rápido crescimento urbano previsto para a cidade na passagem para o século 20. Imediatamente após a escolha do local para o Paço Municipal, os agentes municipais passaram a construir os discursos da cidade progressista, ordeira e ufanista, de acordo com o Código de Postura, previstos para as capitais brasileiras, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, praticamente todos os pesquisadores da cidade de Uberlândia construíram suas análises enfatizando as cenas da renovação urbana da cidade; o fundamento dos discursos da cidade progressista, ordeira e ufanista, a partir da chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e da implementação do projeto de expansão urbano, por esses eventos refletirem a rápida e acelerada modificação das cenas públicas com as novas construções das arquiteturas, ruas, avenidas e praças, nas

imediações do o núcleo urbano e região da cidade nova e, principalmente, por modificarem os mapas mentais dos indivíduos e a representação da cidade.

De acordo com o Código Municipal de Postura de 1912:

> ... as ruas abertas deverão conservar a linha reta e paralela; as ruas atuais conservarão em seus prolongamentos a mesma largura que tem, exceto aquelas que tiverem menos de 6 metros, as quais serão alargadas em sua continuação; as praças deverão ter a forma de um quadrilátero retangular alongado ou outras figuras regulares e simétricas; os nomes das ruas, praças e avenidas... não poderão ser de pessoas vivas. (Arquivo Municipal)

O suposto projeto de expansão urbana das cinco avenidas, construído a partir da Rua Goiás, nunca foi encontrado. A hipótese dos pesquisadores locais foi construída a partir da inexistência da fonte primária do projeto de arruamento, citado no Código de Postura de 1912 e a lei municipal de 1907 que aprovou a transferência cemitério à propriedade municipal. SOARES (1995), baseando-se na fonte jornalística da primeira década do século 20 que divulgou a abertura das avenidas correspondentes à Floriano Peixoto e à Afonso Pena, propôs que o projeto de expansão urbana fosse datado entre os anos de 1908 e 1909. A partir de sua pesquisa, ATUXX (2001) e TEMER (2000) apropriam-se desses anos para datar o projeto. LOPES (2002), baseando-se no livro de Tito Teixeira, na tese de SOARES e no mapa da Planta de Uberabinha de 1898, assinado por James Jhon Mellor, engenheiro inglês da Companhia Mogiana, datou o projeto de expansão viária no ano de 1898.

No mapa de abastecimento d`água da cidade, a principal modernização que conferiu o preço justo de se morar no centro, foi iniciada nas antigas terras da Igreja, ou seja, percebe-se o "Patrimônio da Matriz" correspondente ao "Patrimônio da Cidade". As ruas e avenidas encontram-se perpendiculares umas às outras e homogeneizadas nas larguras de suas aberturas; as praças, de retângulo alongado, do largo da Matriz e do Rosário enquadravam-se à estética visual urbana. Margeando as linhas topográficas, a igreja-Matriz aparece em região mais baixa que o Palácio dos Leões. As diversas arquiteturas sinalizadas no mapa também refletem o efeito do monumento, por serem consideradas, naquele período, não passíveis de demolição, sendo elas: Palácio dos Leões (Praça Antônio Carlos); igreja de N. S. do Rosário (Praça Rui Barbosa); igreja de N. S. do Carmo (Praça Cícero Macedo); atual escola Bueno Brandão e Fórum (ambos na Praça da República); a atual Escola Estadual Museu (praça D. Pedro II) e a Estação Ferroviária (atual Praça Sérgio Pacheco).

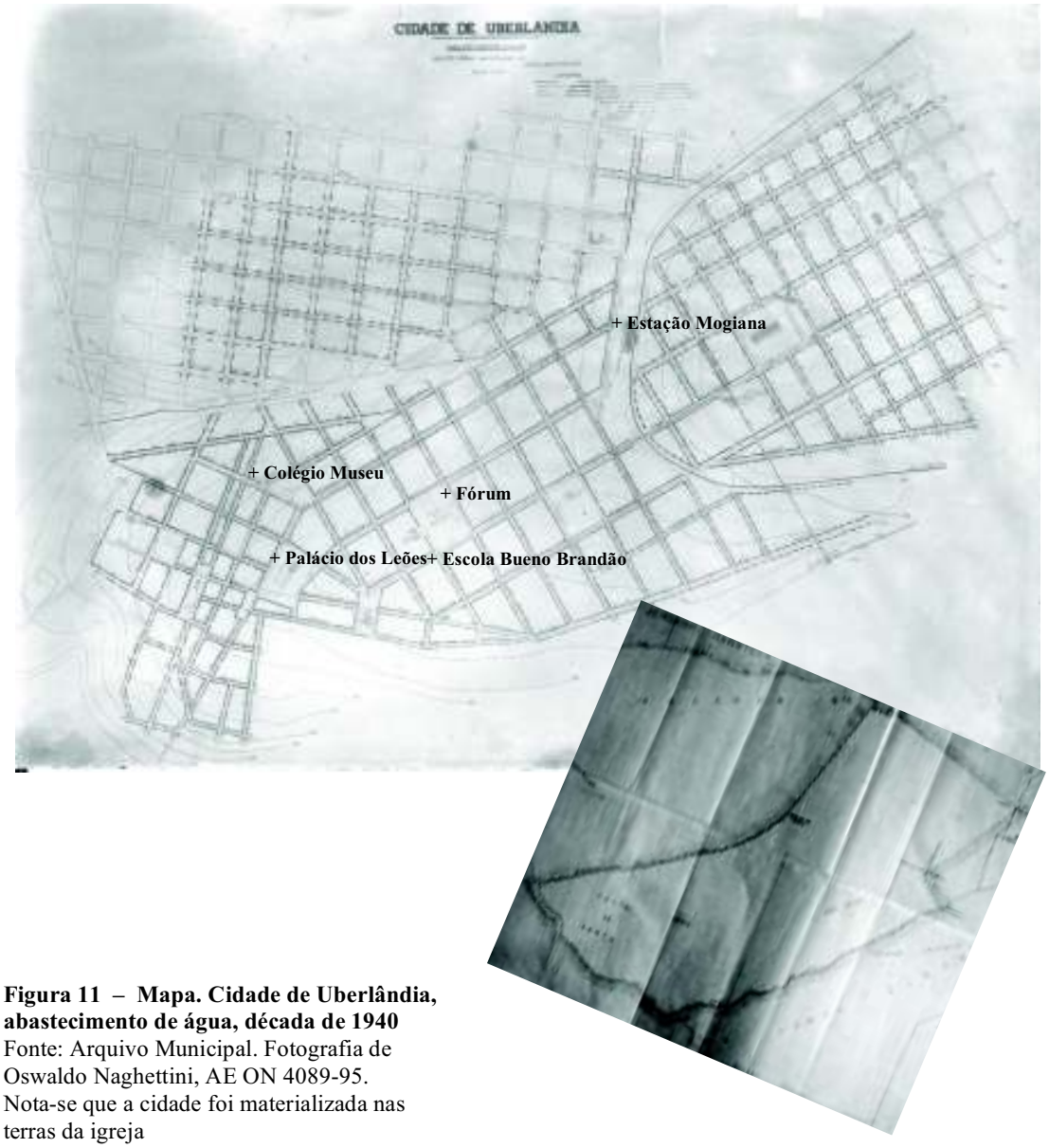


Figura 11 – Mapa. Cidade de Uberlândia, abastecimento de água, década de 1940
Fonte: Arquivo Municipal. Fotografia de Oswaldo Naghettini, AE ON 4089-95.
Nota-se que a cidade foi materializada nas terras da igreja

A construção reiterada do discurso do progresso, existente desde a instituição da cidade, posteriormente a compra do cemitério e a idealização do Paço Municipal, modelou nos uberlandenses o estigma de sociedade ordeira, ufanista e progressista. Isso fez com que a propaganda[8] da cidade para a própria cidade e para o restante da sociedade brasileira atraísse novos investidores nas décadas seguintes.

[8] Arquivo Municipal. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Uberabinha pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha em 1916. Exercício de 1915. *In.: Conta das despesas realizadas por conta da verba de Eventuais, durante o exercício de 1915, com fotografias para o "Álbum de Uberabinha = 105$000*, p. 4. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Uberabinha pelo seu Presidente e Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez em 21 de novembro de 1923. Exercício de 1923. *In.: Quadro demonstrativo das alterações das despesas realizadas por conta da verba Eventuais, durante*

Para o projeto viário de expansão urbana, a representação mais próxima encontrada é o mapa "Cidade de Uberabinha 1917", de autoria do engenheiro Nicodemos de Macedo. Neste, constatava *a medição dos terrenos dos patrimônios desta cidade e levantamento da respectiva planta cadastral, serviço que ficou pronto em Setembro, servindo já de base para o lançamento do aforamento.*[9] A contratação desse tipo de serviço foi previsto em seu *§ único - a municipalidade mandará levantar a planta do projeto de arruamento dos terrenos do patrimônio foreiros dos perímetros da cidade*.[10]

A análise do *projeto de arruamento* citado no Código de Postura (1912), o *levantamento* dos patrimônios foreiros, a *planta do projeto de arruamento* na zona central da cidade, a *medição* dos terrenos dos patrimônios desta cidade, assim como o *levantamento* da respectiva planta cadastral (Relatório Municipal), nos aclararam que as ações de identificar, levantar, medir, organizar e projetar os patrimônios existentes tinha o efeito do mapeamento da planta cadastral de Uberabinha.[11]

Anteriormente ao primeiro projeto de arruamento, a interpretação do memorialista local ARANTES (1938) de mapear o levantamento patrimonial de Uberabinha em 1856 com base nos patrimônios aforados na cidade, correspondeu à futura tradição de denominar de planta cadastral à composição dos edifícios e

---

o exercício financeiro de 1923. Compras na Livraria Kosmos (confecção do Álbum) = 5:530.450 Fotografias para o Álbum de Uberabinha = 360.000, s./p. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Uberabinha pelo seu Presidente e Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez em 2 de abril de 1925. Exercício de 1924. *I.: Anexo n.º 3. Quadro demonstrativo das despesas realizadas por conta da verba Eventuais, durante o exercício financeiro de 1924, com a propaganda do município no Brasil Comercial = 200.000.* Existe ainda um mapa, datado de 1949, representação muito próxima do mapa de abastecimento de água, referente ao mapeamento da cidade num total de 522 quarteirões inventariados pela primeira imobiliária Tubal Vilela, fundada em 1937, sinalizando *prédios e terrenos em prestações mensais* na *maior área loteada no Brasil Central*, além do slogan: *A Empresa Imobiliária criou/Tubal Vilela idealizou/Tubalina, cidade que surge/As margens do pitoresco Uberabinha.* Não foi consultado se houve tentativa oficial de modificar o nome da cidade, mas é curioso perceber a semelhança na sonoridade entre Tubalina e Uberabinha.

[9] Arquivo Municipal. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Uberabinha pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha em 20 de abril de 1918. Exercício de 1917. Tipografia da Livraria Popular, Uberabinha, Secções "Patrimônio", p. 11 e 12 e *Conta das despesas realizadas por conta da verba de Eventuais durante o exercício de 1915*, p. 4.

[10] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção I. Capítulo II – Da concessão de terrenos, alinhamentos, nivelamentos, arruamentos, etc.. Não trouxemos o mapa de 1917 por questões técnicas, mas analisamo-lo com base no mapa de distribuição de água. Assim, apenas não existem no mapa de 1917, a região depois do córrego Cajubá (hoje bairro Oswaldo Rezende) e a região posterior à quadra (campo) de futebol, depois dos trilhos do trem, o restante é semelhante.

[11] Arquivo Municipal. Relatório apresentado à Câmara Municipal de Uberabinha pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha em 1916. Exercício de 1915. Tipografia Progresso, Praça da Matriz, Uberabinha. *In.: "CONTA das despesas realizadas por conta da verba de Eventuais durante o exercício de 1915", com o engenheiro encarregado de organizar o cadastro do patrimônio = 3:500$000*, p. 4.

arruamentos existentes, ou seja, supostamente as ruas, as praças, os quarteirões e as edificações que compunham a cidade havia sidos levantadas (identificadas), medidas e interpretadas na representação gráfica da planta da cidade por um arruador ou técnico responsável. Posteriormente, a cartografia do levantamento da planta cadastral da cidade de Uberabinha de 1891 serviu de base para *o primeiro levantamento completo da cidade* em 1898.

LOPES (2002:48), consultando o memorialista Tito Teixeira (1970:58), afirmou que Mellor *fez o levantamento da planta da parte alta da cidade, compreendida do antigo cemitério então existente onde hoje é a Praça Clarimundo Carneiro, até as demarcações da linha férrea*. Para a historiadora,

> as ruas e avenidas, denominadas de "cidade nova", compreendidas entre a praça Clarimundo Carneiro e a Estação Mongiana, planejadas no final do século XIX pelo engenheiro inglês James John Mellor, seguiram um projeto urbanístico, (LOPES, 2002:78)

Ou seja, *uma "cidade nova" foi desenhada, em 1898, pelo engenheiro da Mogiana, o inglês James John Mellor* (LOPES,2007:29).

Entre afirmar, embora no mesmo ano e pelas mesmas mãos do engenheiro, que este realizou o primeiro *planejamento urbanístico* de expansão viária e que o *levantamento da planta* foi *o primeiro levantamento completo* realizado para a cidade de Uberlândia, há um descompasso conceitual. Isso porque o *levantamento* prevê a existência dos patrimônios das arquiteturas, ruas, praças e terrenos, e gera uma cartografia do espaço urbano; leva-se, pois, em conta as referências geográficas e topográficas da região. Ou seja, o mapa do levantamento tem por fim a fundação da cidade real, e o *planejamento* é a interpretação desse mapa e o ato criativo capaz de projetar, no caso de Uberlândia, um planejamento viário composto de avenidas longitudinais, praças e ruas transversais, para formarem os lotes e quarteirões de uma cidade imaginária que futuramente seria materializada no modelo viário do cruzamento ortogonal entre ruas e avenidas.

Nessa lógica, se o engenheiro inglês da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro James Jhon Mellor realmente desenhou o projeto viário em 1898, possivelmente ele partiu da cidade existente e do Código de Postura de 1898, que previa a construção do Paço Municipal. Se isso for verdade, o próprio engenheiro teria escolhido o local do cemitério para implantar o projeto.

Em 1891, data da oficialização jurídico-estadual e do respectivo levantamento patrimonial de Uberabinha, os monumentos arquitetônicos da recém instituída cidade eram: a igreja N. S. do Carmo, a igreja N. S. do Rosário (embora recém destruída, nesse mesmo ano, Arlindo Teixeira indicou a atual Praça Rui Barbosa para sua implantação), os córregos Cajubá e São Pedro e o cemitério. Em 1898, acrescia-se a esses monumentos, a estrada da Estação (atual Avenida João Pinheiro), paralela ao córrego Cajubá – ligando o cemitério ao prédio da Estação Mogiana (1895) e a igreja do Rosário (1893).

Partindo do sistema ortogonal, exigido pelo Código Municipal de Postura de 1898 para confeccionar as quadras, o projeto de expansão viária ligou a Estação Ferroviária à cidade velha, pois as nove ruas transversais foram desenhadas perpendicularmente ao córrego Cajubá, especificamente na altura da Estação Mogiana. Assim, as seis avenidas foram conectadas a partir da Rua Goiás, traçada perpendicularmente entre o córrego Cajubá e a arquitetura da igreja do Rosário, mas essas ruas não permaneceram perpendiculares à Rua Goiás, dividindo rigidamente as ruas da cidade nova das da cidade velha.

2.2.2. Centro cívico

O crescimento da cidade de Uberabinha, posterior à inauguração da igreja Nossa Senhora do Carmo e anterior à finalização do Código de Postura de 1898, foi processado de forma não cartesiana ao desenhar as ruas e quarteirões para compor o espaço púbico. Comprovou-se que, mesmo assim, existiam acordos políticos e um matiz ordenador do espaço urbano da vila. Mas esses acordos firmados anteriormente à instituição da cidade não estavam dispostos claramente em leis comuns ou de uso geral da coletividade ou homogeneizados sob os preceitos da Primeira República, modelados nos símbolos nacionais da "ordem e progresso".

Nessa visão, confirma-se, por meio de SEGAWA (1994:4), que o regimento das leis municipais no Brasil com a lei de 1.º de outubro de 1828 foi pontuado no *Regimento das Câmaras Municipais* e nas *práticas na ordenação urbana*, ditando a estética urbana das cidades. No que diz respeito ao significado de ordenação, MARX (1999:34), verificando os verbetes do ideário político no século 19, constatou que "ordenar" remetia à ordem ou a dar uma ordem. Ordenar poderia servir também como uma espécie de lei ou tudo que se diz advindo dela, bem como os sentidos de

ordenamento ou *dispor em seu lugar.* Nessa lógica, a renovação da estética urbana da vila transforma o comportamento social e os mapas mentais dos seus indivíduos.

A finalização das obras da Praça da Liberdade e do prédio da Câmara Municipal (Paço Municipal) foram as primeiras obras municipais previstas que ordenaram definitivamente a expansão das avenidas e das ruas transversais, das costuras viárias entre o centro da cidade velha e o segundo centro da cidade nova e consequentemente foi o motivo de todas as indenizações, desapropriações, remoções dos entulhos e terraplanagem do respectivo território da praça.[12] O antigo núcleo da cidade, anteriormente representado pela igreja, foi deslocado para a região do *perímetro Central, ... do centro comercial e ... da Câmara.*[13]

A criação de um prédio novo para a Câmara constituiu-se regra e lei geral a ser seguida pelos agentes municipais para firmar o discurso do progresso, da ordem e do ufanismo na cidade recém-nascida. Como medida inicial, foi *designado o terreno do cemitério velho para a construção de um jardim*, de acordo com as leis n.º 52 de 24 de maio de 1907 e n.º 110 de 31 de maio de 1909.[14] A primeira lei autorizou a demolição do cemitério, *pois como estão sendo demolidos os paredões do cemitério velho agora, de novo vimos falar sobre o jardim no local em que aquele se via, por julgarmos oportuna a ocasião.*[15] A segunda lei *dispõe sobre a abertura de uma nova praça que terá a denominação de "Liberdade"*, pois tradicionalmente nas praças que receberam essa denominação foram implantadas as Câmaras Municipais, como o exemplo seguido

---

[12] Fiz uma coletânea de todas as obras públicas e prestação de contas realizadas em torno da Praça do Paço Municipal (antiga Praça da Liberdade e atual Praça Clarimundo Carneiro) iniciadas em 1907 com a remoção do antigo cemitério e finalizadas em 1917 com a inauguração do prédio do Palácio dos Leões (Câmara Municipal). No parágrafo abaixo, a primeira citação foi extraída da lei n.º 110 de 31 de maio de 1909, as demais correspondem, respectivamente, aos Relatórios apresentados à Câmara Municipal de Uberabinha, com base nos exercícios de: 1915 (Secção "Obras Públicas", s/p), 1916 (Secção "Obras Públicas", s/p); 1916 (Relação dos serviços executados por conta da verba de Obras Públicas, Documento n.º 5, s/p.); 1916 (Relação das despesas realizadas por conta da verba de *Eventuais*, Documento n.º 7, s/p); e 1917 (Secção "Obras Públicas", s/p).
A Praça da Liberdade foi formada a partir dos limites do cemitério velho, seguindo*: as desapropriações das casas e terrenos situados nos quarteirões compreendidos entre o prolongamento da rua "XV de novembro", travessa "Uberaba", avenida "Afonso Pena", ruas "7 de setembro" e "General Osório; as desapropriações dos edifícios condenados na Praça da Liberdade e ajardinamento desta; ao desaterro e remoção de casas na Praça da Liberdade no valor de 620$700; as desapropriações de prédios na Praça da Liberdade no valor de 8.200$000; a compra de um pedaço de terreno do patrimônio para o Paço Municipal no valor de 50$000; os melhoramentos da Praça Municipal no valor de 3:213$500, a desapropriação de casas no valor de 8:500$000 e a prestação da quarta parcela do Paço Municipal no valor de 11:866$666.* Notem que os terrenos não edificados eram menos valorizados que os edificados.

[13] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção I. Da cidade, seus subúrbios, distritos e povoações, artigo 219.

[14] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção II. Capítulo IV – Das obras ruinosas, artigo 847.

[15] *apud.*Temer, Sérgio. 2001. *In.: Jornal Nova Era, 9/3/1907, p. 2*.

da capital mineira Belo Horizonte e da capital nacional Rio de Janeiro de *estender a Praça da Liberdade o tanto quanto o terreno permitir* (SEGAWA, 1994:5).

A identificação do local da praça, após o sentido de "cemitério velho" à *obra ruinosa ou condenada* [16], associou os muros *ruinosos* ao cemitério *velho* para *condená-lo* à demolição. Os antigos cemitérios, em várias localidades brasileiras, estavam sendo removidos por questões sanitárias. O cemitério tornava-se assim um lugar estratégico para a cidade, a vila existente. Além de localizar-se topograficamente em terreno mais elevado que o primeiro monumento urbano, a igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, possibilitava um lugar de destaque para a nova construção do segundo monumento urbano. E o fez, já que nos limites do cemitério partiam a Estrada da Estação (atual Avenida João Pinheiro) desenhada paralelamente ao curso do córrego das Galinhas (Cajubá) e a futura Avenida Afonso Pena, iniciada também no cemitério e desembocada na Estrada da Estação.

Supostamente, a região do antigo cemitério foi o lugar de chegada dos forasteiros da cidade e o limite edificado para os moradores entre a antiga vila e a cidade nova que haveria de ser construída, representando também o lugar de partida e a última delimitação da vila para os seus moradores. A edificação do Paço Municipal sobre os limites do cemitério demolido e seu respectivo lugar cívico foi a condição conferida aos antigos moradores de sobreporem as sensações da morte, do medo às sensações do nascimento, da ordem, do progresso, da proteção e da segurança oferecidas pela cidade. A demolição dos muros ruinosos para remover o cemitério velho demonstrou no planejamento viário da nova cidade a dependência dos acordos prévios entre a comunidade e o governo local mediado pelo agente executivo (prefeito). Isso feito para que pudessem ser efetivadas publicamente as transferências dos direitos dos patrimônios territoriais particulares, incorporados ao patrimônio territorial público municipal.

No ano seguinte à desapropriação do cemitério velho, publicou-se:

> ... abertura, alinhamento e arborização das três avenidas que se estendem da cidade à estação, atravessando um imenso platô, e que só espera estes serviços para tornar-se, em poucos anos, o lugar mais povoado e talvez a parte mais bonita da cidade. (JORNAL O PROGRESSO, 26/1/1908, p.3)[17]

---

[16] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção II. Título I – Da higiene municipal. Capítulo VI – Das obras ruinosas, artigo 580. O capítulo anterior a esse corresponde Da extinção dos cemitérios.

[17] Encontrei esse trecho em SOARES (1995), ATUX (2001) e TEMER (2001).

Percebe-se a correspondência entre as decisões firmadas pelos vereadores da Câmara Municipal, a aprovação das leis e códigos de postura municipais, a confecção dos relatórios municipais e a divulgação nos jornais locais das discussões políticas referentes à fabricação do espaço público, ao longo dos vinte anos do processo para a formação do Paço Municipal. Este fora sinalizado em 1898 no Código de Postura Municipal; iniciado em 1907 com a confirmação da decisão da demolição dos muros do cemitério velho; transformado em lei em 1909 com a publicação da transferência da função pública do local do antigo cemitério para a Praça da Liberdade; lançado as obras em 1915; e inaugurado o prédio do Palácio dos Leões em 1917. Assim, o espaço público da vila tornou-se novamente político (depois do primeiro monumento arquitetônico religioso) com a renovação da estética urbana com a arquitetura do Paço Municipal. Esse lugar sobreviveu ao "progresso" urbano das demolições e reconstruções e transmitiu às subsequentes gerações os feitos memoráveis representados por sua arquitetura eclética.

Na Figura 12, ao fundo, da esquerda para a direita, vê-se a curva formada pela Avenida Afonso Pena ao passar pela Rua Goiás, o Palácio dos Leões, a Cia. Força e Luz (atualmente Oficina Cultural), ambas as arquiteturas projetadas pelo construtor Cipriano Del Fávero, e as duas torres da igreja N. S. do Carmo. Possivelmente, essa fotografia foi registrada a partir de uma arquitetura de dois andares e anteriormente a 1943, quando a igreja-matriz N. S. do Carmo foi demolida. O horizonte urbano praticamente desaparece na paisagem natural do cerrado, focando a visão clássica do fotógrafo ao dividir, em duas partes iguais, a cidade e o céu.

Na Figura 13, apesar dos cortes das árvores que davam sentido à gramática da Avenida Afonso Pena, esta permanecia como uma das principais vias de ligação entre da cidade velha à cidade nova. Nesse enquadramento, possivelmente um registro aéreo ou um registro feito a partir dos primeiros edifícios verticais da década de 1950-1960, o ângulo enquadrado, aumentando o campo de visão da cidade, enfatiza o aspecto pitoresco de Uberlândia, do espaço urbano destacado rigidamente da natureza, a cidade sobressaindo ao cerrado.

Figura 12 – Fotografia. Osvaldo Naghettini. Avenida Afonso Pena, década de 1940. Fonte: Arquivo Municipal, AE ON 0070-95

Figura 13 – Fotografia. Roberto Cordeiro. Postal de Uberlândia. Avenida Afonso Pena, décadas de 1950-60. Fonte: Arquivo Municipal, AE RC 0064-96

A escala urbana do projeto da Câmara Municipal do Palácio dos Leões, os elementos decorativos ufanistas no brasão da República, as cores amarela da alvenaria e verde das esquadrias, a clássica simetria vertical e horizontal das fachadas e dos enquadramentos das aberturas e portas, além do destaque de seu volume no interior da Praça da Liberdade, simbolizam essa arquitetura como monumento cívico. Este voltado aos discursos de fundação da cidade, diferentemente da antiga aparência da Casa da Câmara. Oportuno torna-se citar o discurso utilizado para a sua construção:

> ... cumpro o dever de chamar a vossa atenção para a extrema necessidade que sentimos de dotar Uberabinha de um Paço Municipal decente.
> O edifício da municipalidade, em toda parte, é a sala de visita do município; é nele que se recebem as visitas das autoridades constituídas, dos governos e por ele se pode ajuizar do gosto e da cultura de seus habitantes.
> Ora, o edifício que possuímos atualmente, acanhado, pequeno, humilhante, não comporta as repartições municipais e dá, além disso, uma má idéia do papel que representa a Câmara, numa cidade que se modifica todos os dias, melhorando consideravelmente o aspecto das ruas pelo encascalhamento e das suas construções pela edificação de novos e elegantes prédios.
> (Relatório 1916, exercício 1915, J. S. Rodrigues da Cunha em 1916. *In.: Paço Municipal*, p. 13)

As qualificações: *acanhado, pequeno, humilhante, má idéia*, entre outras similares, compõem o contradiscurso do progresso criado pelos agentes municipais para a atual Casa da Câmara, Intendência e Fórum. Isso com o objetivo de persuadir os vereadores da Câmara Municipal da liberação das verbas para a construção de uma arquitetura cívica que causasse a impressão atenção de renovação visual do centro da cidade. Talvez o primeiro contradiscurso do progresso - criado para viabilizar a nova construção e produzido no mesmo ano da aprovação da construção da Praça da Liberdade – tenha sido escrito tomando como base a antiga Casa da Câmara e Cadeia. Isso, por ser *simplesmente uma vergonha o lastimável estado em que se encontra este prédio estadual, que mais parece pardieiro do que um templo onde se cultiva o sentido de justiça.* (O Progresso, 14/11/1909, p.1, *Nosso Fórum*, por Jerônimo Arantes).

O aspecto de *pardieiro* e os sentimentos da vergonha, humilhação e lástima são recursos retóricos destinados a criticar os vereadores de Uberabinha por esses desobedecerem às regras ditadas pelo espírito ufanista nacional. O mesmo signo-casa não distinguia visualmente as características do templo cívico da cidade assim como era distinta a arquitetura religiosa para a antiga vila. As semelhantes estéticas entre a Casa da Câmara e Cadeia e as demais casas residenciais afetavam também a veiculação das

imagens divulgadas da cidade, possivelmente pelo julgamento antiestético às novas e elegantes construções particulares implantadas na região central. Nessa ótica,

> continua, pois, muito animada a construção na cidade, empenhando-se cada construtor ou arquiteto para apresentar melhor trabalho e graças a essa nova orientação, modifica-se rapidamente o aspecto *urbs* [da *urbe*], onde os prédios modernos e elegantes se sucedem uns aos outros. (Relatório 1919, exercício 1918, J. S. Rodrigues da Cunha. *In.: Construções*, p. 17)

O edifício do Palácio dos Leões - apropriado como principal elemento urbano da cidade e como o monumento capaz de reordenar o espaço urbano às novas construções - simbolizou o impacto visual dessa arquitetura na consciência local, configurado pela quantidade de registros fotográficos em relação às outras arquiteturas da cidade. Confirmou, assim, o espírito de cidade progressista e acelerou o ritmo do tempo que renova incessantemente a imagem da cidade. O rigor na linguagem utilizada pelo agente executivo italiano J. R. da Cunha para descrever a urbe ou a cidade de Uberabinha foi interpretado em dois aspectos: primeiro ele finalmente conseguiu visualizar em Uberabinha a impressão da cidade grande, somando a arquitetura cívica às avenidas existentes; segundo, o conjunto da praça, arquitetura cívica, ruas e avenidas, reforçava o contradiscurso do progresso, caracterizado pelo velho aspecto visual da cidade quando Uberabinha ainda era a antiga vila. É curioso notar na descrição do Palácio dos Leões pelo mesmo agente executivo a conservação dos significados do monumento arquitetônico europeu do século 17 (magnífico, durável e ilustre):

> ... esse majestoso edifício, pela sua solidez, beleza arquitetônica e conforto que oferece ao fim a que destinou, vale incontestavelmente o dobro do que custou, mas, apesar disso, houve espíritos que o julgaram caro. (Relatório 1919, exercício 1918, J. S. Rodrigues da Cunha. *In.: Paço Municipal*, p. 7)

O desenvolvimento urbano – que fixou no monumento religioso a consciência local da vila, materializou no lugar cívico o aspecto de cidade, renovou na arquitetura pública o gosto estético pelo novo, forjou nos mapas mentais da elite uberlandense a nova referência urbana de centro da cidade – preservou em Uberabinha o processo "modernizante" demolir-reconstruir as cenas da cidade. O nascimento da vila, a fundação da cidade e o seu renascimento como espaço público e político elegeram a igreja e o palácio monumentos urbanos. E o fez por fixarem o núcleo da cidade, por estabelecerem a diferença entre o velho e o novo, pelas durações existenciais de suas arquiteturas, por reorganizarem o espaço social e projetarem os ideais cívicos e morais pensados para a presente sociedade no tempo futuro.

A política empreendedora dos habitantes da vila foi semelhante à política dos habitantes que fundaram a cidade. Aqueles que habitavam a vila tinham consciência de que haviam construído o núcleo do espaço urbano e que a composição desse lugar não apresentava mais as características das fazendas do sertão mineiro para a estalagem dos tropeiros e forasteiros que transitavam entre os Estados de Goiás e São Paulo. O desenvolvimento urbano de Uberabinha – além da estética formal entre o monumento religioso (de madeira, barro e pouco decorado) e o monumento cívico (de adobe, estuque e rico em elementos decorativos) e da estética visual de ambos os monumentos terem sido destacados em meio à praça pública – foi enaltecido em plena construção do Palácio dos Leões:

> ... foram edificados e reconstruídos totalmente, no correr do ano findo, 47 prédios... Essa é a melhor prova do desenvolvimento que vem tendo Uberabinha todo ano. Se nada interromper essa marcha, dentro de 10 anos, esta cidade terá certamente o dobro da população atual e tudo parece confirmar que assim seja, porque a procura de casas para aluguel é enorme e os preços de aluguel já estão bastante elevados... Cidade nova e em pleno desenvolvimento, cônscia de sua importância e sequiosa de progresso, são muitas as obras de que ainda temos urgentes necessidades. (Relatório 1917. Exercício 1916, p. 11)

As constantes renovações urbanas, apagando antigas cenas na sobreposição de novos marcos referenciais na cidade, aceleraram a sensação do tempo criado socialmente e transformaram o discurso do progresso, pelo novo enquadramento visual criado no espaço público. Anteriormente, mesmo no início das obras do Palácio dos Leões, a elite local de Uberabinha já definia sua sociedade como velha pela ausência de um prédio digno para comportar as atividades administrativas e pela escassez de equipamentos pensados como indispensáveis para que uma cidade pudesse existir realmente como uma cidade grande: como água, esgoto, luz elétrica, pavimentação nas ruas e avenidas e principalmente o cultivo constante do gosto da renovação da fisionomia da cidade.

O discurso produzido pelo agente executivo Rodrigues da Cunha para a cidade de Uberabinha no ano de 1917 reitera o espírito progressista e ufanista, prevendo para depois de dez anos o rápido crescimento urbano em constante marcha pelas aberturas das avenidas em direção à Estação Mogiana. Dez anos se passaram e curiosamente o agente executivo Cel. Eduardo Marquez relatou:

> ... novos bairros se formam além da via férrea... extensas avenidas, como Floriano Peixoto e João Pinheiro que, pela ausência quase completa de casas, mais pareciam projetos de ruas, do que ruas propriamente, foram, logo depois beneficiadas, ladeadas de numerosos e lindos prédios, que além de concorrerem para o embelezamento da cidade, trazem grande aumento das rendas municipais ... atraem para a nossa cidade as simpatias dos que nos visitam, muitos dos quais, fixam aqui a sua residência e, com seus capitais e trabalho, aplicam no comércio e nas indústrias. (Relatório 1927. Exercício 1926, p. 5 e 6)

A cidade de Uberlândia foi formada ao longo de sua história urbana pelas constantes expansões viárias, pelas apropriações do território urbano, pela população pobre atraída pelos discursos do "progresso" e pelos novos investimentos comerciais e industriais. O desenvolvimento urbano, devido à abertura das avenidas Afonso Pena, João Pinheiro e Floriano Peixoto, na década de 1910, adensou-as, ficando visível na Fig. n.º 14, à direita, o aglomerado de prédios em torno da Avenida Afonso Pena (que não aparece). As próximas avenidas correspondem à João Pinheiro e à Cipriano Del Fávero, ficando nítida a percepção do Coronel Eduardo Marquez em relação às extensas avenidas sem casas, que *mais parecem projetos de avenidas.* A Avenida João Pinheiro com canteiro central arborizado é interrompida pela Estação Mogiana, no alto desse enquadramento, dividindo a antiga região urbana da suburbana, além de indiciar o entrave físico dos seus trilhos

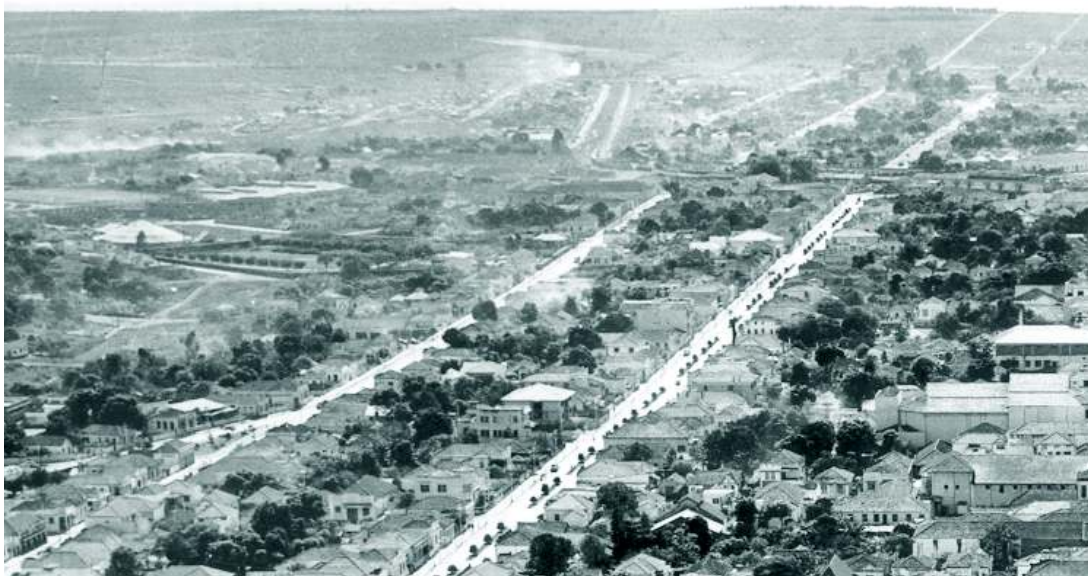


Figura 14 – Fotografia (detalhe). Osvaldo Naghettini. Vista aérea de Uberlândia. Fonte: Arquivo Municipal. AE ON 0212-95

A região do centro urbano ou da cidade nova, basicamente, já havia sido ocupada em meados da década de 1920, mas não adensada. Todavia, o alto preço para habitar na cidade velha e nas suas imediações ficou reconhecido nos melhoramentos das estruturas de água e esgoto, na pavimentação das ruas, na estética arquitetônica, na sua maioria eclética, e nas constantes preocupações da elite municipal em conservar essa região da cidade, livre das arquiteturas com aspecto ruinoso ou mal conservadas na limpeza. A construção da imagem para o centro da cidade correspondia à cidade nova, elegante, com edifícios que aplicavam as técnicas construtivas e materiais modernos, diferentemente de outras novas construções que estavam *afastadas dez metros do alinhamento e fora, por conseguinte, das disposições legais no que diz respeito a plantas, altura e simetria ... destinados a habitações populares, em número maior que os licenciados.* (Arquivo Municipal. Relatório 1921. Exercício 1920, Diretoria de Obras, p. 7)

As construções, baseadas na regularidade das plantas, na disposição simétrica das janelas na fachada, com os telhados escondidos pelas platibandas ornamentadas, implantadas nas ruas retilíneas e traçadas regularmente, arborizadas nas ruas e nos jardins muradas e particulares, foram consideradas pela elite uberlandense a região da cidade moderna, comercial, rica, re-elaborada constantemente para alcançar o prazer estético daqueles que nela habitavam ou transitavam. E essa foi a principal região divulgada como *a* cidade de Uberlândia, enquanto a região suburbana, que contornava esse novo centro, foi aos poucos ocupada sem o rigor previsto pelos agentes municipais, mas, de alguma forma, manteve os padrões estabelecidos pelo para o centro da cidade.

A proximidade que o novo centro manteve com o antigo núcleo urbano fez dele o principal lugar da cidade onde as ações públicas mais renovavam as cenas antigas que construíam novas paisagens. Da cidade velha, prolongavam as monumentais avenidas retilíneas, quase sem residências para ocupá-las em toda a sua extensão. Gerou, ando assim, mais o aspecto de cidade projetada e inacabada do que propriamente da cidade renovada e acabada, pois os empreendimentos urbanos realizados eram iniciados a partir da terra virgem, não edificada. Na periferia, as construções mantinham o aspecto provisório da habitação e a configuração urbana da cidade na época da vila. Já na primeira região da cidade, voltada para os fundos da cidade nova, a renovação era nítida, pois *todos os bueiros existentes na parte velha da cidade, cobertos com madeira, foram capeados com lajes de pedra*. Aos poucos, nessa região, os postes de madeira foram substituídos por postes de ferro e, com a inauguração do coreto em 1925, na

Praça da Liberdade, *para que mais realce oferecesse a este jardim e desaparecesse a poeira da terra vermelha de que é constituído o seu terreno, encascalhou-se toda a praça ajardinada com cascalho branco.* (Relatório 1926, Exercício 1925, p. 21, 23)

O nascimento da vila e o renascimento da cidade, num mesmo movimento, instaurou o discurso do envelhecimento visual do centro da cidade existente e alimentou o gosto pela renovação da sua estética urbana na imaginação social. Nessa análise, o desenvolvimento urbano de Uberabinha e da região – do largo da matriz, fazendas, largo do comércio, largo da cavalhada, largo do Rosário e o cemitério – interpretada como cidade velha, permaneceu em constante renovação na fisionomia urbana, tanto no que diz respeito às demolições e reconstruções físicas, quanto às substituições dos materiais de revestimento das fachadas e ruas.

A antiga vila assumiu uma medida visual para a cidade nova com a comparação da estética das edificações existentes às futuras construções. À velha Uberabinha foi imposta a função do tempo passado que constantemente deveria ser esquecido, por ser carregado de referências simbólicas e materiais, representadas principalmente pela estética visual da sua igreja-Matriz. O *velho* correspondeu ao patrimônio de madeira, barro e cal, dos telhados de telha cerâmica aparentes, condenado publicamente a renovar sua estética visual; e o *novo* correspondeu à arquitetura recém-edificada, eclética, e que a todo instante renovava a cidade velha e inovava a cidade nova.

A percepção que distinguiu o espaço de duas cidades – a real e a imaginária – e a criação dos tempos sociais da vila (lento) e da cidade (acelerado) revelam outro estágio da sociedade. Tempos apreendidos lentamente, nessa pesquisa, com a assimilação e aprimoramento dos instrumentos de orientação e a transformação estética na confecção dos levantamentos das plantas cadastrais da cidade, e a aprovação das leis jurídicas e a fabricação do projeto viário. A evolução urbana, pontuada no sistema de cruzamento entre ruas e avenidas e o nascimento da esquina, formataram a lógica visual que reduziu a surpresa e a incerteza dos espaços da cidade, quando os edifícios arquitetônicos, como antigamente, se antepunham às ruas. Assim, a cidade transformava-se, comunicando seus monumentos arquitetônicos, representados principalmente pelo centro cívico.

O primeiro postal da cidade de Uberabinha foi concebido em duas fotografias a partir do mesmo local registrado, uma mais aproximada e outra mais distanciada. Possivelmente, optou-se pela escolha da Fig. n.º 15 para o postal oficial, pela luz que incidiu no Palácio, anterior ao meio dia, dando-lhe uma luminosidade diferente do dia nublado da figura posterior, embaçada. Nos dois ângulos fotográficos, a visão

representou a cidade velha, a partir da cidade nova, revelando o desaparecimento do *fundinho* da cidade escondido na topografia do terreno. A imagem da cidade é a imagem da cidade mais antiga, da cidade formada, e não em processo de formação como a da cidade nova. A eleição das cenas urbanas centrais e a exclusão do subúrbio revelam os mapas mentais das pessoas e a representação daquilo que elas imaginam ser a cidade.

Essa imaginação social de cidade, com o mesmo sentido de visão a partir da cidade mais nova, permaneceu na década de 1980 e foi amplamente divulgada no jornal local. Nesses termos, a imaginação do *fundinho da cidade,* apagado pela cidade nova, atualiza-se nas fotografias. Nos dois registros apresentados, o Fundinho se esconde atrás dos edifícios verticais, à direita.

Figura 15 – Fotografia. Roberto Cordeiro, década de 1920. Vista a partir do palacete de Oswaldo Naghettini. Fonte: Arquivo Municipal, AE RC 0065-96

Figura 16 – Fotografia. Oswaldo Naguetini, década de 1920. Vista a partir de seu palacete. Fonte: Arquivo Municipal. AE ON 0076-95

Figura 17 – Fotografia. Vista do Fundinho a partir da cidade nova. Fonte: CORREIO n.º 117 de 27/08/1986, p.6. Documento sobre Uberlândia na TV Paranaíba

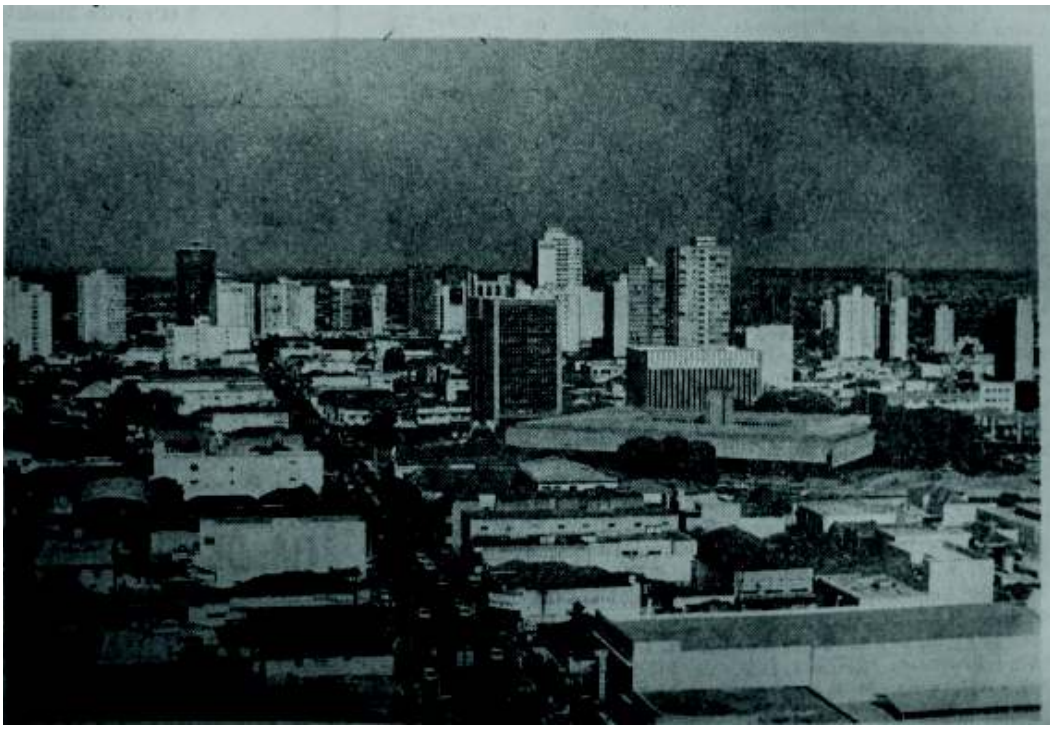


Figura 18 – Fotografia. Vista do Fundinho a partir da cidade nova. Fonte: CORREIO n.º 126 de 25/06/1988, manchete de capa. Construção civil em Uberlândia cresceu no primeiro semestre 35%

A íntima relação entre os códigos, as leis, os mapas, a fotografia e a percepção da cidade pelas pessoas representou o processo de fixar no papel a criação e conservação dos monumentos e os lugares da cidade eleitos socialmente, como: a edificação do templo religioso e o levantamento cadastral da Vila de São Pedro de Uberabinha (1856), a instituição da cidade no âmbito municipal (1888) e estadual e o primeiro levantamento cadastral da Cidade (1891), a chegada do "progresso" do trem e a expansão das estradas de terra (1895), a composição dos códigos de postura municipal e o segundo (primeiro) levantamento cadastral da cidade (1898), a cidade ideal de Uberabinha 1917, a construção do Palácio dos Leões (1917), a materialização da cidade ideal na fotografia aérea (posterior a 1943) e a representação da cidade pelo monumento do Paço Municipal.

O nascimento da cidade, em 1888, modificou a consciência do habitante da vila, renovou as cenas da cidade com o renascimento do espaço político, decretou uma nova geração de políticos conscientes historicamente da instituição do calendário municipal e do ano um iniciado em 1888 (e não na longa gestação do espaço urbano). Ou seja, os moradores da cidade de Uberabinha conservaram a consciência histórica dos tempos do passado, separaram os lugares velhos dos novos pela estética das arquiteturas existentes e projetaram/imaginaram uma cidade baseada no ordenamento espacial das cenas urbanas, conferindo o *status* social de cidade progressista que a própria sociedade criou.

Em resumo, a igreja de Nossa Senhora do Carmo de partido tradicional mineiro e a câmara municipal do Palácio dos Leões de estilo eclético, apesar de não apresentarem o caráter da monumentalidade e grandiosidade das igrejas e câmaras municipais barrocas, nem mesmo a exuberância estética dos elementos decorativos, condensaram todas as características do conceito de monumento, pois, como técnica da visão, geraram o efeito de destaque visual na paisagem do cerrado. Como elemento urbano estruturaram os caminhos e trilhas da vila e as avenidas da cidade, como elemento simbólico representaram as formas de poder do estado e da igreja, como elemento político dividiram o espaço urbano nas formas de organização espacial e como memória preservaram a coesão social. A igreja curada de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião, no final do século 19, mesclou o imaginário político, urbano e social, e sua arquitetura continuou mais importante que a novidade arquitetônica do Paço Municipal. Isso porque mesmo depois de instituída a cidade em 1888 e reconhecida estadualmente em 1891, foi excluído do Mapa do Patrimônio de 1891 o Paço Municipal, por não representar o projeto de cidade progressista e ufanista. Após a sua inauguração, ele

tornou-se a arquitetura mais fotografada e registrada pela imprensa e pelos moradores locais, tomado como o centro e o divisor territorial entre a cidade velha e a nova, entre o Centro e o Fundinho.

2.2.3. Código municipal de postura

Analisando, diversos documentos oficiais, entre os anos de 1980-90, percebi que somente foi considerado o valor histórico do Fundinho, porque essa região existiu anteriormente ao nascimento da cidade. Percebi também que, nos primeiros anos do século 20, a paisagem prevista para a antiga vila deveria ser renovada adequadamente a partir das qualidades dos materiais e técnicas construtivas, propostas para a nova região central. Isso permite dizer que, em uma visão ampla, a apreciação da existência do patrimônio ruinoso ou abandonado nas proximidades do núcleo urbano o condenava publicamente à sua demolição ou à sua reconstrução. E nas duas últimas décadas do século 20, a arquitetura com aspecto de ruína ou de abandono passou a ser apropriada pelo valor histórico por ser localizada na região mais antiga da cidade. Nesses termos, investiga-se nos textos dos primeiros Códigos Municipais de Posturas o ideal estético previsto para a paisagem urbana de Uberlândia, principalmente, no espaçamento territorial *Fundinho-Centro*.

Tem-se em mente que estas regiões urbanas, atualmente, são distintas visualmente; o *Centro*, de malha viária ortogonal e de avenidas monumentais (em relação à escala do Fundinho), foi considerado pela imaginação social *cidade nova* e, o *Fundinho, cidade velha*, dos becos, largos, vielas, trilhas, igrejinhas – imaginário típico dos vilarejos brasileiros. Mas, o distrito de Miraporanga, que deu origem à Uberlândia, permaneceu com características de povoado, distante da "cidade grande" e sua igreja preservada representou o primeiro tombamento municipal. Assim, a imaginação urbana de centro histórico e sua relação com o desenvolvimento do núcleo da cidade articula-se ao espaço, ao tempo e à memória.

De acordo com o Código de Postura e Regime Tributário da Câmara Municipal de Uberabinha de 1912,[18] aos munícipes, cabia a representação política do *poder autônomo e soberano sob o regime constitucional* para delimitar a área da cidade e integrá-la ao Distrito de Santa Maria, hoje conhecido por Miraporanga, lugarejo que

[18] Arquivo Municipal. Impressão sobre a fiscalização do Agente Executivo Dr. J. S. Rodrigues da Cunha, 1912. Todos os itens em itálico desse parágrafo correspondem, respectivamente, à Primeira Parte - Organização do Município-, à Segunda Parte - Posturas Municipais, Leis e Regulamentos, Secção 1.ª, Título I – Da cidade, seus subúrbios, distritos e povoações; e aos Artigos 219, 220, 221, 222, 223, 224.

possibilitou o nascimento de Uberlândia. Os significados encontrados nos Códigos de Postura de *distrito* e *cidade* e *zoneamento urbano, suburbano, rural, central* e *periférico,* foram interpretados a partir das edificações e ruas, e suas implantações na paisagem natural existente. A região *urbana* compreendeu-se, territorialmente, dos trilhos da Estação Mogiana até a igreja Nossa Senhora do Carmo, delimitada pelos córregos Cajubá e São Pedro; o *centro urbano* foi dividido, ainda, em *comercial e cívico.* Fora desse território urbano surgiam, hierarquicamente, o subúrbio, a zona rural (composta de fazendas) e, além dessas, o distrito.

Um documento que estabelece uma referência de passado, presente e futuro à cidade e ao distrito, foi encontrado na descrição da capela de Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga em 1968, ano em que essa seria tombada municipalmente por ser considerada patrimônio histórico:

> ... a capela olhando desamparada para o vilarejo que a abandonou ali, sozinha, mudou-se para o outro lado do córrego. O reboco de suas paredes já está todo caído, seu assoalho carcomido pelas térmitas, e o seu sólido teto feito de madeira de lei, foi recurvando-se pelo peso dos anos. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 13 de 14/09/1968, *Uma Capela...*, por João da Silva Rodrigues Jr.)

A percepção do patrimônio histórico religioso correspondeu aos significados do carcomido, do velho, do recurvado e do antigo. Abandonar a capela significava, de um lado, que os moradores de Miraporanga não mais se interessavam em conservá-la e, de outro, que deixar um lugar era reconhecer as relações do distrito *desamparado* das modernizações realizadas na cidade grande. O passado surge do peso dos anos impressos especialmente representado nas alvenarias de barro e na madeira das estruturas dos pisos, esteios e telhados. É muito simbólica essa observação, mesmo que no distrito, pois o barro, a madeira e diversos outros materiais foram expressamente condenados no centro da cidade por serem considerados bens não duráveis, em relação às obras de modernização confeccionadas de pedra, ferro, cimento e asfalto. Seguem-se alguns exemplos:

> ... no perímetro central da cidade não será permitida a construção ou reconstrução de muros de terra.
> ... no perímetro suburbano são permitidos os muros de terra.
> ... no perímetro central ou urbano não são permitidos fechos de madeira, zinco, arame.

A estética desses materiais, de alguma maneira, causava uma impressão visual negativa para a região central da cidade. Assim, as calçadas também

> ... deverão ter passeios de pedras em lajes esquadrejadas e perfeitamente ajustadas, mosaico, pedra com uma coberta de cimento, pedras artificiais, tijolos ou paralelepípedos de madeira com asfalto e os portões que derem entradas para quintais ou terrenos no perímetro central, deverão ter a altura mínima de 2m e 20 ... pintados a óleo as portadas e folhas[19].

As edificações, reedificações e construções em geral, no centro urbano, eram aprovadas pelos técnicos responsáveis, de acordo com as seguintes condições:

> *a)* todo o madeiramento empregado dentro de lei;
> *b)* os esteios exteriores revestido de tijolos, concreto ou estuque de argamassa, **de modo a imitarem as construções modernas**;
> *c)* as paredes convenientemente desempenadas e rebocadas com argamassa de cal e areia ou revestidas de melhor preparo[20].

As paisagens, urbana e suburbana, previstas no Código de Postura devem *conciliar o interesse da parte com o embelezamento da cidade, fazendo observar as disposições aplicáveis à parte em reconstrução, tendo em vista a estética e a simetria, sem prejuízo das condições gerais de higiene*[21]. Não foi encontrada nenhuma legislação específica para demolir ou reconstruir Miraporanga, nem mesmo projetos que sugerissem a expansão viária. Já os processos de modernização de Uberlândia, iniciados no centro, atingiram a periferia e o subúrbio e, de algum modo, atualmente, assemelham-se, aparentemente, ao centro mais antigo da cidade.

Nas ilustrações a seguir, a semelhança entre o *antigo subúrbio* (atual Centro), e o *antigo centro* (atual Fundinho), ocorre principalmente pelas ruas e calçadas estreitas e o alinhamento da fachada das arquiteturas rente à calçada.

---

[19] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção I. *Capítulo III – Dos passeios e muros.* Os trechos em itálico desse parágrafo correspondem respectivamente aos artigos 238, 242, 244, 251.

[20] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção I. *Capítulo IV – Das edificações, reedificações e construções em geral,* artigo 271. (Grifos meus)

[21] Idem. Idem. *Capítulo IV – Das edificações, reedificações e construções em geral,* artigo 227.

Figuras 19, 20 – Fotografia. Centro (antigo subúrbio), Rua Padre. M. Florindo esquina com a Rua Abdala Haddad. Fonte: do autor, agosto de 2008

Figuras 21, 22 – Fotografia. Centro (antigo subúrbio), Rua Gardênia esquina com Rua Abdala Haddad. Fonte: do autor, agosto de 2008

Figuras 23, 24 – Fotografia. Fundinho, Rua Vigário Dantas esquina com Rua Tiradentes.
Fonte: do autor, agosto de 2008

Figuras 25, 26 – Fotografia. Fundinho, Rua Vigário Dantas esquina com rua Tiradentes.
Fonte: do autor, agosto de 2008

Afirma-se que apenas as arquiteturas localizadas nas proximidades da igreja Nossa Senhora do Carmo, do prédio da Câmara Municipal e distantes do antigo subúrbio, foram apropriadas como patrimônio histórico. Tudo indica que a estética dessas arquiteturas e suas proximidades com o núcleo urbano foram importantes para o processo que as identificaram simultaneamente à apropriação do antigo centro urbano como centro histórico. É importante ressaltar que, até o final do século 20, todas as arquiteturas tombadas municipalmente estavam inseridas no Fundinho, são ecléticas e vizinhas às praças ou implantadas nelas.

Dando continuidade a esse pensamento, a arquitetura eclética associa-se às *arborizações e jardins públicos*[22] das praças e corresponde à fundamentação do ideal de embelezamento imaginado para o Fundinho, desde o início da década de 1910, fazendo dele um lugar distinto das outras regiões da cidade.

Se as casas tradicionais estão para o quintal, o pomar, as hortaliças e as galinhas, as casas ecléticas estão para os jardins, as flores e a varanda; se as edificações tradicionais estão alinhadas à calçada e aos fundos surgia o quintal, as edificações ecléticas estão recuadas da calçada, criando os jardins frontal e lateral. Nessa leitura, o conjunto das praças arborizadas de ruas estreitas, muitas vezes não paralelas umas às outras (ora planas, ora íngremes), o conjunto das residências ecléticas e tradicionais e seus respectivos porões, jardins, varandas e quintais, caracterizam a paisagem urbana do Fundinho

2.3. Cidade velha, lugar de memória

O ano de 1943 representou dois eventos históricos para a cidade de Uberlândia: a demolição da igreja de Nossa Senhora do Carmo, a primeira arquitetura-monumento, e a construção do obelisco à fundação da cidade, o primeiro marco simbólico. A conjunção desses eventos reafirmou a consciência histórica da sociedade em relação à origem do centro religioso e comercial.

A relação memória, monumento e patrimônio; com espaço urbano, arquitetura e pessoas, evidencia-se na citação:

---

[22] Arquivo Municipal. Código de Postura de Uberabinha de 1912. Seção I. Capítulo IV – Das arborizações e jardins. Apesar de, em nenhum momento, serem sugeridos os desenhos dos canteiros e dos passeios das praças, as primeiras praças construídas que corresponderam à Cícero Macedo (igreja matriz N. S. do Carmo) e à Clarimundo Carneiro (Câmara Municipal), utilizaram a simetria sugerida em todo o código de postura na composição em planta dos seus passeios.

> Se não nos enganamos o prof. Jerônimo Arantes tem planos assentados com referências no assunto dos quais faz parte a construção de um monumento a Oswaldo Cruz, um a Carrijo e outro a Rui Barbosa. E os poderes municipais tão zelosos de nosso patrimônio artístico dão apoio a toda iniciativa a respeito de tão transcendente assunto ... O culto aos antepassados é a melhor manifestação de civismo. (O REPÓRTER, 31/07/1943, *Um importante obelisco*)

Primeiro, a criação do obelisco como discurso de origem da cidade, vai ao encontro de Felisberto Carrijo, reconhecido oficialmente como fundador da cidade por ser participante da petição assinada para a construção da igreja-Matriz; segundo, Jerônimo Arantes enfatiza a importância histórica de Felisberto Carrijo para a cidade ao localizá-lo, estrategicamente, em meio às outras figuras históricas conhecidas nacionalmente, Oswaldo Cruz e Rui Barbosa; e, por último, a aproximação significativa entre monumento e patrimônio artístico ao valor do culto, pois o obelisco comemorativo da fundação da cidade foi equiparado ao significado de monumento e ao culto dos antepassados.

A imaginação social recoloca em cena os registros materiais do passado. Para a sociedade moderna, a memória assume as funções de selecionar os eventos históricos do passado, atualizá-los no presente, e servir de elo entre o passado e o futuro. O desenho do obelisco de Jerônimo Arantes[23] demonstra, mais uma vez, a relação imediata entre Felisberto Carrijo e a origem da cidade. A retórica – refletida na comparação entre o ato cívico de Jerônimo Arantes à figura histórica de Felisberto Carrijo – modificou a percepção dos moradores locais em relação ao "verdadeiro" centro de origem da cidade e confirmou na velha cidade o espaço urbano mais antigo de Uberlândia, ao relacionar o obelisco à mentalidade nacional, instituída na década de 1930, do patrimônio histórico e artístico.

A memória histórica, reconstruída a partir da destruição do patrimônio religioso, representou o passado de Uberlândia nos nascimentos da vila e da cidade. O desenvolvimento urbano da antiga vila em direção ao progresso econômico ditado pela Companhia Mogiana e a destruição do monumento-matriz revelaram um novo estágio social da vila previsto desde a criação do Paço Municipal, (estágio) que almejava a concretização do imaginário de cidade grande. A criação do marco comemorativo à sua

---

[23] Arquivo Municipal. Pasta Jerônimo Arantes, volume único. Encontra-se uma carta da empresa paulista "Roque de Mingo (esculptor)" (*sic*) endereçada a Jerônimo Arantes. Nela contêm as especialidades do comércio em *exposição de monumentos, túmulos, estátuas, hermas, bustos, medalhões, jardineiras e vasos*, além de informações dos preços das placas de bronze referentes ao desenho do próprio historiador. De acordo com o *Edital de 02/05/1943 – Serviço de Obras, Secção III, determina: a) marco comemorativo da fundação da cidade com altura de 5 metros e base quadrada de 3 x 3 metros*.

fundação, e a fixação dos seus próprios territórios na cidade velha nutriram o gosto coletivo e a imaginação histórica pela renovação incessante da estética urbana na contemplação do marco cívico relacionado à origem da cidade. O marco comemorativo sinalizava o centro antigo, alimentando o sentimento social de não esquecimento do passado como nutriente da memória. O resíduo do passado histórico e seu marco urbano atualizado no presente davam a impressão de que as pessoas aproximavam-se da imagem fugidia do mito da origem da cidade, destacando o centro velho como um lugar do passado, aquele que algum dia foi o primeiro centro de Uberlândia.

A fixação do lugar de memória da cidade foi representada pela forma de base quadrada, em degraus, dando a sensação de permanência e duração, juntamente ao mastro e à referência vertical. Os eixos dos passeios nos quatro cantos da praça alongada em direção ao centro reforçaram as propriedades visuais do monumento de direcionar a circulação das pessoas e da memória de localizar uma lembrança do passado, mesmo não sendo de origem, no espaço e no tempo.

Nessa lógica, em Uberlândia, a mentalidade social *obsessiva* (SOARES,1995:115) e *compulsiva* (CARRIJO,2001:155) pela cultura do gosto, fundada no constante estágio de renovação da estética urbana, foi conservada nos discursos do progresso voltados principalmente para algumas das edificações no núcleo urbano que não aceitavam nenhuma relação do espaço público com a condição de pardieiro, de abandono ou impróprias para as condições de higiene. O monumento urbano tornou-se esteticamente decorativo, sem relação com o mito do verdadeiro lugar de origem, apesar de considerar a consciência histórica do passado da cidade, ou seja, para a elite social, o obelisco *refletirá eternamente o culto de gratidão à memória de quem não devemos nunca esquecer.* (O REPÓRTER, 31/07/1943). Esse *quem* se relaciona à cidade e ao fundador.

Figura 27 – Postal. Obelisco à fundação de Uberlândia, posterior a 1943
Fonte: Arquivo Público Municipal. Pasta Jerônimo Arantes

O discurso de cidade progressista, apropriado nas qualidades estéticas dos principais símbolos da cidade, adotado pela elite social rendeu vários apelidos e codinomes à Uberlândia durante sua história urbana: *Cidade Jardim, Metrópole do Triângulo, Capital do Triângulo, Nova York do Centro Oeste, Urbe Sertaneja e, recentemente, portal do Cerrado* (SOARES,1995:80).

A representação que a sociedade faz da cidade reflete o espírito de cada tempo e geração vividos. *Cidade jardim* foi a denominação dada pela constante renovação das praças localizadas na atual região do Fundinho, mas não se aplica à concepção original de Ebenezer Howard. *Metrópole do Triângulo*, *Capital do Triângulo* e *Portal do Cerrado* assumem a condição da cidade como entreposto comercial confirmado nacionalmente na década de 1940. Isso firma a representação do progresso alcançado. Posteriormente à demolição da primeira igreja-Matriz, na década de 1940, as notícias de embelezamento da cidade, que repele as construções antigas com imagens do pardieiro, principalmente no espaçamento Fundinho-Centro, permanecem no imaginário social:

> ...é razoável que se faça aqui apelo para que em certas zonas urbanas desapareçam umas casas antigas que fazem jus à designação de pardieiros e que outras sejam convenientemente reformadas e ainda a umas terceiras seja aplicada periodicamente a limpeza externa que a aristocracia urbana decreta no seu regulamento. (SOARES,1995:92, *In.:* REPÓRTER, 17/02/1945, p. 1)

Sabemos que, na década de 1950, a região do Fundinho ainda aparecia com a denominação de cidade velha: *a cidade está edificada em local de duas configurações distintas: a cidade velha ... e a cidade nova já refletindo a mentalidade arrojada da nova geração* (SOARES, 1995:86. *In.: CORREIO* n.º 7/04/48, p. 02).

Para SOARES (1995:86), a afirmação acima foi baseada na política do desenvolvimento urbano e a autora conclui: *o Plano de Urbanização de Uberlândia de 1954 tinha o objetivo de criar uma cidade cuja imagem ... não se assemelhasse ao velho Fundinho, antigo, de ruas estreitas e tortuosas.*

Figuras 28, 29 – Residência tradicional D. Adélia. Fontes: autor, setembro de 2007, à esquerda; CORREIO n.º 127 de 20/08/1988, Cadernos do Centenário, à direita

Nas imagens acima, a correspondência entre a cidade velha e o Fundinho, atualizada no discurso da geógrafa e no jornal impresso, nos trouxe os acúmulos de significados produzidos na história urbana e as condensações dos tempos que transitam entre as mentalidades patrimônio histórico, velho Fundinho e cidade velha. A tese de SOARES (1995), por ser próxima à criação do Plano Diretor da Cidade de Uberlândia (1994) e o decreto oficial que confere o título de centro histórico ao Fundinho (1995), conservou a cultura de associar o Fundinho à cidade velha e o Fundinho ao bairro histórico. E o fez por assemelhar o centro histórico às imagens do velho, do antigo, de ruas estreitas e tortuosas e, por assim dizer, conservou a tradição de nomear os lugares da cidade de velhos e de novos.

Assim como não bastou denominar de patrimônio artístico o marco comemorativo para firmar a mentalidade do patrimônio histórico em 1943, e nem mesmo para instituir o centro histórico e o Fundinho nas décadas seguintes, retoma-se as *Atas da Câmara* um ano antes dos vereadores locais aprovarem a primeira lei n.º 1650/1968[24] de tombamento do patrimônio histórico municipal do distrito de Miraporanga, a igreja Nossa Senhora das Mercês, tradicionalmente denominada de Nossa Senhora das Neves. Desse modo, encontramos:

> ... envio de ofício ao Sr. Prefeito Municipal para que o mesmo obrigue a construção de muros e passeios por parte dos proprietários dos imóveis da chamada cidade velha, ou mais propriamente do Bairro General Osório. (Arquivo Municipal. Atas da Câmara n.º 72 de 18/12/1967, s/p)

[24]Título do projeto encontrado na ata da Câmara "Tomba da igreja do distrito de Miraporanga. Constituíam-se como procedimentos técnicos: leitura e aprovação da ata do dia anterior; leitura do expediente (informes dos vereadores e novo processos); pareceres (realizados para os processos em andamento); ordem do dia (processo em redação final). Os pareceres, nessa década, eram realizados pelas Comissões: a) Viação e Obras Públicas, b) Educação e Saúde, c) Finanças, Justiça e Legislação.

A região da cidade velha foi identificada pela denominação General Osório e não propriamente como Fundinho. A preservação do gosto de construir e renovar o espaço público para melhorar seu aspecto visual demonstrou, no discurso do vereador, a preocupação com o embelezamento da cidade velha e a conservação do espaço público do bairro, e não propriamente com o valor histórico do bairro.

No próximo ano, o projeto de lei do tombamento da igreja de Miraporanga, apresentado em 16 de setembro de 1968 à Câmara Municipal, foi considerado objeto de deliberação aprovada para instaurar o processo e teve seus pareceres realizados pelas Comissões Municipais. Entre 16/09/1968 - data da apresentação do processo - e 14/10/1968 - data da aprovação da lei do tombamento -, percebe-se que a preocupação dos vereadores em relação ao patrimônio histórico referia-se mais às despesas econômicas e aos discursos nacionais do monumento histórico e do patrimônio histórico do que à importância local e regional, da igreja para a cidade:

> ... o presente projeto não existe despesas. O prefeito fará convênio com o governo do Estado e este pagará tudo ... Uberlândia não tem patrimônio histórico e está na hora de começar a fazer o seu patrimônio. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 74, 27/09/1968, Comissão de Educação e Saúde)
>
> ... devemos tratar, com muito patriotismo, um projeto de Lei que visa preservar um monumento histórico, que deve merecer todo carinho e todas as atenções dos uberlandenses e também dos habitantes desta região do nosso querido Brasil. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 74, 20/09/1968, Comissão de Educação e Saúde)
>
> ... preservar um monumento que fala de nosso passado histórico ... para que o brasileiro de amanhã encontre motivos de orgulho que o incentivará na construção de nosso futuro. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 74, 20/09/1968, Comissão de Finanças, Justiça e Legislação)

Figuras 30, 31 – Igreja Nossa Senhora do Rosário no distrito de Miraporanga
Fontes: Arquivo Municipal. Postal, 1986, à esquerda; Arquivo Municipal. CORREIO n.º 112 de 28/05/1985, à direita

A concepção do monumento tramou na arquitetura mais antiga da cidade a sensação do desaparecimento, pela fragilidade estrutural que a igreja de Miraporanga encontrava-se, podendo *ruir* e *tombar* a qualquer momento. Nesses termos:

> Artigo 2.º Fica o Prefeito Municipal de Uberlândia autorizado a fazer convênio com entidades públicas ou particulares para reconstruir e conservar o imóvel tombado. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 74 de 27/09/1968)

A igreja de Miraporanga apresentou nos últimos anos da década de 1960, todos os quesitos correspondentes à mentalidade nacional do patrimônio histórico: a arquitetura estruturada em madeira com vestígios coloniais das técnicas de construção colonial por assentar sua alvenaria diretamente no solo e sem o recurso do baldrame; o aspecto de abandono e ruína do edifício denotando o peso dos anos pela ação do tempo e das intempéries; o isolamento dessa arquitetura religiosa e do distrito, mantidos longe do progresso urbano de Uberlândia, permitindo que sua arquitetura refletisse, duplamente, a origem da cidade e a preservação das características arquitetônicas originais e do entorno bucólico da igreja que se isolou "depois do córrego".

Isto é simbólico: os mapas mentais dos uberlandenses apropiraram-se do passado urbano para fundarem o lugar de memória na cidade velha, especificamente na Praça Coronel Carneiro e, posteriormente, fundarem o segundo lugar de memória distante do seu centro urbano. Miraporanga, cronologicamente, é mais velha que Uberlândia. E a imaginação social, ao longo da história, por preservar a tradição de demolir as arquiteturas no centro da cidade com aspecto ruinoso, excluía a possibilidade, por sua vez, de revelar a cidade velha como histórica.

O ano do tombamento da igreja de Miraporanga foi o mesmo da comemoração dos 80 anos do nascimento de Uberlândia e o espírito de sociedade progressista que vive na cidade grande preservava-se nos discursos oficiais e nas paisagens urbanas:

> ... centenas de pessoas reclamaram sobre a desorganização e pobreza do desfile. Considera uma calamidade, a começar pelo local escolhido para ser realizado o desfile. Apresenta a Afonso Pena um ângulo de perspectiva muito mais apropriado para a fotografia do que a Floriano Peixoto. Naquela, uma fotografia apanha um fundo que preenche completamente a chapa fotográfica, mostrando a grandeza real de nossa urbe. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 74 de 17/09/1968)

Figuras 32, 33 – O Centro visto a partir do Fundinho, altura com a Rua Goiás. Avenida Floriano Peixoto, à esquerda; Avenida Afonso Pena, à direita. Fonte: autor, agosto de 2008

Nesse sentido, os vereadores propõem salvaguardar na memória as cenas bucólicas do distrito, cenas que permaneceram distantes das imagens verticalizadas da cidade. Observe-se que, em certas regiões, a verticalização media o grau de desenvolvimento urbano. Vistos a partir do Fundinho, na Avenida Floriano Peixoto, os edifícios verticais em menor quantidade que na Avenida Afonso Pena, preenchiam menos a "chapa fotográfica" que a paisagem da Afonso Pena.

Longe da cidade velha e associada à primeira expansão viária, a Estação Ferroviária Mogiana impulsionou o desenvolvimento urbano de Uberlândia. Considerada em um curto período símbolo do progresso econômico e símbolo do entrave urbano (LOPES, 2002), os edifícios e os trilhos da Mogiana, ao serem alcançados pelas avenidas do projeto de expansão, imediatamente foram considerados alvos de destruição, já nos anos finais da década de 1930:

> ... o descuido absoluto na conservação do patrimônio nesta cidade, mantendo um velho pardieiro denominado de "estação", circundado de tapumes que aberram e primam pela falta de higiene e conforto, destoa demais do nosso progresso. (apud LOPES, 2002: 139. *In.:* O Estado de Goyaz, n.º 290, ano 6 de 22/06/1938, *Mogiana fará mesmo nova Estação?*)

A Estação Mogiana, construída nos antigos limites urbano e suburbano da cidade e, portanto, distante da cidade velha, não manteve nenhuma referência como lugar de memória. Dois anos depois de tombada a igreja de Miraporanga, a consciência do patrimônio histórico a excluía da salvaguarda de sua arquitetura na memória social:

> ... no dia marcado para a demolição (14/04/1970) comparece um número expressivo de pessoas. Apesar do clima agitado, ... as pessoas não se reúnem para impedir ou protestar contra a demolição alegando, por exemplo, sua

> importância histórica, arquitetônica ou a facilidade de embarque e desembarque. (CARRIJO, 2002:94-95)

CARRIJO (2002:96), de posse da seqüência cronológica de seis quadros fotográficos da demolição do prédio da Estação, percebeu a *teatralização da esfera pública* na passividade dos uberlandenses contra a demolição do patrimônio arquitetônico e a ausência da memória coletiva do patrimônio histórico, mesmo com o prévio tombamento da igreja de Miraporanga.

Em Uberlândia, as associações: a) demolição da igreja N. S. do Carmo em 1943 (para a construção de uma igreja maior), construção do marco à fundação da cidade e revelação do lugar de memória no núcleo urbano; b) tombamento da igreja N. S. do Rosário do distrito de Miraporanga, em 1968, como patrimônio histórico municipal (pelo estado de abandono) e revelação do segundo lugar de memória; c) demolição da Estação Mogiana em 1970 (em função do entrave urbano) e a preservação do imaginário social de embelezamento da cidade apostando na destruição patrimonial, fundamentam o processo de formação da mentalidade do patrimônio histórico, a relação com os lugares da cidade (especialmente o núcleo urbano) e a identificação das arquiteturas que, supostamente, perderam ou perderiam o uso funcional.

Assim, as associações, cidade que avança e a cidade que permanece aos fundos, morar na Rua General Osório e morar no bairro General Osório, possibilitaram a atualização da memória, passando de cidade velha para o *antigo novo* Fundinho.[25]

[25] A alteração da denominação de General Osório ou cidade velha para Fundinho possivelmente tenha surgido posteriormente a 1968 e mais provavelmente no final da década de 1970. Apenas por meio da pesquisa oral aos moradores desse período e relacionados à cidade velha, se pode confirmar essa hipótese.

CAPÍTULO II – PATRIMÔNIO, MEMÓRIA

> As pessoas tendem a tecer suas memórias do mundo utilizando o fio de suas experiências. (BAUMAN, 2005:109)

> ... o acúmulo de significações ... que se substituem sem se apagarem inteiramente, formam o fio condutor da opinião, opinião formada na transmissão de memórias. (BRESCIANI, 1995:49)

> A narrativa de eventos ... como modo de conhecimento ... é tão espontânea quanto a da nossa memória quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. (VEYNE, 1989:12)

1. Europa

No século 19, o patrimônio histórico associava-se aos *remanescentes da Antiguidade, aos edifícios religiosos da Idade Média e a alguns castelos.* A concepção de *"antiguidade"* foi substituída por noções mais amplas, as de *"patrimônio monumental"* e *"monumento histórico"*. De acordo com o relatório do Ministro Guizot,[1] essa mudança associava-se à criação da Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, e ao cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos da França. Viajando pelo interior do território francês, o Ministro percebeu que os monumentos históricos, *tão numerosos quanto os dos países vizinhos e mais variados, não pertencem apenas a uma determinada época da História, mas formam uma série completa e sem lacunas* (CHOAY, 2001: 12, 120, 259). Guizot concebeu a noção da memória - pelas arquiteturas e seus respectivos períodos históricos - como cronológica: uma sequência ininterrupta de vestígios materiais conservados como propriedade da memória por serem representados como coisas do passado. Assim, ligou-se à memória a preservação, excluindo o conceito de destruição.

Inscrevem-se nos discursos do patrimônio histórico, a cultura das pessoas cuidarem (ou não) dos espaços para torná-los habitáveis e as políticas de expansão urbana, mediadas pela noção de progresso, refletidas nas renovações/transformações da fisionomia da cidade. Tradicionalmente, até o século 19, os patrimônios e monumentos históricos foram aleatoriamente elencados no centro da cidade, mas isso não significava

[1] Nas obras de modernização urbana, as aberturas de estradas, avenidas e ruas, refletiram diretamente a preservação dos bens arquitetônicos que deveriam ser salvaguardados na cidade. Nesse sentido, de acordo com a obra de Leonardo Benevolo, *Orígenes del Urbanismo Moderno* (1994:121), *a monarquia de Julio, que em 1831 instituiu um Ministério de Obras Públicas, traçou em 1836 um vasto programa unitário para a construção de caminhos e de canais ... e o problema das construções das ferrovias foi enfrentado muito rápido,* iniciando-se a partir de 1832, anteriormente mesmo às construções das estradas e canais.

que não existissem patrimônios ou monumentos históricos nos subúrbios e periferias, ou numa visão global, em todo o território francês.

As concepções centro/periferia da cidade e centro/periferia da nação foram conservadas na Carta de Atenas, concebida no entre guerras[2], com a questão: *a morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer?* (IEPHA, 1995:30).

Quem? Essa foi uma questão política posta logo no início da Carta e deixada sem resposta, mas que pode referir-se a qualquer um de nós, seres urbanos. As relações subsistir/desaparecer associam-se (in)diretamente às relações preservação/destruição e memória/esquecimento. Na Carta, a natureza monumental do patrimônio histórico arquitetônico permaneceu alimentando a memória social concebida a partir do tempo de sua existência. Mas os motivos que levavam um bem da Antiguidade a ser destruído, até o final do século 19, foram inseridos na pauta da preservação do século seguinte, ou seja, preservar e destruir um monumento arquitetônico adquiria sentidos ambivalentes.

Sabemos que a morte é experiência única. No caso humano, esse evento assalta sem que se saiba ao certo o tempo de sua chegada; no caso das obras arquitetônicas, quem mata os lugares da cidade são os indivíduos, as sociedades. Na Carta, a noção de morte, fundamento da vida, progressivamente tramando o homem, a arquitetura e a cidade, transformou os lugares urbanos em espaços doentes e, consequentemente, o homem e a cidade "adoeciam", na visão dos arquitetos, urbanistas, médicos, geógrafos, sanitaristas, etc.

LE CORBUSIER (1964/2004:143), arquiteto-urbanista, um ano antes da sua morte, é pessimista ao constatar que, somente

---

[2] CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília, IPHAN, 1995 (Cadernos de documentos n.º 3), p. 30. *In.: Carta de Atenas.* O IV CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas em novembro de 1933, teve como presidente Le Corbusier, que intitulou o documento final desse Congresso de A Carta de Atenas, também reconhecida como a Carta de Urbanismo. Essa carta foi amplamente traduzida, principalmente a partir do texto de Corbusier, e foi importante sua apropriação nessa pesquisa, por ser a primeira vez que foram inseridas as discussões (a pedido da delegação italiana) de preservação. Essa temática apareceu em meio às quatro chaves ou fundamentos do urbanismo moderno: HABITAÇÃO, LAZER, CIRCULAÇÃO, TRABALHO. A estruturação interna do texto da Carta distribui-se em três partes, seguindo os eixos temáticos: Primeira Parte – Generalidades: A CIDADE E SUA REGIÃO; Segunda Parte – Estado Atual Crítico Das Cidades: (Subdividido em HABITAÇÃO, LAZER, TRABALHO E CIRCULAÇÃO, acrescido do PATRIMÔNIO HISTÓRICO); TERCEIRA PARTE – Conclusões: PONTOS DE DOUTRINA, NOTAS. Em toda a Segunda Parte, excetuado o Patrimônio Histórico, as quatro chaves do urbanismo subdividem seus itens em *Observações* e *É Preciso Exigir*. Os itens (títulos) são numerados de 1 a 95 e a partir desses títulos – destacados como resumos de uma imagem nociva ou uma descrição solucionadora para a cidade –, desenvolve-se a *Constatação* ou a *Resolução.*

> no dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, estiver bem consciente de que somente a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para sua doença, então chegará o dia em que a grande máquina será posta em movimento.

Corbusier pensava a cidade como uma máquina, um lugar funcional, desde que a cidade fosse pensada racionalmente, e desde que o homem habitante dessa cidade ideal fosse por ele idealizado. Na Carta (IEPHA, 1995:70), o *urbanismo* é observado como *conseqüência de uma maneira de pensar levada à vida pública por uma técnica de ação.* Isso implica dizer que a técnica urbanística, guiada pelos domínios da razão, desconsiderava a diversidade e a sensibilidade dos grupos sociais e, consequentemente, a diversidade dos ambientes urbanos.

Nesse raciocínio, a cidade-capital servia a modelo de análise para o restante das cidades mundiais periféricas. A modernidade da cidade, exaltando o individualismo humano, refletia a rígida divisão dos tempos dos afazeres urbanos, impostos às pessoas, organizados no trabalhar e descansar, circular e morar, principais ações impostas pela gramática urbana padronizada nas ruas, avenidas, praças e monumentos. Esse pensamento racionalista constatava que alguns lugares da cidade encontravam-se encurralados na desordem e que os projetos urbanos solucionariam, em longo prazo, esse mal existente.

Henri Lefebvre (1999:148), ao publicar *A Revolução Urbana (1970)*, faz menção direta a Le Corbusier, em única passagem, no capítulo "A ilusão urbanística":

> o urbanista freqüentemente percebe a importância da questão posta ao homem pela "natureza" e à natureza pelo homem. Sua leitura do espaço o conduz a ler a natureza, isto é, a conceber a devastação e o fim da natureza. Não seria nesse sentido que conviria ler "sintomaticamente" (e não mais literalmente) alguns textos de Le Corbusier?

Para CORBUSIER, o problema do espaço urbano não estava no modelo de cidade que ele defendia, mas na sociedade: ela é quem estaria doente e não a cidade, pois o homem, apropriando-se da mecânica industrial, seria capaz de interpretar e redesenhar o espaço urbano de maneira macroscópica, para fazer funcionar microscopicamente todos os seus elementos urbanos. Nestes termos, o homem em sociedade também passaria a "funcionar". O homem e a cidade foram rigidamente separados e transformados em modelos.

LEFEBVRE (1999:15), para conceber a *revolução urbana,* partiu da *hipótese: "a urbanização completa da sociedade"* e a destruição total da natureza. Para ele, o

fenômeno urbano é revelado pela indústria, mas não é o homem quem interpreta o modelo industrial para "maquinizar" a cidade, mas o modelo da indústria que se apropria dos elementos da cidade e transforma o espaço existente. Ou seja, para o historiador, a tecnologia artesanal (campo), acrescida da mecânica (indústria), foi capaz de transformar a cidade, modificando as maneiras de o homem pensar a si e ao lugar que ele habita. A revolução industrial, analogicamente à revolução urbana, seria mais um dos estágios urbanos da cidade; assim como a revoluções digital e genética seriam estágios mais evoluídos que o princípio mecânico.

O historiador critica diretamente as ideologias urbanísticas modernas, quando defende que

> o urbanista às vezes pensa que trata e cura uma sociedade doente, um espaço patológico. ... Ele se torna esquizofrênico e imagina uma doença mental – uma esquizofrenia da sociedade – sobre a qual projeta seu próprio mal, o mal do espaço, a vertigem mental (LEFEBVRE, 1999: 144).

Corbusier e Lefebvre avaliam que a cidade é um lugar de causa e efeito, um lugar que integra e segrega. Para ambos, a cidade é imaginada como centro-periferia, o imaginário urbano como concentração-expansão, e o urbanismo ou as técnicas urbanísticas como práticas políticas aplicadas aos espaços da cidade. Considerando que a memória depende do meio social e do desenvolvimento urbano, ambos, cidade e homem, doentes ou não, revelam as semelhanças e as diferenças entre essas duas formas de memórias (in)dependentes umas das outras, a humana e a urbana.

Seguindo esse pensamento, retoma-se na íntegra o fragmento da Carta apresentado anteriormente:

> À medida que o tempo passa, os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país ou humanidade; a vetustez, não obstante, atinge um dia todo conjunto de construções ou de caminhos. **A morte atinge tanto as obras como os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve subsistir e aquilo que deve desaparecer?** O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos .... Por ser uma pequena pátria, a cidade comporta um valor moral que pesa e que lhe está indissoluvelmente ligado. (IEPHA, 1995:30, grifo meu)

A persuasão é constatada nos círculos viciosos: o tempo passa - a vetustez, a morte, no decorrer dos anos - em correspondência direta entre patrimônio de um grupo/espírito da cidade, e em correspondência hierárquica e somatória entre cidade/pequena pátria, cidade/país/humanidade. A vetustez, encontrada nas construções

ou caminhos, nas arquiteturas, ruas e avenidas, poderia ser designada tanto pelo efeito positivo de *antiguidade* – e por isso mesmo serem lugares respeitáveis – quanto adquirirem o efeito negativo, quando os lugares identificados estivessem deteriorados pelo tempo. Isso torna *necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aqueles que ainda estão bem vivos.* No período entre a criação da Comissão dos Monumentos Históricos e da Carta de Urbanismo, a seleção aleatória dos monumentos arquitetônicos a serem preservados dentre os demais, revela a hierarquia entre eles: *nos casos em que se esteja diante de construções repetidas e em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas* (IPHAN, 1995:59).

O processo de identificação e seleção do monumento histórico não se desvinculou, em nenhum momento, dos processos de modernização da circulação viária que dividiam rigidamente o centro da periferia com o traçado das grandes avenidas[3]. Os traçados das avenidas e ruas, rasgando toda a cidade, na visão de Le Corbusier (1992: 111-112), é retórico, permite *concluir que a rua não é mais trilhas de vacas, mas uma máquina de circular, um aparelho respiratório, um órgão novo, uma construção em si e de importância decisiva, uma espécie de fábrica de comprido*.[4]

A passagem trilha/rua/avenida, essa última entendida como "órgão novo", e a transição destruição da antiga rua para a abertura das novas avenidas, depois da Segunda Guerra, foi revista parcialmente por Corbusier (1959/1979: 214):

> ...se as vezes o leito de certas estradas mestras deixou-se encerrar entre estreitas muralhas de história, a operação cirúrgica traçará um novo leito paralelo apto a receber as velocidades modernas, sem nenhum prejuízo para os testemunhos do passado.

Apesar de Corbusier não se referir propriamente à rua, mas às estradas mestras, dando continuidade ao seu pensamento, o dever de preservar as estradas sem destruir as muralhas para a expansão viária da cidade, anteriormente à Segunda Guerra, não era necessário porque *as muralhas se tornaram asfixiantes* (IPHAN, 1995:30).

---

[3] Para Corbusier e Choay, a cidade é o lugar privilegiado da circulação veloz das coisas: *são os eixos de circulação: 1) a zona histórica protegida e valorizada; 2) o centro administrativo; 3) o centro governamental* (CORBUSIER, 1959:220)*; A Comissão do Conselho Municipal de Paris, fundamenta todas suas pesquisas no fator da velocidade que deve ser salvaguardado.* (CHOAY, 1997:125).

[4] Apud. L'Esprit nouveau, nº 4, 1920. *In.: Les Villes-Pilotis e Vers une Architecture,* ed Crès. O arquiteto foi editor chefe da revista L'Esprit nouveau. Vários trechos da carta, além do apresentado acima, sinalizam Le Corbusier como mentor e redator da Carta de Atenas, e partilhamos desse pensamento. "Fábrica de comprido", no texto, significa fábrica de cadarço; comprido adquire o significado do fio, da linha, da malha. A rua, por associação, foi comparada à fábrica pelo constante fluxo de automóveis; ou seja, em última análise, a rua não é para os pedestres.

O discurso foi transformado porque o conjunto das muralhas e estradas remanescentes, discriminadas pelo valor histórico do passado militar que protegia a cidade, sinalizou o avanço da tecnologia da guerra, do ataque aéreo, tornando-a simplesmente obra de contemplação estética. A muralha na condição de patrimônio histórico foi identificada pelo valor do não uso e restaurada pela nova circulação das antigas estradas. Usou-se o mesmo argumento de muitos outros discursos de patrimônio arquitetônico que se encontrava nas mesmas condições, de algo que deveria ser guardado como objeto de museu dentro da cidade porque compreendido como *coisas do passado*, como um *corpo embalsamado no presente*, intocado e protegido pelo modelo de política urbana preservacionista.

O processo de preservação e conservação dos monumentos e da malha viária da cidade não se limitava à verificação do progressivo estágio de degradação atual que a sociedade industrial imprimia no espaço urbano. Isso sinalizava a dependência das sociedades atuais em avaliar (os monumentos, os bairros e as ruas) aquilo que os antecedentes foram incapacitados à preservação. O valor político não dependia apenas do destino cruel e avassalador dos ritmos do tempo, que destruíam e degradavam a imagem da cidade, porque o tempo era imediata e constantemente reinventado pelas pessoas.

Deixar de construir uma avenida para preservar um monumento histórico não foi o lema desse urbanismo. O pensamento modernista pautava-se nas noções do "progresso" para que *a alma das cidades fosse animada pela clareza do planejamento* (IPHAN, 1995:51). Entende-se que a clareza visual é a eliminação das ruas tortuosas das cidades medievais pela composição da malha viária geométrica, destacando os monumentos arquitetônicos em meio aos grandes espaços não edificados.

2. Brasil, Minas Gerais

No final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, as renovações e transformações das fisionomias urbanas desapropriaram e demoliram inúmeros exemplares arquitetônicos antigos, em nome da "ordem" e do "progresso", para restaurar a antiga imagem da cidade colonial, fazendo jus ao esquecimento consciente dos velhos exemplares modelados na madeira, no barro e no cal.

Com a República, o passado das cidades capitais e alguns lugarejos passaram a serem revistos, principalmente pela arquitetura neoclássica, que modificou os mapas mentais dos indivíduos, recriou a identidade do lugar pelos edifícios públicos e

palacetes, e reinstituiu a propriedade do monumento arquitetônico, em suas dimensões estéticas e simbólicas.

Além da arquitetura neoclássica, existiu a arquitetura eclética e a neocolonial. Em relação a esta última, para a arquiteta Maria Lúcia Bressan (2006:1-3), *os principais mentores intelectuais do neocolonial* realizaram os *inventários de arquitetura colonial* e, portanto, podem ser considerados os *pioneiros do movimento preservacionista* da arquitetura brasileira. Por exemplo,

> Ricardo Severo patrocinou as viagens exploratórias do pintor paulista José Wasth Rodrigues, ... o engenheiro-arquiteto Alexandre de Albuquerque, professor do curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo, realizou com seus alunos várias excursões a cidades mineiras entre 1920-22, ... a Sociedade Brasileira de Belas Artes, sediada no Rio de Janeiro, patrocinou viagens de estudos a jovens e promissores estudantes de arquitetura – como Nereu Sampaio, Nestor Figueiredo e Lúcio Costa – em 1924.

A experiência de viajante, semelhante à incentivada por Guizot para o reconhecimento do interior do território francês, foi estimulada com a instituição das Escolas de Belas Artes/Rio de Janeiro e Politécnica/São Paulo; da mesma forma, as experiências individuais dos pesquisadores. Formou-se, assim, um conjunto de opiniões sobre o inventário dos diversos lugares existentes no interior brasileiro. Mas os exemplares do período colonial (tradicional, maneirista, barroco), os neoclássicos, neocoloniais e ecléticos não foram concebidos como uma *série sem lacunas* da história da arquitetura brasileira; as arquiteturas barrocas foram destacadas na relação com os outros estilos.

Futuramente, a participação de Lúcio Costa, jovem promissor da arquitetura modernista, como delegado oficial brasileiro do IV CIAM, resultou na concretização dos ideais de preservação do patrimônio histórico mundial[5] no Brasil com o Decreto-Lei n.º 22.928, instituindo a cidade de Ouro Preto patrimônio histórico e monumento nacional no ano de 1933.

Dando continuidade ao modelo de preservação francês, depois de identificado Ouro Preto como cidade histórica, no próximo ano foi criada em âmbito nacional a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, para proteger *os objetos de interesse histórico e*

---

[5] É bom sinalizar que os conceitos de "conservação, monumento e restauração" foram registrados no texto da Conferência de 1931 na cidade de Atenas. Conservação é a manutenção regular e permanente; monumento é a arquitetura de excepcional valor espiritual, estético e documental; e restauração é a técnica de não-falsificação da obra pela explicitação dos elementos contemporâneos adotados. (IEPHA, 1995)

o patrimônio artístico do país. A Inspetoria passava a significar, de maneira efetiva, a fiscalização para vigiar e criar novas regras para as renovações urbanas em zonas históricas. Enquanto isso, no Rio de Janeiro – em que a arquitetura do Ministério da Educação e Saúde (1935-45)[6] e o SPHAN/Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (1936) nos domínios desse Ministério foram criados –, Gustavo Capanema recorre a Mário de Andrade, Diretor do Departamento Municipal de Cultura/SP, e *encomenda-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro* (BRESSAN, 2006:5).

Posteriormente, o *Decreto-lei federal n.º 25/37,* que "Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional"[7], passou a regulamentar o SPHAN (antiga Inspetoria). Rodrigo Melo Franco de Andrade, autor dessa lei e Diretor do SPHAN, embasou a concepção de patrimônio histórico não no texto de Mário de Andrade[8], mas no conceito jurídico de tombamento e suas relações com o direito de propriedade como forma de proteção.

Semelhante ao efeito de proteger e preservar o patrimônio por meio do tombamento, BRESSAN (2006:3) afirmou:

> ...foram raríssimas as manifestações contrárias à demolição de edifícios antigos; mas a evasão das obras de arte – fenômeno, de resto, muito atual – alcançou grande repercussão na mídia ao longo de toda a década de 1920.

Nesse raciocínio, Mário Andrade, entendendo a noção de patrimônio histórico e artístico como parte dos saberes e da produção material, intuiu a dificuldade da sociedade moderna e pós-moderna em identificar os domínios visuais e imaginários do

---

[6] O atual Palácio Gustavo Capanema, em homenagem ao então Ministro da Educação e Saúde, em 1936, foi o resultado do trabalho do grupo de arquitetos liderados por Lúcio Costa, sendo eles Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer. A origem do edifício remonta ao concurso realizado em 1935, mas o projeto vencedor não foi executado. Então, o Ministro Gustavo Capanema convida Lúcio Costa para formular outro projeto, que aceita o convite, monta a equipe e decide convidar Le Corbusier como consultor do projeto. Esse faz uma viagem ao Rio de Janeiro em 1936 e esboça os primeiros croquis. A construção do edifício iniciada em 1937, foi interrompida devido ao golpe militar e inaugurada oficialmente em 1945, com cerimonial comandado por Getúlio Vargas. Durante esse período, Carlos Leão e Oscar Niemeyer concorrem ao concurso para a construção do Grande Hotel em Ouro Preto. Carlos Leão, com projeto arquitetônico neocolonial, perde o concurso, pois a Comissão entendeu que esse estilo arquitetônico poderia incutir "falsificações" estéticas quando inseridos em uma cidade colonial.

[7] Especificamente, a organização e segmentação dos patrimônios é encontrado no *Capítulo II / Do Tombamento / Art. 4º - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas*.

[8] No projeto encaminhado ao Rio de Janeiro, Mário de Andrade conceituou o patrimônio como as extensões do conceito de arte. Carlos Lemos (1989: 38) verificou que o conceito de arte, para Mário de Andrade, *no seu sentido geral, significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das coisas e dos fatos*, e conclui que a *arte, no caso, teria um significado bastante amplo*.

patrimônio histórico e os elementos que os compõem (bens móveis, artísticos, jardins, praças). Mário Andrade prevê a pluralidade em identificar a composição dos significados vinculados ao patrimônio, ou, como sinalizou Choay, a instabilidade das concepções do patrimônio quando exposto à mídia.

Assim, a preservação do patrimônio histórico, pensada a partir da destruição da arquitetura, enfatizou a fragmentação dos monumentos remanescentes do Brasil Colônia para comercializar seus elementos artísticos e decorativos. A preservação da arquitetura não era reclamada, porque esses elementos eram bens mais preciosos que ela própria e de fácil transporte.[9]

A jurisdição do tombamento, pautada no direito de proteção à propriedade do patrimônio, permanece atual nos significados do intocado, no respeito das obras *pos mortem*, nos cuidados especiais com as coisas dos antepassados, na reintegração da arquitetura, na desintegração da decoração de interior[10], na finalidade pública, na (re)criação da identidade dos lugares, nos processos de transferência dos direitos de conservação e nas múltiplas concepções das políticas do patrimônio histórico enquanto cultura que seleciona e preserva os monumentos.

As expressões "vetusto", "nossos antepassados", "nossos direitos", "nosso patrimônio", "fatos memoráveis", "subsistir", "desaparecer", "patrimônio monumental", "monumento histórico", "patrimônio histórico", "cidade histórica", "antiguidades", "remanescentes", "conservação", "preservação", "testemunhos", "documentários", "destruição", "patrimônio", "proteção", entre outras, evidenciam a formação da gramática patrimonial lentamente construída, ao longo dos tempos, na memória social.

Alguns desses termos foram encontrados no fragmento da *carta* destinada a Rodrigo M. F. A., de autoria de Lúcio Costa, quando o urbanista imaginou a construção do Grande Hotel (1938-39), projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, em meio aos patrimônios antigos da cidade histórica de Ouro Preto. O fragmento a seguir é uma espécie de parecer oficial para autorizar a construção da arquitetura moderna em meio às arquiteturas históricas.

---

[9] É curioso observar nesse sentido os antigos forros, esculturas, santos, mesas, cadeiras e tapeçarias que compõem a decoração da arquitetura modernista do Palácio Itamaraty de Oscar Niemeyer, em Brasília. Em Uberlândia, as arquiteturas demolidas nos séculos 19 e 20 não foram vinculadas ao saqueamento como acontecia nas cidades mineiras com mais de 200 anos no início do século 20, uma vez que foram raras no Triângulo Mineiro as residências com valor artístico e decorativo.

[10] Quando era proposto o tombamento do mobiliário urbano e de interior, dificilmente obtinha-se aprovaçao pela Câmara Municipal. Essa temática foi encontrada no processo de tombamento da igreja do Rosário e da Praça Tubal Vilela.

> Da mesma forma que o automóvel de último modelo trafega pelas ladeiras da cidade monumento sem causar dano visual a ninguém, concorrendo mesmo, talvez, para tornar a sensação de 'passado' ainda mais viva, assim, também, a construção de um hotel moderno, de *boa arquitetura,* em nada prejudicará Ouro Preto, nem mesmo sob o aspecto turístico-sentimental, por que, ao lado de uma estrutura como essa tão leve e nítida, tão moça, se é que posso dizer assim, os telhados velhos e despencando uns sobre os outros, os rendilhados belíssimos das portadas de S. Francisco e do Carmo, a casa dos Contos, pesadona, com cunhais de pedra do Itacolomi, tudo isso faz parte desse pequeno passado para nós já tão espesso, parecerá muito mais distante, ganhará mais século, pelo menos, em vetustez (Lúcio COSTA, apud. MOTTA, 1987:110).

Como toda narrativa urbana refere-se às imagens visuais da cidade, Lúcio Costa teceu o argumento de que a construção do edifício apenas renovaria a estética da cidade histórica na distinção entre as arquiteturas dos antepassados e a arquitetura modernista. Esta última não transformaria o conjunto urbano, pois a forma horizontal (em oposição ao vertical) da arquitetura de Niemeyer preservou a silhueta do conjunto natural, conservou a estética dos telhados de cerâmica e renovou outras qualidades arquitetônicas: como forma e material.

BRESCIANI (1998:242) ressalta:

> ... os saberes constituídos formam imagens e representações das cidades, constructos intelectuais que colaboram na formação de campos conceituais que orientam a observação e a avaliação delas. ... Um movimento de conhecimento que vai da observação "interessada" da cidade à elaboração de imagens e representações que fornecem subsídios para a constituição de campos conceituais e práticas políticas.

As cidades modernas, para esta autora, especialmente as capitais européias e os nascentes núcleos industriais, ofereceram grande material para as *constatações* e *observações* sobre o crescimento urbano de outras cidades, inclusive as brasileiras. O crescimento urbano de Belo Horizonte, próximo à cidade de Ouro Preto, foi representado como "monstro urbano" pelos agentes do SPHAN, pois as exigências do progresso industrial levariam futuramente à destruição da ambiência secular da cidade histórica. Nesses termos, a comparação entre a antiga e a nova capital mineira, cada qual em seu tempo de atuação - contudo a nova capital impondo-se à cidade de Ouro Preto - foi a base para o fundamento do novo campo conceitual e imaginário de preservação das cidades históricas brasileiras: a fisionomia horizontal da cidade tradicional diferente da cidade industrializada.

A prática mineira da política urbana enfatizou a espessura dos diversos passados de Ouro Preto, respondeu à cidade histórica com a estética da arquitetura modernista no

presente e deliberou, para o futuro, a mentalidade de patrimônio histórico, centro histórico, cidade histórica e os novos procedimentos de preservação do patrimônio urbano.

O passado era sentido pela agitação dos carros, descendo e subindo os traçados das ruas estreitas. Essa imagem de *elementos das grandes metrópoles* encontrada na cidade histórica foi uma experiência positiva que eliminou o lado obscuro da jovem construção modernista em meio à massa pesada da arquitetura histórica. A imagem positiva do progresso era encarada na variedade das construções, dos turistas e viajantes, que desfrutavam as instalações e modernidades do hotel, uma vez que ainda não existia um hotel do porte desse construído na cidade.

A postura estética e ética de Oscar Niemeyer - ao considerar simultaneamente a cidade, a arquitetura antiga e a recém-construída como documentos e monumentos urbanos - conferiu, em um único movimento, o direito à permanência da sensação ambiental da horizontalidade histórica e o dever modernista de romper plasticamente com o passado pela novidade dos materiais. Foi também uma postura fundada na política urbana de selecionar as arquiteturas históricas que tiveram de desaparecer para o hotel ser construído, mas acabou conservando o pensamento que excluía da pauta se essas arquiteturas poderiam ser preservadas.

A paisagem da cidade moderna e seus edifícios verticais, que adensam a população em um menor espaço e transformam a fisionomia urbana, foi interpretado como contra-imagem pelas políticas de preservação das cidades históricas. A intenção foi manter o *gabarito horizontal* para evitar a transformação vertical, dando maior liberdade às outras renovações estéticas horizontais.

Figuras 34, 35 – Fotografia. Duas cidades mineiras e históricas: Ouro Preto e Estrela do Sul . Ouro Preto, à esquerda. Fonte: Marília M. B. T. Valle, 2008. Estrela do Sul nas primeiras décadas do século 20, à direita. Fonte: www.estreladosul.com.br

3. Uberlândia

3.1. Imaginação do lugar histórico

Ítalo Campofiorito (2008), considerando a criação do SPHAN[11], estruturou os conceitos de preservação do patrimônio histórico brasileiro em: *luta da criação (1936/37), fase heróica (1937/69) e declínio (1969/79), seguido por uma retomada estética e contextual da cultura e reestruturação administrativa.*

Nesses termos, seguindo o movimento nacional de preservação, Uberlândia atravessou a "fase heróica" nacional ao identificar a igreja de Miraporanga como patrimônio histórico municipal, protegendo-a com a lei de tombamento, em 1968.

Passada a fase de "declínio" político, logo nos primeiros anos da década de 1980, foram retomadas as discussões culturais, em âmbito regional, estadual e nacional. Em 1982, a cidade de Uberlândia com outras cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba discutiram a cultura regional. Durante o encontro,

> ... o coordenador do Estado de Minas Gerais – Prof. Wilson Chaves, concedeu uma entrevista a este jornal: *este encontro é justamente um trabalho de uma celebração de um pacto cultural municipalista..* (CORREIO n.º 102 de 09/10/1982, manchete de capa, *Representantes de 51 municípios estiveram reunidos na Jornada Cultural*)

Futuramente, o "pacto cultural" entre as cidades mineiras foi celebrado:

> ... vereadores de cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estarão reunidos amanhã em Uberlândia para discutir a formação de uma aliança municipalista em defesa do patrimônio histórico e arquitetônico da região. ... A iniciativa partiu do vereador de Estrela do Sul, Pedro Divino Rocha. (CORREIO n.º 109 de 13/09/1984, p. 2, *Vereadores partem em defesa do patrimônio histórico da região*)

As questões culturais foram amplamente discutidas[12], e o patrimônio histórico passou a ser associado, principalmente, às formas de proteção e conservação:

---

[11] Segundo Berndt (1996:16-19), segue-se a estruturação da política nacional do patrimônio histórico: SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1936), DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946), IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970), SPHAN - Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979), IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (1990), IPHAN (1994) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Acrescenta-se aqui o IPHAN/IBRAM (2009) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Instituto Brasileiro de Museus.

[12] Elenca-se os eventos culturais"da década de 1980:
CORREIO n.º102 de 05/10/1982, u/p, *Jornada Cultural de Uberlândia com intensa movimentação*
CORREIO n.º102 de 09/10/1982, m/c, *Representantes de 51 municípios estiveram reunidos na Jornada Cultural*
CORREIO n.º104 de 04/06/1983, u/p, *Jornada Cultural de Uberlândia*
CORREIO n.º109 de 07/08/1984, m/c, *Projeto Cultural mostrará em fascículo a história de Uberlândia*
CORREIO n.º110 de ?/10/1984, ? *Secretário adjunto da Cultura esteve em Uberlândia* (ilegível)

> ... o escritor, jornalista e secretário Estadual Adjunto da Cultura J. D'Ângelo ... afirmou que Minas Gerais é de uma riqueza fantástica no que tange à quantidade de patrimônio histórico a ser preservado. Segundo ele, *o Patrimônio não é só aquele imóvel de mais de 200 anos mas também aquele que traduz para a comunidade significativo valor afetivo, fato este que compete a órgãos municipais efetivar determinados "tombamentos"*. (CORREIO n.º 110 de ?/10/1984, p. ?, *Secretário adjunto da Cultura esteve em Uberlândia*, ilegível)

Na citação anterior, a iniciativa do vereador de Estrela do Sul/MG de proteger da demolição as arquiteturas mais antigas da cidade, participava da compreensão divulgada pelo secretário adjunto da Cultura. Isso por considerar o patrimônio histórico não apenas aquele com mais de duzentos anos. O Patrimônio escrito em maiúsculo reforça o comportamento social da época de identificar, destacar e isolar o patrimônio das outras arquiteturas mais recentes que ele. Em Estrela do Sul, nesse sentido, foi redigida uma lei municipal, em 1989, prevendo o tombamento de todos os imóveis com mais de cem anos. Assim, por conter paisagens urbanas e arquiteturas "tão" semelhantes às de Ouro Preto, foi proposto que Estrela do Sul fosse incluída no rol das cidades históricas nacionais:

> **Desleixo ameaça casarões de Estrela**
> ... A Assembléia Constituinte Mineira votou a inclusão de vários municípios no Programa de Emergência das Cidades Históricas e ... apesar da "lei municipal n.º 223, de junho de 1989 - Tomba todos os imóveis com mais de 100 anos", de autoria do vereador Pedro Divino Rocha, o IEPHA se pronunciou contra. ... Ruth Villamarin Soares, superintendente do IEPHA, diz que tem apenas notícia de que se trata de um acervo interessante, mas ninguém do IEPHA o conhece. (CORREIO n.º 139 de 07/01/1990, p. A3, por Rosângela Ribeiro)

O descompasso entre os vereadores de Estrela do Sul e os agentes do IEPHA, expressava a opinião nacional de tombar cidades diretamente relacionadas ao período colonial e, desse modo, excluía as cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba do

---

CORREIO n.º117 de 21/11/1986, p. 4, *II Encontro de Cultura e Poder*
CORREIO n.º117 de 04/12/1986, m/c, *Encontro Cultura e Poder teve resultados positivos*
CORREIO n.º123 de 29/10/1987, p. 2, *Encontro de Política Cultural em Uberlândia*
CORREIO n.º123 de 11/11/1987, p. 12, *Trabalho e construção cultural é tema de debate nesta quinta*
CORREIO n.º136 de 06/08/1989, p. 4, *Preservação da memória será lembrada dia 09*
CORREIO n.º146 de 08/09/1990, p. 8, *IV Semana do Patrimônio é aberta hoje*
CORREIO n.º 150 de 02/02/1991, p. C1, *Patrimônio histórico tem Conselho inativo desde o ano passado*
Ainda, a temática cultural se expressava nas criações da Secretaria da Cultura (1984), Casa da Cultura (1984), Oficina Cultural (1985), Galeria de Arte Geraldo Queiroz (1986), Museu de Ofícios (1987) e COMPHAC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (1987).

Programa de Emergência das Cidades Históricas por elas serem mais jovens. Mesmo assim, essa cidade e a região despertavam a atenção de outras pessoas:

> **Artista pinta paisagem da região do Triângulo**
> ... diz o artista plástico Gilberto Maciel: *meu fascínio pela região começou em 1988 quando conheci Estrela do Sul e descobri que o Triângulo também tem uma arquitetura e um cenário natural tão rico quanto o de Ouro Preto*. (CORREIO n.º 145 de 15/07/1990, p. B5)

Já Uberlândia, em 1988, completava cem anos de emancipação política. Apesar de o patrimônio arquitetônico das cidades mineiras ser considerado histórico, a população local não visualizava a cidade mineira como uma cidade histórica:

> ... por ser uma cidade jovem em termos de história, Uberlândia não tem muitos monumentos a preservar. Além disso, a arquitetura desestilizada da cidade, na verdade, não acompanhou nenhuma influência estilística. (CORREIO n.º 127 de 08/1988, Cadernos do Centenário**,** p. 10, *Prédios tombados, memória preservada*)

A expressão: a cidade *não tem muitos monumentos a preservar*, confirmava, antecipava e minimizava, no mês do centenário, as antigas e futuras destruições de arquiteturas no Fundinho para a construção de edifícios verticais.

O longo processo da história urbana de Uberlândia, de separar a cidade velha da cidade nova e, posteriormente, de separar o antigo núcleo urbano – que um dia representou a "totalidade" da cidade – do atual novo centro, possibilitou que o Fundinho fosse representado como centro histórico. Dois fatos contribuíram para que isso se efetivasse: o segundo, em 1986, com o *projeto que proíbe a construção na área que especifica*[13], e em 1985, o primeiro registro, na mídia, da denominação *bairro Fundinho*:

> **Prefeito executa estudos na malha urbana da cidade**
> ...Flávio Vendramini (assessor de planejamento urbano) salienta que atualmente encontra-se em execução através de uma pesquisa de campo, envolvendo 10 estagiários, no bairro Fundinho e posteriormente em outros locais da área central da cidade, a etapa de cadastramento e mapeamento do uso do solo. (CORREIO n.º112 de 17/05/1985, manchete de capa)

---

[13] Arquivo Municipal. Processos da Câmara Municipal. *Projeto de lei n.º 6.142 de abril de 1986 – Proíbe a construção na área que especifica.* No conteúdo desse projeto, foi incluso uma parte da planta cadastral da cidade que recebeu contornos com caneta hidrocor em todas as ruas que seriam proibidas de construir edifícios de múltiplos andares, especificando o Fundinho.

O mapa do "projeto que proíbe a construção", curiosamente, não foi especificado como centro histórico. Apesar disso, no processo de tombamento das arquiteturas dos Correios e Telégrafos e Mercado Municipal, há o ofício de *pedido do material que delimita a área de interesse do Patrimônio Histórico do Município.*[14] Nesses termos, fundamenta-se a hipótese de que a primeira área que especificou o centro antigo resultou do mapeamento das arquiteturas do Fundinho. Ambos os processos - um que proíbe a verticalização e especifica a área do núcleo urbano, e outro que propõe o tombamento das arquiteturas, exigindo o mapa da área de interesse do patrimônio histórico municipal - foram arquivados em abril de 1986. Assim, um novo mapa mais amplo, mas sobreposto aos antigos núcleos urbanos de 1856/1891, foi materializado com o processo municipal de investigação e inventariamento das arquiteturas da cidade velha.

O projeto que tentou proibir a verticalização do Fundinho foi construído a partir de três discursos: os laudos técnicos dos profissionais de infraestrutura urbana, as justificativas dos vereadores e a opinião pública dos moradores do bairro General Osório.

Os argumentos dos técnicos de infraestrutura urbana eram semelhantes às ideias de política urbana encontradas na Carta de Atenas: *num futuro próximo,* o Fundinho seria alvo do *trânsito caótico*, pelas *ruas estreitas* não serem pensadas para o uso do carro; o aumento da *densidade populacional nessa área* obrigaria a *substituição das redes de esgoto e de abastecimento de água, por* estas *encontrarem-se com a capacidade máxima, não sendo aconselháveis edificações verticais*[15]. A densidade populacional, aparentemente, afetava a identidade "desadensada" e "tranqüila" desse espaço urbano. Nesse sentido, BAUMAN (2005: 80) argumenta, a propósito da contemporaneidade ou "modernidade líquida":

> ... a velocidade da mudança dá um golpe mortal no valor da durabilidade: "antigo" ou de "longa duração se torna sinônimo de fora de moda, ultrapassado, algo que "sobreviveu à sua utilidade" e portanto está destinado a acabar em breve numa pilha de lixo. (Aspas do autor)

---

[14] Arquivo Municipal. Processos da Câmara. *Projeto de lei n.º 6.052 de dezembro de 1985 – Faz tombamento de prédios históricos (prédio dos Correios e Telégrafos e prédio do Mercado Velho).* Nesse processo foi encontrado o documento denominado of. n.º 881/85, assunto: encaminhamento material (sic), referente ao pedido da vereadora Olga Helena da Costa à secretária da cultura Iolanda de Lima Freitas, para que lhe fosse entregue o mapa do centro histórico da cidade. Ressaltamos a tradição de denominar de mercado "velho" a arquitetura antiga.

[15] Arquivo Municipal. *Idem.* Laudo do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto, de dezembro de 1985, 1 lauda.

Figura 36 – Ruas proibidas de se construir condomínio vertical. Fonte: Arquivo Municipal. Projeto de lei n.º 6142/86

A idéia de permanência das antigas moradias térreas, portanto, não faz sentido para aqueles que estimavam a necessidade de acelerar a modernização da paisagem urbana com as obras de verticalização.

Nos registros dos vereadores, no entanto:

> ... a cidade que se permite perder suas referências históricas, perde também sua memória, passa a ser uma cidade como qualquer outra, além de confiscar o passado de seus moradores. A preservação de antigos prédios e áreas proporciona continuidade com o passado, permite a variedade de paisagens urbanas e em absoluto é incompatível com o progresso do futuro.
> (Arquivo Municipal. Atas da Câmara n.º 124, 1986, p. 3)

O discurso acima localizou no passado as referências históricas em "antigos prédios e áreas" e demonstrou a possibilidade de instituir o centro histórico. Nessa visão, a imaginação do centro histórico, ausente de cenas verticais, permaneceu o mesmo lugar de memória revelado pela fotografia aérea de Uberlândia da década de 1940, semelhante às paisagens atuais de Ouro Preto e Estrela do Sul. A vida em comunidade, a partir dos antigos casarões do Fundinho, estava fora de uso. A moda para a elite social era morar nos condomínios verticais ou nos condomínios horizontais distantes da zona central urbana. Dezenas de arquiteturas antigas foram parar em uma *pilha de lixo*. Seus elementos arquitetônicos, como portas e janelas, foram desintegrados e vendidos em lojas de antiguidades.

A demolição da arquitetura representava o apagamento de sua estética. A transformação da paisagem do Fundinho foi revelada nos condomínios verticais e sua renovação urbana apostava na manutenção do gabarito horizontal. A memória coletiva, enraizando uma a uma as arquiteturas, revelava o passado do bairro como uma enorme quantidade de eventos; o desaparecimento de alguns desses eventos relacionava a "perda" da memória como quem perde voluntariamente algum objeto ou esquece alguma lembrança. A perda desse elemento urbano significava um duplo problema criado na modernidade: de um lado, as residências do Fundinho eram tidas como parte do patrimônio histórico municipal, e, de outro, esse patrimônio haveria de se enquadrar nos discursos de preservação e restauração.

Assim:

> **Proprietários dos imóveis do Fundinho não gostaram nada do anteprojeto**
> ...Acham os proprietários dos imóveis, que proibindo a construção de edifícios, a prefeitura não só vai prejudicar a metamorfose do bairro, que em sua maior faixa de construção é dotada de casas velhas e obsoletas, tornando-

> o um museu, bem como deverá negar o direito de uma expansão habitacional, cerceando ainda as empresas construtoras da cidade o direito de fazer lançamentos de edifícios no Fundinho, tirando ainda condições de trabalho aos operários da construção civil ... Os proprietários dos imóveis do Fundinho colocam fé nos vereadores, que deverão sentir que a medida é retrógrada e nociva à parte mais antiga da cidade, que não pode ficar privada de progresso e desenvolvimento. (CORREIO n.º 116 de 24/04/1986, p. 6)

O discurso apropriou-se da "fé" e concluiu: "a medida é retrógrada à parte mais antiga da cidade". As representações *metamorfose* e *museu* criavam um clima de tensão no Fundinho e revelavam duas imaginações sociais para o bairro. Assim, o direito à metamorfose ou o dever ao museu constituíram-se pensamentos-chave do patrimônio em terras históricas.

Le Goff (1998:150), escrevendo sobre o centro da cidade que se adapta à economia social, pergunta: ... *então, o que ele se torna? Centro histórico, dizem muito bem os italianos. E se ele ainda brilha, é a beleza da morte. Caminha-se em direção ao centro-museu.* Nesta ótica, o centro histórico, para os moradores do Fundinho, assemelha-se à experiência trazida pelo historiador. O centro histórico inventariado, organizado, congelado e vigiado. Essa imaginação, em última instância, reduziria o poder de venda, renovação e transformação do patrimônio particular.

Afinal de contas, quem tem o direito de renovar ou transformar a imagem do lugar em que moramos: nós ou o poder público? Se os antigos residentes não conferiam valor histórico às suas próprias arquiteturas, se a idade e/ou os estilos e/ou as qualidade das construções não eram capazes de inscrevê-las e instituí-las como históricas, possivelmente foi porque essas mesmas construções não eram pensadas para serem monumentos urbanos. Consequentemente, não eram consideradas necessárias pela coletividade preservá-las como paisagens históricas. Talvez porque os patrimônios arquitetônicos dos proprietários não eram interpretados como obras dos antepassados uma vez que neles residiam. Ou ainda, que os patrimônios não fossem nem públicos e nem mesmo residências arquitetônicas memoráveis da cidade, como a Casa da Cultura, transferida ao patrimônio público municipal em 1984 e, posteriormente, tombada em 1985.

3.2. Lei municipal de preservação

A lei n.º 4.240/1985 – que "Organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia", tradicionalmente denominada lei do

tombamento – foi modelada, na íntegra, a partir do decreto-lei nacional n.º 25/1937. Durante todo o ano de 1985, artigos dessa lei foram acrescentados e subtraídos como forma de adequá-la à realidade local. Ela foi aprovada, no entanto, depois do resultado de todos os tombamentos outorgados. A substituição da nação pelo município, no texto oficial final, conservou a noção exemplar do patrimônio: *o patrimônio, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis do município* (da nação)*, quer pelo seu excepcional valor artístico*. O fundamento do patrimônio histórico pautou-se pelo interesse do bem público relacionado aos fatos memoráveis e excepcionais da história da cidade, agregando-os às noções do monumento arquitetônico e à imaginação urbana do centro histórico.

A apresentação do projeto de lei que "proíbe a verticalização" pode ser considerada o desdobramento da lei "organiza a proteção..."[16]. A lei de preservação indica o patrimônio a ser protegido, proibindo sua demolição; e o projeto de lei prevê a proteção do patrimônio, proibindo a verticalização no Fundinho. Proibir a verticalização em toda a área especificada de histórica significava afirmar que todo o conjunto arquitetônico "histórico" ali existente estaria protegido e selecionar o que seria protegido dava margem para a opinião pública repensar se toda arquitetura localizada na área histórica era passível de vinculação aos fatos memoráveis do município.

Durante o período de maio a novembro de 1986[17], há uma pauta oficial daquele momento: qual das Secretarias (Cultura ou Obras) teria o poder de deliberar os alvarás para reformar, construir ou demolir? Na antiga lei, *a liberação de alvarás de construção ou demolição, de ampliação ou reforma, por parte da Secretaria de Obras, será feita após a consulta à Secretaria de Municipal de Cultura,* e na lei proposta, *a liberação de alvarás ... será feita* (apenas) *pela Secretaria de Obras*.

Diante do exposto, a redação final foi firmada:

> Art. 14 – A liberação de alvarás de construção ou demolição, de ampliação ou reforma de prédios, será feita pela Secretaria de Obras e **no caso de envolver o Patrimônio Histórico**, como é entendido nesta lei, será também obrigatoriamente ouvida a Secretaria Municipal de Cultura, antes da liberação pretendida. (Grifo meu)

---

[16] Nos pareceres e atas relacionados ao projeto "organiza a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia", era comum a reticência ao título "organiza a proteção...". A imaginação do patrimônio histórico arquitetônico, primeiramente, refere-se às edificações ameaçadas de desaparecerem ou de serem descaracterizadas.

[17] Arquivo Municipal. Processos da Câmara. *Lei n.º 4.433 – Altera o artigo 14 da lei n.º 4.240 (Que faz proteção...)*

Em quais casos a arquitetura é identificada ao patrimônio histórico? Em quais casos o patrimônio histórico deve ser protegido? Observe-se a opinião pública no mês da finalização da restauração da igreja do Rosário e ano das comemorações cívicas do centenário da cidade:

> **Igreja do Rosário em fase final das obras**
> ... a equipe de engenheiros e pesquisadores da prefeitura de Uberlândia estão executando trabalhos, no sentido de produzir plantas baixas, cortes e fachadas com documentação fotográfica dos imóveis mais antigos da cidade. De acordo com Maria Inês, assessora da Secretaria Municipal de Cultura, ... *o tombamento de um imóvel não impede que ele seja vendido ou alugado. O que se procura com o tombamento é justamente que ele não seja demolido ou danificado ou modificado*... (CORREIO n.º 125 de 14/04/1988, p. 5)

O discurso – respondendo à população de que o fundamento do tombamento não estaria nos direitos de vender ou alugar, mas nos deveres de não demolir, danificar ou modificar – possui dois significados: relacionou o patrimônio histórico aos "imóveis mais antigos da cidade", ou seja, ao Fundinho, e relacionou a proteção ao tombamento e, consequentemente, as noções da não demolição ou não renovação.

Dois anos depois das comemorações do evento histórico pode se observar:

> **História de Uberlândia começou no velho Fundinho** Fig. n.º 29, p. 69
> ... a equipe da Divisão de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura continua fazendo o levantamento dos casarões existentes no Fundinho ... A secretária da Cultura Teresinha Magalhães ... descarta por completo a possibilidade de tombamento dos casarios do Fundinho: *não vamos meter com a propriedade privada, isso é uma coisa muito séria e não estamos em condições de adquirir esses imóveis*. (CORREIO n.º 142 de 08/04/1990, p. 5)

O argumento da secretária era uma resposta dada à

> ... Maria Cristina Baccini ... Para a arquiteta o eventual tombamento do Fundinho depende não apenas do término deste trabalho técnico, mas também, principalmente, de fatores políticos e mobiliários, que deverão ser discutidos pela comunidade e pelo próprio poder público. (CORREIO 138 19/11/1989, capa, *Uberlândia só tem 5 imóveis tombados*[18], por Rosângela Ribeiro)

[18] Os cinco exemplos de arquiteturas memoráveis instituídos como patrimônio histórico pelo instrumento do tombamento até 1989 (e por que não dizer até o final do século 20) eram: igreja de Miraporanga, conjunto da praça Clarimundo Carneiro, Coreto e Palácio dos Leões, igreja do Rosário, Oficina Cultural e Casa da Cultura. A criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia em 1996 e o IPAC/MG – Inventário de Proteção do Acervo Cultural, lei estadual de incentivo fiscal que beneficia as cidades mineiras que realizam documentação, inventário, tombamento e restauração do patrimônio histórico municipal, possibilitou a ampliação do patrimônio histórico do município de Uberlândia. O Laboratório de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFU, por meio dos projetos de extensão universitária, elaborou os dossiês de tombamento arquitetônico, a pedido

Os compassos e descompassos das opiniões sobre o que é patrimônio histórico são evidentes: a assessora da Cultura nos diz que o tombamento não impede que ele (o patrimônio privado) seja vendido ou alugado; a secretária da Cultura relaciona o patrimônio histórico à propriedade pública; os técnicos da Divisão do Patrimônio Histórico Municipal *continuam* a inventariar as arquiteturas históricas do Fundinho; e a Prefeitura não "se interessa" em comprar o conjunto dos imóveis do Fundinho.

Da intenção de proibir a construção vertical em territórios históricos do Fundinho, elaborou-se um parecer sobre o processo que pretendeu conservar sua horizontalidade. Já no final desse texto, observa-se: *considerando que o tombamento do patrimônio histórico deve ser feito em locais que realmente reflitam o passado de nossa cidade, e não de um bairro inteiro onde existem edifícios antigos e modernos*[19]. A fragmentação do Fundinho em diversos lugares de memórias confirmava-se: quais lugares do Fundinho "realmente refletem o passado da cidade"?; "Em quais casos o patrimônio envolve o valor histórico"? Para cada pergunta feita, uma opinião e um mapa mental do Fundinho emergiam. Isso equivale dizer que há tantos lugares de memória do Fundinho quanto há imaginações do patrimônio histórico.

Nesses termos, é que se afirmou a identidade atual do bairro:

> **Fundinho, mais vida nova com os edifícios apontados no céu**
> ... Naqueles velhos tempos, ninguém imaginava que a pequenina São Pedro do Uberabinha seria um dia, a grande Uberlândia e que a parte velha da cidadezinha seria conhecida como Fundinho... O Fundinho hoje é uma das partes "chics" da trepidante cidade triangulina... No entanto, segundo pudermos ver na reportagem televisiva, há perigo de que a história de Uberlândia desapareça com a modernização das residências, com a implantação dos sistemas de edifícios. (CORREIO n.º 123 de 05/11/1987, p. 2)

A relação entre passado e futuro foi reconstruída na correspondência entre "trepidante cidade triangulina", "partes *chics* do Fundinho" e "medo do desaparecimento da cidade velha". Enfatiza-se assim: o Fundinho é o próprio passado da cidade, e, por isso mesmo, histórico. A trama retórica – correspondência direta entre parte velha da cidadezinha e Fundinho; correspondência hierárquica entre pequenina

---

da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal da Cultura, resultando-se na aprovação dos tombamentos: *Lei n.º 8.130 de 29/10/2002 – Mercado Municipal* (conjunto das edificações, calçamento de pedra e árvore Figueira); *Decreto n.º 9.183 – Residência Chacur*; - *Decreto n.º 10.126 de 27/03/2006 – Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa*; *Decreto n.º 10.228 de 31/03/2006 – Estação Ferroviária Sobradinho* (Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); *Decreto n.º 10.223 de 29/03/2006 – Uberlândia Clube Sociedade Recreativa*; e *Decreto n.º 10.230 de 03/04/2006 – Palacete Ângelo Naguettini*.

[19] Arquivo Municipal. CORREIO n.º 116 de 29/04/1986, última página. *Parecer sobre projeto de lei municipal.* O ano de 1986 representou o início do fim dos tombamentos municipais do século 20.

São Pedro do Uberabinha e grande Uberlândia; e o emprego constante dos diminutivos para nomear a pequenina Uberabinha, o Fundinho da cidadezinha – representou o passado urbano como alimento dos discursos históricos, baseando-o em sua relação com o presente, na fragilidade, no efêmero, no distanciamento e sempre rebaixando o passado velho em relação àquele presente, constantemente atualizado.

Quando se nomeia o Fundinho, o lugar chique e histórico, explicita-se o primeiro plano; e quando são divulgadas as demolições dos antigos patrimônios da cidade, Uberlândia passa a representar a *cidadezinha* que deu lugar ao Fundinho, (des)protegendo o lugar de memória exemplar, segregando e homogeneizando-o em relação às dezenas de bairros existentes na cidade, que permitem a modernização, sem culpa.

3.3. Tombar ou não tombar

A associação do patrimônio histórico à restauração é uma imaginação mundialmente aceita. A *Carta de Veneza* de 1964, correspondendo ao *II.º Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos*, a restauração é esclarecida no artigo 9.º:

> A restauração é uma operação que deve ter o caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. (IPHAN,1995:110)

Segundo ARGAN (1993:229), *uma arquitetura pode conservar o valor estético inclusive quando cessa sua funcionalidade objetiva.* Nesse pensamento, se o valor estético é um investimento realizado para a preservação e conservação da arquitetura, esse valor também pode ser operado quanto à destruição ou à descaracterização arquitetônica.

Tem-se em mente que, para reformar a arquitetura, não há necessidade de se respeitar os princípios da preservação e conservação da estética original. A restauração, ao contrário, prima pela não destruição, pelo cuidado minucioso, pela avaliação sobre o tempo de exposição do patrimônio e sua conservação, favorecendo a utilização útil dos monumentos à sociedade.

Em Uberlândia, no ano de 1985, foi firmada a primeira visita técnica do IEPHA/MG no distrito de Miraporanga para a avaliação da estrutura física da igreja. Como já foi revelado, o estado de conservação era péssimo, o interior do templo não era utilizado, mas a estética da arquitetura religiosa estava conservada. Então, foi sugerido pelos técnicos mineiros:

> ... iniciar os trabalhos de restauração ... e preservação[20];
> ... promover a preservação dos monumentos[21];
> ... restaurar e conservar os bens culturais, e estabelecer garantias contra a depredação que possam causar prejuízos no espírito histórico ou turístico dos monumentos[22].

Nos discursos do IEPHA, a concepção de patrimônio histórico, frequentemente, é substituída pela de monumento, mesmo sentido dado anteriormente pelos vereadores à igreja de Miraporanga. Esse termo é empregado quando se trata de um bem a ser restaurado. Também é usual a substituição do patrimônio histórico pela ampla noção do patrimônio cultural ou dos *bens culturais,* a partir da década de 1980. Ou seja, a transição das noções de *velharias do passado* a *patrimônio histórico e cultural*, opera-se lentamente no imaginário social.

Assim, o discurso do patrimônio histórico foi retomado dez anos depois do tombamento da igreja de Miraporanga, em 1978, com o primeiro tombamento na cidade-Sede. Vejamos o argumento apresentado pelo autor do projeto, o vereador Ângelo Cunha:

> ... o respeito pela autenticidade histórica, cultural e política de Uberlândia e região, e a necessidade de preservar os valores do passado, como elementos integrativos de definições futuras do nosso progresso ... transmitem às gerações do futuro um valioso patrimônio cultural.
> ...
> Não seria justo que, construindo-se um novo e moderno prédio para a Câmara Municipal, na Praça Sérgio Pacheco, que é um avançado marco de nossa vitalidade, alguém viesse colocar em risco, o belo monumento arquitetônico que agora desfrutamos, onde se destacaram os mais brilhantes tribunos de nossa história política. ...Em consonância com o governo de

---

[20] Arquivo Municipal. Projetos/Processos da Câmara. Resolução s/n.º de 30 de abril de 1985. Art. 1.º Convênio que entre si celebram o IEPHA/MG e a Prefeitura Municipal de Uberlândia.

[21] Arquivo Municipal. Processos da Câmara Municipal, processo 5914/projeto 5869, apresentado na data 02/05/85, *Aprova Convênio* (com o IEPHA/MG para Restauração da Capela do Distrito de Miraporanga) *e dá outras providências*, arquivado. *In: Convênio 007 de 14/03/86, p. 3*, assinado pelo Presidente do IEPHA Rodrigo Andrade.

[22] Idem. Idem. Processo 6191/projeto 6146, apresentado na data 17/04/86, *Aprova Convênio* (com o IEPHA/MG para Restauração da Capela do Distrito de Miraporanga) *e dá outras providências*, aprovado. *In: OF. GP 144/86/08 de 02/04/86, p.4*, assinado pelo Prefeito Municipal Zaire Rezende e endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia Antônio Jorge Neto.

> Minas que através de órgãos especiais promove a preservação de nossa cultura, a Câmara Municipal de Uberlândia, por nosso intermédio, se fará presente a essa filosofia de conservar para **ensinar a formar**, aprovando a seguinte propositura da lei municipal. (Arquivo Municipal. Ata n.º 104 da Câmara Municipal de Uberlândia (de 08/1978 a 09/1978). Processo 4238/projeto 4119, lei n.º 2854 de 22 agosto de 1978, Faz tombamento do próprio[23] municipal e dá outras providências)

O crescimento da população, aliado ao crescimento do número de vereadores municipais e à falta de espaço físico no Palácio dos Leões, previu o desuso da arquitetura da Câmara Municipal quando os poderes municipais fossem transferidos para outro lugar. Sabe-se que o centro cívico é composto pela Praça Clarimundo Carneiro, Coreto e Palácio dos Leões. Curiosamente, o *próprio municipal* e o *belo monumento* referiram-se à arquitetura do Coreto:

> Art. 1.º – Fica oficialmente tombado o atual prédio denominado "Coreto", na Praça Clarimundo Carneiro, como sede do futuro Museu Histórico Cultural e Político de Uberlândia.
> Art. 3.º – Nenhuma modificação se fará nas linhas arquitetônicas do prédio, que se destruída por calamidade pública ou circunstância adversa, deverão ser integralmente restauradas.[24]

Dois anos depois:

> Art. 1º. – Fica oficialmente tombado o atual prédio da Câmara Municipal de Uberlândia e o prédio do "Coreto" na Praça Clarimundo Carneiro, como patrimônio histórico municipal, ficando os ditos imóveis sob administração e guarda do Poder Público Municipal.[25]

Cinco anos depois:

> Art. 1.º – Ficam oficialmente tombados o atual prédio da Câmara Municipal de Uberlândia, o Coreto da Praça Clarimundo Carneiro, e o traçado da praça, incluindo as árvores e plantas ornamentais adultas como pertencentes à memória do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, excluídas as vias circundantes.[26]

---

[23] No título do projeto, "próprio" significa propriedade. (Grifo meu).

[24] Arquivo Municipal. Ata n.º 104 da Câmara Municipal de Uberlândia (de 08/1978 a 09/1978). O processo 4238/projeto 4119 refere-se a lei n.º 2854 de 22 agosto de 1978, *Faz tombamento do próprio municipal e dá outras providências*. O Museu Histórico de Uberlândia foi previsto pela lei n.º 1391, apresentada na data de 24/05/1965 e aprovada na data de 1/12/1965. Devido distanciamento verificado entre a data da apresentação e aprovação da criação do Museu Histórico, consultando as Atas n.º 68 e n.º 69, verificou-se na data de 29/11/1965 a aprovação do projeto em terceira discussão e o encaminhamento da sua redação. mas não foram registradas quaisquer discussões sobre a noção de Museu.

[25] Arquivo Municipal. Processos da Câmara Municipal, processo 4671/projeto 4537/projeto de lei n.º 256 de 29/08/1980, lei n.º 3190 de 22/09/1980, *Revoga Lei 2854 de 22 agosto de 1978 e estabelece novas disposições*.

[26] Arquivo Municipal. Processos da Câmara Municipal. Lei n.º 4209 de 25/09/1985, *Revoga Lei 3190 de 22/09/1980 e estabelece novas disposições.* (Grifo meu)

O processo de delimitação do que pertence e do que não pertence ao patrimônio histórico municipal, ou seja, o processo de "ensinar a formar"[27], revelado no primeiro parecer, refletiu a preservação do único conjunto patrimonial tombado: bancos, jardins, árvores adultas, passeios, um inventário das coisas urbanas como processo de transferência material e simbólica ao futuro. Mas essa noção mundial de patrimônio histórico, que passa da proteção do monumento isolado à proteção do ambiente do entorno, não seria aplicada aos outros processos de tombamentos. A experiência do processo de tombamento do antigo centro cívico serviria apenas a ele próprio.

Depois do tombamento do conjunto urbano do centro cívico, logo foi pensada, especialmente, a renovação da arquitetura do Palácio:

> **Palácio dos Leões vai passar por reformas**
> ... com a colocação de mármore não só nos pisos das entradas, mas também nos ornatos laterais. (CORREIO n.º 90/91 de 7/02/1980, manchete de capa)

Três anos depois:

> **Palácio dos Leões vai passar por reformas**
> ... vários operários trabalham na restauração das partes danificadas com a finalidade de oferecer, em tempo rápido, um visual melhor. (CORREIO n.º 105 de 04/08/1983, última página)

Dois anos depois:

> **Chuvas danificaram parte lateral do edifício da Câmara**
> ... o velho edifício, porém de estilo que desperta atenção por suas modernas linhas arquitetônicas, sofreu avarias com desabamento da moldura lateral externa. (CORREIO n.º 111 de 21/01/1985, última página)

Quatro anos depois:

> **Palácio dos Leões precisa ser restaurado**
> ... encontra-se em precárias condições de conservação, estando com janelas podres, infiltração de água nas paredes e goteiras nos telhados, pintura desgastada pelo uso e tempo, e o piso com desgaste e solto. (CORREIO n.º 133 de 11/04/1989, p. 4)

De manchete de capa à ultima página do jornal local, as ações de restaurar e reformar o Palácio dos Leões aparecem como sinônimas. Restauração ou reforma?

---

[27] Concomitante a tramitação e aprovação do tombamento do conjunto urbano, foi encontrado no arquivo municipal o processo 5932/projeto 5887, de 1980, *Modifica a lei 2812 de 09/06/1978 que estabelece normas para o fracionamento do solo*. Essa lei está diretamente associada ao processo de tombamento do conjunto urbano praça Clarimundo Carneiro, Coreto e Palácio dos Leões. Nessa visão, foi relatado no respectivo parecer: *para que melhor sejam elaborados os inventários culturais e históricos da cidade...*

Associada à tinta, a restauração da imagem da arquitetura eclética era revelada nos rápidos reparos de seus elementos decorativos.

Semelhante ao estilo arquitetônico do Palácio, a Casa da Cultura também aparecia, anteriormente ao seu tombamento, com a tradicional expressão *velha* arquitetura:

> **Casa da Cultura terá roupagem nova no dia de Tiradentes**
> ... esta reforma do velho casarão foi concluída em 10 dias. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 90/91 de 09/03/1980, última página)

A roupagem e a vestimenta também revelavam as noções de conservação dos bens imóveis municipais, identificados como patrimônio histórico. Essa residência eclética contém elementos estéticos e símbolos do poder econômico na sua construção. Nas palavras de ARGAN (1993:236):

> a arquitetura privada se torna comunicação de valores reais ou atribuídos: ela denuncia, não só com o luxo ou a grandeza, a condição social ou apenas econômica dos proprietários, mas também a repetição de símbolos emprestados aos monumentos modelos e com sua própria função no contexto urbano.

Os significados de reforma e restauração do patrimônio histórico associam-se ao rápido processo de coloração da antiga roupagem desbotada. Valia-se do apagamento das marcas visuais impressas pelo tempo na arquitetura (manchados, mofos, descascados, trincas, quebrados), uma vez que essas não eram consideradas esteticamente históricas em uma arquitetura eclética, como se pode observar:

> **Vereador agradeceu apoio do prefeito Zaire na reforma do Palácio dos Leões**
> ... restaurar a imagem do prédio da Praça Clarimundo Carneiro "já bem desbotado pelo tempo" (CORREIO n.º 109 de 15/06/1984, última página)

A restauração da imagem do centro cívico representado pelo Palácio dos Leões, em última instância, valer-se-ia do encerramento de sua funcionalidade (uso) e da antiga realidade prevista, inicialmente, para funcionar a administração municipal nesse espaço público. As identificações dos patrimônios históricos arquitetônicos – o velho casarão da Casa da Cultura e a reforma para conservar-lhe a roupagem desbotada pelo tempo; o velho edifício do Palácio dos Leões e a ação de "restaurar-lhe rapidamente" a imagem –

são resultantes dos processos de tombamento e da aprovação da lei municipal de preservação.

Depois do tombamento do Coreto (1978) e do Palácio dos Leões (1980), podemos dizer que, nos primeiros anos da década de 1980, as estéticas arquitetônicas remanescentes do nascimento da cidade passaram a ser vigiadas socialmente. Nesses termos, encontrou-se separadamente a matéria jornalística e a fotografia de uma arquitetura abandonada, que demonstra esse pensamento:

Figura 37 – Arquitetura tradicional pertencente à família Naguettini. Fonte: Arquivo Municipal. AE ON 3432-95.

> **Velho barracão pega fogo e provoca apenas um susto**
> Uma guarnição do corpo de bombeiros, compareceu por volta de 12:23 horas, de segunda-feira, na Avenida Afonso Pena, 52, prédio de propriedade do Sr. Ângelo Naguettini, a fim de apagar as chamas que acabaram por destruir um **barracão histórico**. ... Apesar dos esforços feitos, não conseguiram salvar sequer parte do barracão que ficou totalmente destruído. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 94/95 de 18/02/1981, última página)

Figuras 38, 39 – Avenida Afonso Pena sem a arquitetura tradicional. Fonte: do autor, outubro/2007. Ao lado da arquitetura demolida encontra-se o palacete Naguettini

As expressões *barracão histórico* e *velho barracão* caracterizam o patrimônio arquitetônico como histórico e velho; enfatizam a conservação da identificação das coisas ruinosas e em estado de abandono ao valor histórico. Essa arquitetura tradicional, a alguns metros do centro cívico e depois de dois anos de seu tombamento revelou, a meu ver, a primeira opinião pública da arquitetura tradicional, sem os símbolos de poder nela impressos, aliada ao valor histórico.

Em relação à lei n.º 4263, de 09/12/1985, do tombamento da igreja Nossa Senhora do Rosário, especificamente no artigo 2.º, encontramos:

> Nenhuma modificação será feita na paredes externas e no seu interior, e se foram atingidas por calamidade pública e circunstâncias adversas deverão ser integralmente restauradas. (Arquivo Municipal. Processos da Câmara, processo 6043/projeto 5998, 15/10/1985, autor Eurípedes Barsanulfo)

O patrimônio histórico foi relacionado à impossibilidade de alteração da arquitetura posterior à proteção e a restauração foi aliada à reconstrução integral da estrutura física se danificada. Passado um ano, a tradição da restauração evidencia-se:

> **Restauração da Igreja N.S. do Rosário deverá ser concluída no mês de junho**
> ... as obras de restauração foram iniciadas em dezembro de 1986 ... esse monumento revela sua importância histórica e cultural para o município. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 125 de 23/04/1988, manchete de capa e p. 5)

Sabemos que a igreja do Rosário e o Coreto dividiram o mesmo processo jurídico para firmar as obras de restauração pelo IEPHA. Nesse sentido, a restauração do Coreto também foi prevista depois do seu tombamento:

> **Obras de restauração do Coreto**

> ... as obras de restauração ... buscaram reconstituir o prédio do Coreto obedecendo suas características originais que no decorrer do tempo sofreu algumas modificações. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 117 de 02/12/1986, p. 8**)**

Tombar o patrimônio por ele não ter sofrido nenhuma modificação que descaracterizasse sua forma original; tombar a arquitetura para "depois ver o que se faz com ela" e tombar para restaurar são imaginações sociais que permanecem atuais.

A exemplo do encontro de uma arquitetura com características originais do período de sua construção, foi proposto o tombamento da Escola Estadual de Uberlândia (Museu): "*Vereador não quer destruição do Museu"* porque *sua arquitetura ainda guarda a memória das linhas da cidade antiga e é um dos poucos prédios que não sofreu mudanças radicais* (CORREIO n.º 108 de 18/04/1984, título da matéria, p. 11)[28].

Para a aparência da arquitetura do Museu, para a aparência da cidade, era a mesma coisa. Naquele período, as arquiteturas que mantinham o estado estético de suas formas originais eram apropriadas como vestígio do passado, revelando fisionomias remanescentes das antigas cenas da cidade. Quase sempre o reencontro das pessoas aos remanescentes arquitetônicos revelava o ecletismo dos estilos históricos.

De acordo com as fontes pesquisadas, do encontro das pessoas aos *velhos* e *antigos* lugares da cidade poderia resultar os eventos: a proposição para que eles fossem destruídos; o tombamento porque esses estavam prestes a desaparecerem ou serem descaracterizados; a revelação do valor histórico porque foram mantidas as características originais; a restauração física porque são patrimônios históricos; e a preferência de serem conservados na relação com outras regiões da cidade porque remanescentes do núcleo histórico.

Dando continuidade, uma arquitetura que aparentasse estar em perigo de ruir era identificada ao patrimônio histórico. Observemos a justificativa para tombar a Casa da Cultura:

> ... em Uberlândia, cidade de potencialidades metropolitanas, os edifícios multiplicam-se aceleradamente, até que são erguidos pela força da fertilidade do seu solo, explícito sinteticamente em seu nome: Uberlândia – terra fértil. (Arquivo Municipal. Processos da Câmara, projeto 5892/processo 5983, 27/05/1985**,** *lei n.º 4217 de 15/10/1985 – Faz tombamento de prédios de interesse histórico*

[28] Arquivo Municipal. Ata n.º 124 da Câmara Municipal do dia 30/04/1986, processo 6205/projeto 6160 – *Tomba o prédio Museu***.** Ficou registrado nessa data que o processo foi entregue a Comissão de Legislação e Justiça para a elaboração do parecer. Este processo não foi encontrado.

> (Casa da Cultura e Oficina Cultural). Justificativa de Eurípedes Barsanulfo, autor do projeto.

A construção do edifício vertical, ao lado da Casa da Cultura, representou o "perigo do progresso" e a possibilidade desse patrimônio histórico ruir com esse tipo de obra. Nesse entendimento, *o vereador Eurípedes Barsanulfo ... registrou que engenheiros competentes já lhe haviam dito que a realização de fundações a céu aberto com tubulação não provocaria nenhuma avaria no respectivo edifício*.[29] A medida preventiva assegurava quaisquer riscos posteriores ao tombamento, *assegurando a continuidade de um patrimônio rico em arte e depositário de senso estético ... uma vez que em nome do progresso, as lições dos mestres da arquitetura ficam perdidas.*[30]

Assim, as constantes renovações da paisagem da cidade, anteriormente, respondiam à cidade progressista e ao desenvolvimento urbano, e, no período dos tombamentos, como medida de protegê-los da descaracterização, os patrimônios históricos foram identificados principalmente na cidade velha porque nela o velho patrimônio estaria contido.

O pedido de tombamento da Praça Tubal Vilela[31], localizada no Centro da cidade e próxima à cidade velha, representou a interdição das obras de modernização previstas para ela: *o vereador Amir Cherulli apresentou um abaixo assinado com 84 assinaturas para ser enviado a Sr. Prefeito Municipal, para que suspenda as obras*[32] que iriam instalar, e instalaram, os pontos de ônibus e táxi em seu perímetro.

Curiosamente, o processo de tombamento da Praça Tubal Vilela[33] foi arquivado no mesmo dia da aprovação de tombamento da igreja do Rosário. O discurso que interpretou o tombamento à proteção, como forma de impedimento das obras, não surtiu efeito. No processo da igreja do Rosário, o parecer afirmou *tombar*, *uma vez restaurados, todos os móveis, altares, oratórios,* e a emenda aditiva confirmou *ficar*

---

[29] Arquivo Municipal. Ata n.º 122 da Câmara Municipal de Uberlândia (de 01/1985 a 06/1985), dia 17/06. No dia 18, o projeto foi retirado de pauta. Nesse período, o edifício hoje existente, provocou a sensação do medo do desabamento e do tombamento literalmente no sentido de derrubar a Casa.

[30] Arquivo Municipal. Processos da Câmara, projeto 5892/processo 5983, apresentado na data 27/05/1985, *lei n.º 4217 de 15/10/1985 – Faz tombamento de prédios de interesse histórico (Casa da cultura e Oficina Cultural)*. Parecer da Comissão de Serviços Públicos datado de 12/06/1985.

[31] Arquivo Municipal. Processos da Câmara, projeto 5986/processo 6031, 15/10/1985, *Tomba a praça Tubal Vilela*, autoria de Amir Cherulli.

[32] Arquivo Municipal. Ata n.º 123 da Câmara Municipal de Uberlândia (de agosto a dezembro de 1985), data 16/10/1985; CORREIO n.º113 de 18/10/1985, manchete de capa, *Vereador pede suspensão de obras na praça TV*.

[33] Artigo 1.º *Ficam tombados oficialmente, a fonte luminosa, a concha acústica, os lagos, as árvores, as plantas ornamentais adultas e o traçado da Tubal Vilela como pertencentes à memória e ao patrimônio histórico artístico e cultural do município excluídas as vias circundantes* (CORREIO n.º 113 de 28/09/1985, p. 11).

devidamente excluído do tombamento o mobiliário da igreja, *a Praça com todos os seus equipamentos e árvores adultas.*[34] Neste caso, a noção de restaurar precedeu a de tombar, ou seja, primeiro se recupera a estética original da igreja e depois a coloca dentro de uma redoma. A noção de isolamento e proteção por meio da coisa tombada, como pretendeu o processo da Praça Tubal Vilela opunha-se à concepção da do Rosário. Em ambos os casos, a exclusão das praças da proteção patrimonial, talvez tenha representado a dificuldade de entendermos a pergunta atual: como proteger "as coisas vivas" do passado? A temática do patrimônio histórico revelava, nesse sentido, também outras formas patrimoniais que não somente as arquitetônicas, como havia previsto o tombamento da Praça Clarimundo Carneiro:

Figura 40 – ***Plantas são monumentos vivos da história da cidade***. Fonte: CORREIO n.º 126 de 24/06/1988, manchete de capa

Derrubada de árvore histórica
O vereador Naves de Oliveira se manifestou entristecido com a derrubada de uma árvore ... que serviu durante anos para embelezar o visual da Praça Clarimundo Carneiro, agora foi destruída em nome do progresso. O vereador pede providência ... pois a árvore está no conjunto da Praça que é tombado pela história e faz parte da memória.

Fonte: CORREIO n.º 124 de 16/01/1988, manchete de capa

[34] Arquivo Municipal. Processos da Câmara, processo 6043/projeto 5998, 15/10/1985, *Lei n.º 4263 de 09/12/1985 – Tomba a igreja N. S. do Rosário*, autor: Eurípedes Barsanulfo. *In: Parecer da Comissão de Cultura, Lazer e Saúde,* 30/10/1985; *Emenda aditiva*, rejeitada por unanimidade, 22/11/1985.

A Praça Clarimundo Carneiro, grosso modo, foi classificada de monumento "artificial" em oposição ao ipê, monumento "vivo". Semelhante sentido foi dado à Praça Tubal Vilela, em função da proposta de classificá-la tanto como monumento de *memória* quanto monumento *pertencente ao patrimônio histórico, artístico e cultural.* Inevitavelmente, a artificialidade da vida urbana não se baseia no princípio da eternidade, mas a natureza do mundo, sim. O tombamento da Praça não assegura que as árvores adultas sejam protegidas e salvaguardas na memória social. Aliás, nada impede que o patrimônio urbano e sua relação com o ideal de monumento-memória escape ao impulso cultural de preservar e destruir incessantemente o ambiente urbano.

Já nas ilustrações, a seguir, visualizam-se os *antigos* e os *novos* coloridos dos monumentos históricos, protegidos pelo tombamento; todos exemplares da arquitetura eclética localizados no Fundinho.

Figuras 41, 42 – Igreja N. S. do Rosário. Fontes: Arquivo Municipal. Correio n.º 138 de 31/12/1989, p. A12, à esquerda; autor, agosto de 2007, à direita. A igreja foi enfeitada para as comemorações natalinas e para a passagem do ano de 1990. A cor azul foi repintada nos tons ocres e marrons, em 2007.

Figuras 43, 44 – Oficina Cultural. Fonte: autor, agosto de 2007, à esquerda; autor, agosto de 2008, à direita. A Oficina Cultural foi repintada no ano de 2007, dando maior destaque à sua arquitetura, reforçada com o corte das copas das três sibipirunas.

Figuras 45, 46 – Palácio dos Leões. Fontes: CORREIO n.º 102, de 05/10/1982, à esquerda; autor, agosto de 2008, à direita. Esta fotografia do jornal é amplamente utilizada até meados da década de 1980, para representar quaisquer notícias referentes à Câmara Municipal ou Prefeitura.

Figuras 47, 48 – Coreto. Fontes: Arquivo Municipal. Correio n.º 137 de 28/09/1989, p. 8, à esquerda; autor, agosto de 2008, à direita. A manifestação corresponde ao protesto do servidor público federal pelos baixos salários.

Figuras 49, 50 – Casa da Cultura. Fontes: Arquivo Municipal. AE – Fotos doadas 0080-2000, década de 1930, à esquerda; autor, setembro de 2008, à direita

Já no bairro Centro, entre todos os processos de tombamento pesquisados, o mais polêmico iniciou-se com o duplo tombamento "Mercado Velho e Correios e

Telégrafos"[35] (onde foi encontrado o primeiro delineamento territorial do Fundinho), processo que se estendeu por quatro anos até o arquivamento.

Vejamos o parecer apresentado para o duplo tombamento:

> ... não se vê justificativa para o tombamento do prédio dos Correios e Telégrafos, porque a construção em si não tem valor histórico ... Quanto ao Mercado é meritório o tombamento porque é representativo do comércio e o prédio contém estilo e pinturas que necessitam de preservação. (Arquivo Municipal. Processo 6097/projeto 6052, 02/12/1985, *Faz tombamento de prédios históricos*. Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, 13/12/1985)

Excluído o prédio dos Correios e Telégrafos do tombamento, um novo parecer foi construído para o segundo processo:

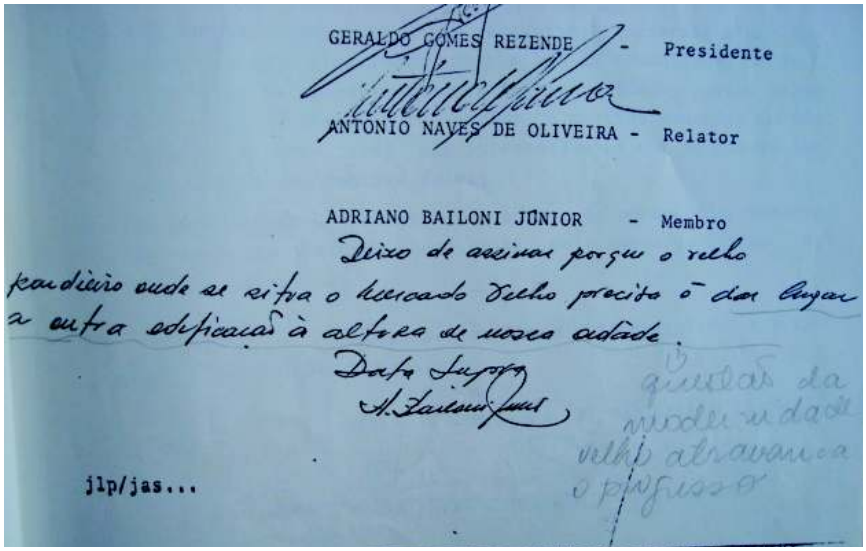
> ... o Mercado Municipal de Uberlândia é um edifício que não possui características artísticas e/ou arquitetônicas significativas para o seu tombamento, pois nele inexistem obras de arte (bens móveis) e ele não apresenta valores estéticos ou construtivos que diz respeito à sua arquitetura. (Arquivo Municipal. Processo 6097/projeto 6052, 02/12/1985, *Faz tombamento de prédios históricos*. Parecer do Departamento de História da UFU, Maria Angélica Fernandes Arantes e Heloísa Helena Pacheco Cardoso, 24/10/1986)

Mesmo esse último parecer recusa os elementos arquitetônicos e os singelos desenhos do artista local Geraldo Queirós[36]. Ambos pareceres reconheceram o valor histórico do Mercado por ser o primeiro lugar público do comércio e fundamentaram a preservação do edifício e não a sua destruição. No entanto, a antiga tradição de identificar o patrimônio de velho para promover sua demolição estendeu-se até os primeiros anos da década de 1990:

---

[35] Arquivo Municipal. Processos da Câmara Municipal de Uberlândia, processo 6097/projeto 6052, apresentado na data 02/12/1985 e arquivado da data 09/04/1986 – *Faz tombamento de prédios históricos*, autoria da vereadora Olga Helena da Costa.

[36] Com as obras de reformas dos prédios do Mercado iniciadas em 2008, foram encontrados e restaurados os desenhos de Geraldo Queirós feitos diretamente na fachada sobre argamassa fresca, criando sulcos de imagens figurativa, por exemplo, o pescado e o agricultor.


GERALDO GOMES REZENDE - Presidente

ANTONIO NAVES DE OLIVEIRA - Relator

ADRIANO BAILONI JÚNIOR - Membro

Deixo de assinar porque o velho pardieiro onde se situa o mercado deste precisa é dar lugar a outra edificação à altura de nossa cidade.

Data supra

A. Bailoni Jr.

jlp/jas...

Figura 51 – Mercado Municipal. Fonte: Arquivo Municipal. Processos da Câmara. Processo 6097/projeto 6052, 02/12/1985 – *Faz tombamento de prédios históricos*. Parecer da Comissão de Legislação e Justiça, 22/04/1986. Fotografia registrada em 2006.

Câmara não quis tombar o prédio
... o hoje suplente de vereador Adriano Bailoni Jr, chegou a escrever no espaço da sua assinatura: *Não assinei por que acho que a cidade merece, naquele lugar, uma outra construção à sua altura.*
Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 149 de 27/01/1991, C1.

Entre 1985 e 1991, respectivamente, com a primeira tentativa de tombar o Mercado Municipal e seu posterior arquivamento, o texto do vereador foi reconstruído pelo jornalista. O velho associado ao patrimônio – velho pardieiro, mercado velho – tendeu a ser apagado da memória social.

Anteriormente aos tombamentos, o patrimônio antigo não deveria subsistir ao novo patrimônio e, em meados da década de 1980, a concepção de arquitetura como velharia do passado passou a ser percebida como arquitetura de valor histórico relacionada à memória da cidade velha. Outros lugares da cidade, especialmente as praças, foram associados ao patrimônio histórico pela participação desse espaço no desenvolvimento do núcleo urbano e ao estado de conservação que não agradava à população. Se para todos os monumentos tombados iniciaram-se as obras de restauração e conservação, por que outros lugares, inseridos no Fundinho e remanescentes da cidade velha, também não haveriam de ser investidos de valor histórico para sua conservação?

Neste sentido, mas distante do Fundinho, a indicação ao tombamento do remanescente da arquitetura rural da cidade, localizada no atual bairro Santa Maria, não chegou a constituir projeto ou processo. As justificativas apresentadas no jornal local para a proteção referiam-se apenas às condições de conservação do espaço urbano ao seu entorno:

Figuras 52, 53 – Fazenda no antigo subúrbio de Uberlândia[37]. Fontes: CORREIO n.º 135 de 18/07/1989, p. 5, *Associação quer tombar fazenda no Santa Maria*, à esquerda; Acervo de Nilson Silva (antigo inquilino), 1997, à direita

3.4. P a t r i m ô n i o h i s t ó r i c o

Quando a preocupação voltava-se às **proteções das propriedades públicas**, as restaurações emergiam como forma "oficial" de renovar a aparência desses bens. Quando a preocupação voltava-se à **conservação do espaço público**, outros lugares de memória eram revisitados e revelavam o patrimônio histórico fundamentado nos lugares da cidade velha:

> **Uma injeção de ânimo para embelezamento na Clarimundo Carneiro**
> ... naqueles velhos tempos, ninguém imaginava que a pequenina São Pedro do Uberabinha seria, um dia, a grande Uberlândia e que a parte velha da cidadezinha seria conhecida como Fundinho. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 123 de 05/11/1987, p. 2)

A retórica foi inscrita no círculo vicioso: pequenina, cidadezinha; na correspondência direta: São Pedro do Uberabinha, Uberlândia, parte velha, Fundinho; e no uso constante do tempo passado. O patrimônio histórico foi rebaixado na relação com os novos patrimônios, com a adoção dos diminutivos: cidadezinha e pequenina.

Outra situação semelhante foi encontrada:

> **Praça Cícero Macedo está precisando de cuidados.**
> Ela é tradicional, por situar-se no Fundinho, parte velha da cidadezinha que deu origem a esta hoje metrópole do triângulo. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 123 de 18/11/1987, manchete de capa)

---

[37] Não foram encontrados o processo de tombamento ou quaisquer registros nas Atas da Câmara Municipal. A antiga sede da fazenda, utilizada como pensionato até 2001, foi demolida para dar lugar ao condomínio vertical. Nota-se que já havia sido iniciada a construção do prédio à esquerda (tapume) e do conjunto de condomínios verticais do "Plano Cem", à direita da sede. No mesmo ano, foi arquivado o processo de tombamento: *Lei n.º 7061/1989 – Tomba a Sede da Fazenda São Francisco*.

O argumento construído – na correspondência direta: Praça Cícero Macedo, origem da cidade; Fundinho, parte velha da cidade e na correspondência hierárquica: cidadezinha, metrópole – refletiu os valores históricos da antiga igreja N.S. do Carmo. Novamente, a adoção de cidadezinha e parte velha *rebaixou* essa região na relação com as noções do progresso da cidade grande.

Em outro caso, a arquitetura eclética do colégio Museu foi capaz de representar o valor histórico da Praça Adolfo Fonseca, porque localizado ao lado dela:

> **Melhor iluminação na Praça Adolfo Fonseca**
> ... localizada na área central da cidade, é também um ponto histórico e por isso necessita de imediata benfeitorias. (CORREIO n.º 112 de 31/05/1985, p. 11)

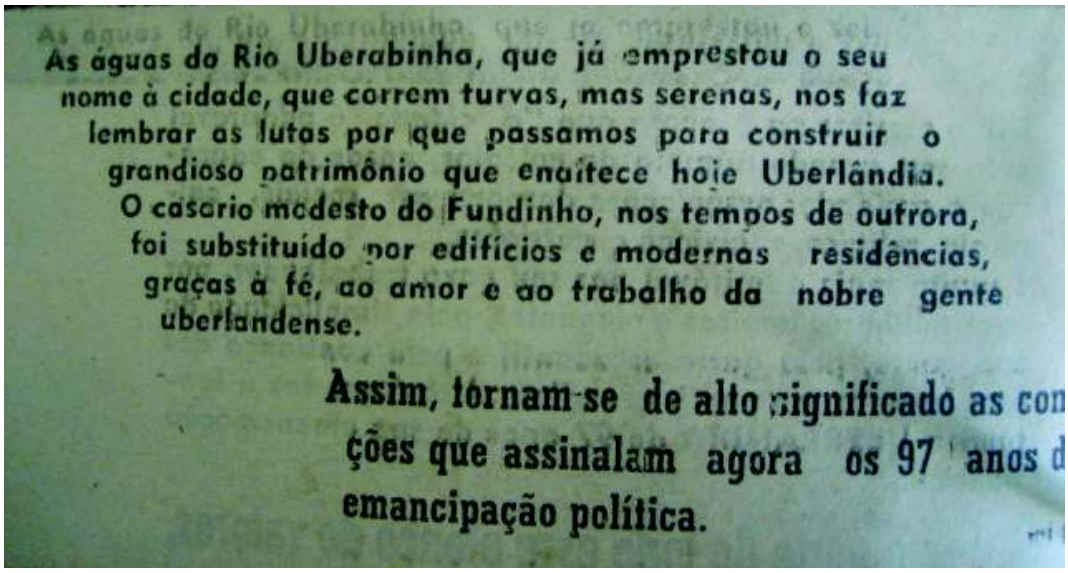
Em relação ao patrimônio protegido oficialmente, o estado de vigília contra a descaracterização das cenas fabricadas *naqueles velhos tempos* por conta da reestruturação viária evidenciava-se:

> **Projeto na Praça Clarimundo Carneiro é discutido na Câmara Municipal**
> ... a área central da cidade, incluindo o Bairro Martins e região do Fundinho, ... segundo o secretário de serviços urbanos, o projeto visa remodelar a Praça para preservar o paisagismo através do revigoramento dos jardins e restauração do coreto. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 112 de 18/05/1985, manchete de capa)

(acima) **Figuras 54, 55 – Praça Clarimundo Carneiro vista pela rua XV de Novembro e mapa destacando o percurso do sistema de transporte coletivo.** Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 112 de 18/05/1985, manchete de capa

Figura 56 – Praça Clarimundo Carneiro vista pela rua XV de Novembro. Fonte: autor, setembro de 2007

Ainda em 1985, mês de agosto, aniversário da cidade e ano dos tombamentos, a verticalização do Fundinho aliava-se ao imaginário da cidade grande e afirmava sua identidade. Nota-se na Figura 54 a presença dos condomínios verticais e a secção da Praça Clarimundo Carneiro com o passeio para a colocação dos pontos de ônibus. Na Figura n.º 56, as grades de proteção finalizam a separação rígida da Praça e há o acréscimo dos condomínios verticais. Nesses termos, apesar dos mapas territoriais existentes especificarem o Fundinho de General Osório, sua identidade é confirmada:


As águas do Rio Uberabinha, que já emprestou o seu nome à cidade, que correm turvas, mas serenas, nos faz lembrar as lutas por que passamos para construir o grandioso patrimônio que enaltece hoje Uberlândia. O casario modesto do Fundinho, nos tempos de outrora, foi substituído por edifícios e modernas residências, graças à fé, ao amor e ao trabalho da nobre gente uberlandense.

Assim, tornam-se de alto significado as con ções que assinalam agora os 97 anos d emancipação política.

Figura 57 – *Assim...* Fonte: Arquivo Municipal. Correio n.º 112 de 21/08/1985, última página

A fé, o amor e o trabalho, tríade perfeita da civilização, ideal dos seres morais e urbanos, são discursos construídos *sobre* a necessidade de transformar a fisionomia da cidade, especialmente do *antigo* Fundinho, outrora de aparência modesta. Uberlândia é o "grandioso patrimônio que enaltece" e o Fundinho o centro velho e "sereno" que se verticaliza. Com pouco mais de 400 mil habitantes naquele ano, a cidade excluía das comemorações cívicas os espaços periféricos e suburbanos; esses eram como espaços vazios nos mapas mentais daqueles que não transitavam naquelas regiões.

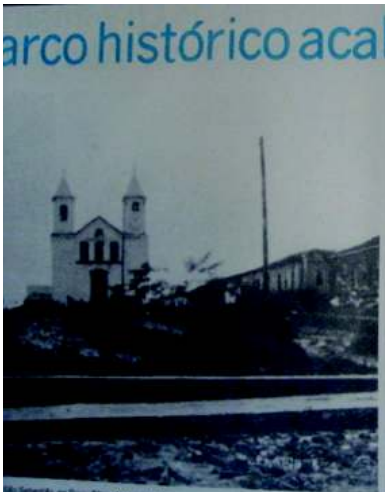
No Centro, outros lugares próximos do Fundinho também eram relacionados à temática patrimonial:

Progresso destrói história
A cultura do passado cai no esquecimento ... e mais um casarão da antiga rua da chapada, hoje avenida Rio Branco, encontra-se em fase de demolição e com isso a memória cultural da cidade sofre mais um golpe. O casarão vai ceder lugar para um majestoso edifício ... sepultando de vez as marcas anônimas do passado.

Figura 58 – Arquitetura tradicional. Fonte: CORREIO n.º 133 de 15/04/1989, p. 10

A ação de demolir a arquitetura tradicional representava o evento urbano sem volta; as expressões de "morte" e "sepultamento" são associações às construções dos edifícios verticais, quando essas antigas cenas da cidade deixavam de existir presencialmente.

A seguir, coloco, lado a lado, os monumentos religiosos relacionados ao *novo centro* e ao *antigo fundinho* da cidade, respectivamente, representados pelas igrejas Santa Rita de Cássia, localizada na Praça Tubal Vilela, e pela igreja Nossa Senhora do Carmo (demolida), localizada na Praça Cícero Macedo:



Figuras 59, 60 – Arquiteturas religiosas[38]. Fontes: CORREIO n.º 145 de 22/07/1990, p. B1, por Alberto Oliveira, *Retratos de uma...*, década de 1960, à esquerda; CORREIO n.º 133 de 23/04/1989, p. 4, por Antônio Pereira da Silva**,** *Marco histórico acaba no lixo,* década de 1920, à direita.

Na matéria "Retratos de uma Uberlândia que já não existe mais"**,** a nostalgia emerge das arquiteturas destruídas na relação com outras, preservadas naquele presente:

[38] O prédio do Fórum foi demolido em 1981. Na figura n.º 60, o marco refere-se à placa comemorativa da inauguração do bairro Industrial em 1965, destruída por ato de vandalismo em 1989.

perdemos o prédio do Fórum, ... a estação da Estrada de Ferro Mogiana, ... a Matriz N. S. do Carmo, que contava a história do surgimento do Arraial de São Pedro do Uberabinha até Uberlândia[39]. Na segunda reportagem, a situação opõe-se ao sentimento anterior:

> **Historiadores preocupados com a memória da cidade; Marco histórico acaba no lixo**
> ... é preciso não sufocar o desenvolvimento urbano com meros sentimentalismos. Uma casa velha não pode abarcar o progresso só porque é uma casa velha ... Aos cem anos Uberlândia vive um momento especial. É um marco para repensar sua história e preparar o futuro. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 133 de 23/04/1989, p. 4, por Antônio Pereira da Silva)

Associada aos "meros sentimentalismos" e à nostalgia, as fotografias antigas articularam o imaginário urbano do passado, supondo uma história perdida, servindo de alerta para "preparar o futuro" do patrimônio histórico da cidade. Assim, a arquitetura que não mais existia naquela realidade era nutrida na imaginação social como um lugar de memória.

Lembrar de arquiteturas que não existem, por intermédio das palavras e das fotografias, era o mesmo que perceber a harmonia *daquele* passado distante e a desarmonia em relação às arquiteturas não encontradas *naquele* presente. O passado reconstruído parecia ser resultado do próprio passado movido pelo "progresso"; de alguma forma, parecia ser mais coerente que o "progresso" do passado, pois o espaço foi tomado como algo que pode continuar (e continua) destruído e modificado.

Outra demolição, porém anterior aos eventos dos tombamentos, é demonstrada:

> ... acrescentou o vereador Evandro José Braga: *hoje o progresso tomou conta daquele logradouro e dois edifícios estão sendo construídos no local onde se hospedava um dos irmãos de Felisberto A. Carrijo. ... Não é justo deixar tais memórias apagarem-se pela voracidade do tempo*. (CORREIO n.º 110 de 24/10/1984, última página, *Reforma na Praça Cícero Macedo*).

O nome de Felisberto Carrijo, lugar memória da cidade, serviu de medida aos efeitos do desaparecimento da arquitetura histórica de sua família; de um lado, a renovação vertical, que apaga as antigas arquiteturas, de outro, a antecipação do *déficit* que o patrimônio histórico passaria no futuro. A renovação da fisionomia da cidade transformava os mapas mentais das pessoas, porém o faz ressaltando o imaginário do

---

[39] Arquivo Municipal. CORREIO n.º 145 de 22/07/1990, p. B1, por Alberto Oliveira, *Retratos de uma Uberlândia que já não existe mais.*

centro histórico com a chegada do condomínio vertical e a voracidade do tempo que mais destrói que renova a cidade velha.

No próximo ano à destruição das arquiteturas históricas da família Carrijo, a respeito da igreja Nossa Senhora das Neves, observa-se:

> **Câmara autoriza recuperação da Igreja de Miraporanga**
> *... Uberlândia é relativamente uma cidade jovem ... e com poucas edificações remanescentes de sua fundação.* (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 112 de 28/05/1985, p. 2**)**

A retórica inscreve-se no tempo: "relativamente jovem" e "remanescente da fundação", tendendo a afirmar, de um lado, que as destruições dos patrimônios ocorridos em toda a história urbana eram entendíveis e aceitas, ou a cidade, prestes ao centenário, é jovem demais se comparada às arquiteturas das irmãs do colonial mineiro. Ainda, ser uma cidade jovem justificava a ação preservacionista tardia dos remanescentes destruídos e essa mentalidade permaneceu, futuramente, conservada e intacta, pois foi publicado na manchete de capa: *uma cidade menina completará 100 anos* **(**CORREIO n.º 126 25/06/1988). A noção de recuperação da arquitetura, aliada à restauração, vale-se do estado precário de conservação. O remanescente religioso, em questão, comparava as durações existenciais das arquiteturas do distrito às arquiteturas da cidade-Sede.

Para ARGAN (1993:226), os monumentos remanescentes na cidade são interpretados como herança: *se conservarmos esses monumentos, o fazemos porque essa é uma exigência da nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele para o qual foram construídos.*

Nessa ótica, o ritual de passagem do centenário, buscando os patrimônios remanescentes do nascimento da cidade, materializou-se distante da cidade-Sede:

> **Miraporanga será sede simbólica**
> ... a transferência simbólica de todo o governo municipal para o distrito de Miraporanga, será um dos pontos altos das atividades previstas para este final de semana, em comemoração ao centenário da cidade. (CORREIO n.º 127 de 27/08/1988, manchete de capa)

A encenação fazia parte das comemorações das obras de restauração. A sociedade buscava, nos lugares mais antigos da cidade, referências simbólicas do passado para aquele presente. O curioso é que "um dos pontos altos" do centenário

revelou o lugar de origem mais antigo da cidade. Próximo a esse evento histórico, na cidade velha, as praças Clarimundo Carneiro, Adolfo Fonseca e Cícero Macedo, como observado, também representavam outros lugares de memória, além da igreja do Rosário que, depois de restaurada, enfeitava-se para as comemorações da passagem do ano.

A temática do patrimônio histórico pontuava os lugares mais antigos da cidade, ou aqueles ligados ao nascimento de Uberlândia. Os velhos lugares eram revisitados pelas pessoas e, em alguns casos, encontravam os respectivos moradores residindo nas arquiteturas históricas:

> **Nos 100 anos de Uberlândia, a figura centenária de D. Maria dos Santos** ... ela morou na cidade sede também, durante alguns anos e bem na região histórica que deu origem a esta grande Uberlândia, ou seja, no FUNDINHO à rua das Pitangas, hoje Augusto César. (CORREIO n.º 127 de 20/08/1988, manchete de capa)

Exemplo do reencontro com as pessoas centenárias, a residência centenária da D. Adélia, localizada na antiga Rua das Pitangas, também era nutrida na imaginação urbana do Fundinho:

Casa centenária localizada no
originais; proprietária não tem c

GLEIDE CORRÊA
ESPECIAL PARA O CORREIO

Uma construção de adobe, paredes internas de pau-a-pique, janelas de abrir com duas folhas cegas de madeira e parte do piso ainda em assoalho. Localizada no Fundinho, um dos bairros mais charmosos de Uberlândia, a edificação situada na rua Augusto César 101, faz parte do casario antigo, uma característica da região, que comporta as mais importantes obras arquitetônicas da cidade.

A casa é uma das mais antigas da cidade e, apesar de algumas reformas, ainda mantém alvenaria original. Não há registros que indiquem a data correta da construção e, segundo a proprietária Adélia Alves - que mora no local há 64 anos -, a edificação é do início do século XIX.

Uberlândia tem mais de um século de emancipação política e conta com diversas obras arquitetônicas que compõem sua história cultural considerada progressista, mas com uma memória pouco preservada. Na área urbana e rural do município é possível encontrar construções do início do século XIX que estão sendo inventariadas pela Divisão de Memória e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. Num levantamento inicial foram catalogadas 21 obras de grande valor histórico e passíveis de tombamento, processo nem sempre fácil de ser executado.

Moradora da casa mais antiga e valiosa historicamente (em avaliação feita pela Divi-

Fundinho mantém características
ndições de preservar a edificação

são de Memória e Patrimônio Histórico), dona Adélia conta que quando mudou para o local tinha 10 anos de idade e se lembra muito bem que as ruas não tinham nem calçamento. "Eram de terra batida." A opção de manter a casa foi, segundo dona Adélia, por gostar das coisas antigas e também por questões financeiras, que inviabilizaram a construção de outra moradia.

"Aconchegante e inspirador." Esses são os principais adjetivos com que a proprietária utiliza para expressar seu sentimento pelo imóvel. Da construção original interna, somente o piso teve as tábuas trocadas por cimento com exceção de um quarto que ainda é de assoalho. Paredes internas ainda são de pau-a-pique, técnica que predominou na construção civil até as primeiras décadas do século XX.

Apesar do sentimento que dona Adélia demonstra pela casa e pelo cuidado que tem com a preservação, ela se queixa das dificuldades financeiras e acha que devia ser isenta de impostos. "Devido a casa ser um patrimônio histórico, a gente nem devia pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Ultimamente veio um preço exorbitante e nem parcelado eu consigo pagar", informa. Ela conta que chegou a escrever uma carta ao prefeito relatando a situação, mas não obteve resposta. Dona Adélia leciona piano (com mensalidade a R$ 20, valor bem abaixo do mercado) para complementar a aposentadoria de 1 salário mínimo.

Figura 61 – *Casa centenária localizada no Fundinho...* Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 127, Cadernos do Centenário de 08/1988

O centenário, lugar de memória, servia de inspiração para alimentar o *antigo* Fundinho, buscando o passado urbano mais antigo para estabelecer uma referência ao futuro. O passado é representado, pela moradora, nas paisagens pitorescas, compostas das *casinhas de adobe*, sem calçamento das ruas, de chão de *terra batida,* dando a sensação do lugar *inspirador e aconchegante*, e de morar, simultaneamente, na *antiga* cidade e continuar morando no *novo* Fundinho. Esse sentimento foi nutrido na memória individual formada pela percepção da moradora das antigas cenas registradas na memória e atualizadas naquele presente. Os ritmos do tempo, para D. Adélia, significavam os ritmos da carroça, das estradas de terra, da lentidão do passante e dos verbos nos tempos do passado, para reafirmar a modernização urbana nas terras do *antigo novo* Fundinho. Importante ressaltar que, enquanto os antigos moradores residiam nas arquiteturas, essas eram preservadas, Quando esses morriam ou vendiam seus patrimônios, a transferência, na maior parte dos casos, resultava a demolição do imóvel.

Nos enquadramentos, a seguir, vemos as cenas urbanas tradicionais da parte baixa do Fundinho. A fotografia, à esquerda, mostra uma senhora caminhando no bairro e a fotografia, à esquerda, mostra a encenação dos rapazes em frente à arquitetura de D. Adélia, onde soma-se, ao fundo, a arquitetura eclética da fotografia da esquerda. A construção desse imaginário do Fundinho, num sentido simbólico, buscou entre todos os lugares da cidade velha, os lugares mais *serenos,* e aqueles isentos da verticalização, representando-o ao lugar-museu.

Figuras 62, 63 – Arquitetura eclética localizada na Rua Mercedes esquina com a Rua Augusto César. Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 126, Cadernos do Centenário de 08/1988

O reencontro constante com os lugares remanescentes do passado resultou o novo processo de tombamento à Casa da Cultura (processo arquivado porque a Casa já era tombada):

> **Tombamento do Prédio da Casa da Cultura**
> ... para Silas, presidente da Câmara Municipal: ... *garantir a Casa da Cultura como Patrimônio Histórico é garantir que ela continue sendo o que é: o espaço e a referência da produção cultural* (CORREIO n.º 129 de 13/09/1988, p. 8)

Nas comemorações do centenário, os lugares de memórias eram confirmados e reafirmados. Os constantes tombamentos, para formar e proteger o conjunto urbano do centro cívico, talvez tenham refletido o novo tombamento da Casa da Cultura ou o esquecimento de tê-la tombado. Em um sentido consciente, o dia do patrimônio histórico, outro lugar de memória, foi criado para substituir o evento que acontece apenas de cem em cem anos:

> **Preservação da memória será lembrada dia 09 de agosto**
> ...
> "O Palácio dos Leões", como é conhecido, já foi tombado e destombado várias vezes nos últimos anos. (CORREIO n.º 136 de 06/08/1989, p. 4)

As constantes discussões sobre o patrimônio e sua exposição à mídia resultavam nos encontros e desencontros às temáticas da preservação: tombar, **des**tombar, tombar novamente, tombar duas vezes. Sabemos que patrimônio tombado e protegido não são sinônimos, respectivamente, de patrimônio restaurado e patrimônio conservado.

No título da matéria abaixo, a subtração "de Obras e Serviços Urbanos" multiplicava o significado do patrimônio pela presença das Secretarias Municipais: da Cultura, de Finanças, de Transporte, etc.:

> **Secretaria protege o patrimônio da cidade**
> ...
> recompondo mais de 6200 metros quadrados de pavimentação asfáltica com a operação "tapa buracos". (CORREIO n.º 137 de 03/09/1989, p. 11)

A proteção do patrimônio, inevitavelmente, nos remeteria ao patrimônio histórico. Mas a equivalência das obras de reparo à *proteção* e não à conservação reforça a *instabilidade* das noções do patrimônio na contemporaneidade.

3.5. Bairro histórico

A conservação do espaço público do Fundinho forneceu referências pontuais sobre os lugares vividos pelas pessoas que neles passavam ou que conviviam com a

memória coletiva da cidade velha. O imaginário do centro histórico, nessa região da cidade, revelou as noções de restauração, principalmente aqueles espaços identificados pelos monumentos exemplares, tombados ou não, que, de alguma forma, estabeleceram um elo com a fundação da cidade e seu passado. E deste com o presente e a antiga aparência visual encontrada neles durante e depois do centenário da cidade. O imaginário operava de maneira a repensar o passado, por meio das recordações dos antigos lugares e de projetar ao futuro as referências visuais da paisagem urbana constantemente remodeladas no presente.

No Fundinho, a metamorfose urbana convive com os lugares protegidos, reinventada à maneira como se vê nomeado o centro histórico. Aquilo que não fosse protegido teria o direito de ser renovado sem as preocupações com a preservação dos valores estéticos e históricos ditados pelas obras de restauração.

O obelisco da Praça Coronel Carneiro, fundação do nascimento da cidade, forneceu o elemento visual demarcando, senão, o primeiro lugar de memória do centro velho. Esse símbolo comemorativo moldou os mapas mentais das pessoas que nele se apoiavam. Mas seu tempo de vida durou pouco mais de meio século; resistiu apenas ao centenário da cidade, ficando na praça apenas os bustos de Felisberto Carrijo e Coronel Carneiro:

Figura 64 – ***Moradores da Cel. Carneiro elaboram abaixo-assinado apoiando a prefeitura*.** Fonte: CORREIO n.º 137 de 24/10/1989

Figura 65 – Praça Coronel Carneiro. Fonte: do autor, setembro de 2008

Figura 66 – Postal. Obelisco a fundação de Uberlândia, década de 1940. Fonte: Arquivo Público Municipal. Pasta Jerônimo Arantes

As comemorações já não mais referenciavam o civismo de Uberlândia, mas às comemorações francesas. Mesmo com o desaparecimento do obelisco (pois não se sabe seu paradeiro), localizado na Praça Coronel Carneiro em frente à Casa da Cultura, a convivência das pessoas com o imaginário da cidade velha atualizava as recordações compostas de memórias sem um lugar definido para elas. Todavia abrangia-se, ao fazê-

lo, a espacialidade do núcleo urbano, materializando uma referência física para as memórias.

O apagamento do obelisco, ícone remanescente da cidade velha – e a posterior substituição deste pelo poste de iluminação pública – revela os mecanismos da memória. A semelhança visual se expressa na verticalidade, o mesmo posicionamento de ambos, mas esse novo elemento em nada diz respeito à imaginação do centro histórico. Seu desaparecimento também demonstrou a não necessidade de salvaguardar o obelisco na memória coletiva porque ele, em última instância, não representava mais o patrimônio histórico.

Maurice Halbwachs (1990:145) enfatiza: *não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro social ... o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra e nada permanece em nosso espírito*. O autor afirma que a memória só pode permanecer socialmente partilhada, pois é no espaço externo ao nosso corpo que a lembrança pode se fixar.

A memória é vivida coletivamente para HALBWACHS (1990:128) e *a consciência individual é apenas o lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos*. Quando uma imagem é reconstruída pelo indivíduo a partir do lugar presente, associando outros tempos, outras lembranças de outras pessoas, essa reconstrução é fundamentalmente social. A lembrança suscitada no indivíduo pela memória coletiva, segundo Halbwachs, relaciona-se à realidade objetiva e ao movimento consciente.

Semelhante a esse raciocínio, BRESCIANI (1992:165) nos alerta:

> o tempo é consumido na velocidade, e a memória, por sua vez, é apagada na distância. Pode-se detectar aí, apoiados pela iconografia um dos mecanismos de transformação das memórias. Tal como um sonho, a acumulação das significações nem sempre se produz a partir das adições, freqüentemente ocorrem substituições de signos.

O tempo consumido na velocidade, na contemporaneidade, é o tempo consumido no incessante processo de substituição das paisagens urbanas, que reduz a sensibilidade de distinguir a duração entre percepção e lembrança dos lugares vividos. A semelhança visual entre o antigo e o novo espaço da praça Coronel Carneiro, apoiada no semelhante enquadramento entre as fotografias, revelou a atualização das memórias por meio da substituição dos ícones. O apagamento de certos elementos e símbolos da cidade, sem ao certo ocorrer a transformação significativa dela, demonstra a não

preocupação com o planejamento urbano e com o futuro das cidades. E esse evento ocorre porque elas subsistiriam, mesmo quando seus habitantes desaparecerem; as *coisas* da cidade, neste sentido, transitam e desaparecem nesse território de ninguém. A velocidade das mudanças urbanas é o sinônimo dos lugares ultrapassados e das imagens que devem ser renovadas constantemente para que sua aparência estética não fique fora de moda. De que serviria um obelisco em comemoração ao nascimento da cidade se ele estava fora do lugar original e deveria "estar" localizado onde estaria a igreja Nossa Senhora do Carmo?

Apropriando-se do pensamento de Henri Bergson (1998:59) de que *a memória subsiste mesmo se nosso corpo desaparecesse*, para o esquecimento total do lugar de origem da cidade, se é possível pensarmos em um absoluto esquecimento, seria necessário que todas as lembranças desse lugar – todas as gerações, que participaram da formação urbana da cidade, todas as pessoas, que tiveram contato umas com as outras e que mantiveram contato com algumas das gerações ou com quaisquer materialidades que remetessem à memória desse lugar – desaparecessem. Talvez, mesmo assim, a memória do lugar de origem da cidade encontrasse outros meios para ser lembrada socialmente, como efetivamente tem acontecido em Uberlândia e em outras cidades.

Assim, o imaginário urbano refere-se às propriedades do monumento e às relações desse com o tempo vivido para formar as lembranças sociais e a consciência histórica; a imaginação do lugar histórico tem como premissa a experiência histórica e a transmissão da consciência coletiva dos tempos do passado às futuras gerações.

Figura 67 – Antigo prédio da Estação Rodoviária, atual Biblioteca Municipal. Fonte: do autor, setembro de 2007

Figura 68 – Pintura da Matriz N. S. do Carmo, sem data. Fonte: Arquivo Municipal. CORREIO n.º 127 de 08/1988, Caderno Centenário

Em relação ao local da primeira igreja-Matriz, a semelhança entre a volumetria da arquitetura religiosa, sua implantação no espaço urbano e a fisionomia da Estação Rodoviária (atual Biblioteca Municipal) é evidente. Sabemos, pois, que o passado é a representação daquilo que se foi. Mas, apesar dos eventos registrados na cidade velha transformarem sensivelmente os novos lugares do Fundinho com a substituição do obelisco pelo poste de iluminação e da igreja pela biblioteca, as antigas cenas reenquadradas (Figuras 65 e 67) demonstraram que a fisionomia urbana horizontal, aos poucos, transformava-se com a verticalização.

Essa percepção é visível nas figuras a seguir, com a substituição da "Casa Pereira" pelo condomínio vertical e a conservação do comércio, formado pela esquina da Rua Bernardo Guimarães com a Rua Goiás:

Figuras 69, 70 – Vista do Fundinho a partir da Praça Rui Barbosa (igreja do Rosário), esquina das ruas Goiás e Bernardo Guimarães. Fontes: autor, setembro de 2007, à esquerda; CORREIO n.º 126 de 25/06/1988, manchete de capa, à direita

O processo de verticalização em terras históricas fez com que as antigas fotografias da cidade fossem apropriadas, simbolicamente, com grande intensidade no ano das comemorações do centenário da cidade, evento constatado na Figura n.º 3, fotografia aérea de Uberlândia, pois os condomínios verticais não existiam em Uberlândia. A imaginação da antiga cidade sem os edifícios verticais, hipoteticamente, participava da imaginação das cidades históricas mineiras, também de fisionomias horizontais, mas a população local não visualizava a cidade mineira como uma cidade histórica porque ela considerou o valor histórico apenas em relação ao núcleo urbano. Nesses termos:

> ... esse núcleo original da cidade, delimitado pelas ruas General Osório, Felisberto Carrijo e Tiradentes, e a avenida Rondon Pacheco, denominado de Fundinho, é o objeto de pesquisa da Secretaria Municipal de Cultura, que também realiza um levantamento métrico e a catalogação dos documentos. (CORREIO n.º 138 de 19/11/1989, manchete de capa, *Patrimônio Histórico: um elo entre o passado e o presente*, por Rosângela Ribeiro)

Figura 71 – Fotografia aerofotogramétrica da região Central de Uberlândia, 2004. Fonte: http://www.uberlandia.com.br/mapasdacidade

Se se observa a fotografia aerofotogramétrica de 2004, representação mais próxima à realidade, se comparada aos antigos mapas desenhados manualmente, percebe-se que o Fundinho, de acordo com a citação anterior, correspondeu à região abaixo da Rua Tiradentes e entre as ruas General Osório e Felisberto Carrijo. Trata-se,

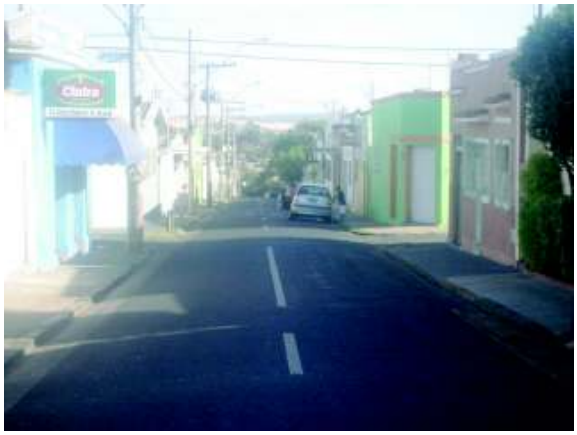
pois, da cidade, coroada pela antiga igreja-Matriz e localizada abaixo do centro cívico (antigo cemitério). Esse lugar, revelado como "núcleo original", talvez tenha sido descrito assim porque essa região correspondeu ao primeiro lugar fundado pela igreja Nossa Senhora do Carmo ou também pela escassez dos condomínios verticais. Essa afirmação é esclarecida nas fotografias a seguir:

Figuras 72, 73 – Duas cenas, dois Fundinhos. Rua Vigário Dantas, à esquerda; Rua General Osório, à direita. Fonte: autor, agosto de 2008

Nas Figuras 73 e 74, o contraste entre as paisagens horizontal e vertical é nítido. O fundo de vale do Fundinho, imagem à direita, a descida da Rua General Osório até a Avenida Rondon Pacheco (antigo córrego São Pedro). E, ao alto dessa, a região preservada do cerrado, céu azul, relação última esta que se perdeu em algumas regiões do Fundinho, com os edifícios verticais. A primeira cena é tida como a mais antiga e íngreme, de arquiteturas tradicionais, fisionomia horizontal, caráter residencial e "porta" de entrada da cidade do século 19. A segunda cena é tida como a mais nova, menos íngreme, com arquiteturas ecléticas, fisionomia que mescla o gabarito horizontal com os edifícios verticais, e corresponde à região mais "chique" do Fundinho. Isso em função do comércio, geralmente exposto nas atuais vitrines, formadas a partir da retirada das janelas e portas de madeira, como se pode perceber nas ilustrações a seguir.

Figuras 74, 75 – Duas cenas, dois Fundinhos I. Rua Tiradentes, em direção à Avenida Getúlio Vargas, à esquerda; Rua General Osório, em direção à Avenida Rondon Pacheco, à direita. Fonte: autor, agosto de 2008

Figuras 76, 77 – Duas cenas, dois Fundinhos II. Rua Tiradentes esquina com Rua Vigário Dantas, à esquerda; Rua General Osório vista para o Centro, à direita. Fonte: autor, agosto de 2008



Figuras 78, 79 – Duas cenas, dois Fundinhos III. Rua Tiradentes esquina com Rua Felisberto Carrijo, à esquerda; Rua General Osório vista para a Rondon Pacheco, à direita**.** Fonte: autor, agosto de 2008

No trecho jornalístico abaixo, os discursos da cidade velha não verticalizada aproxima-se da imaginação do Fundinho:

> **Tamanho do bairro gera discussão**
> Para um de seus moradores, o fotógrafo Roberto Vieira, o Fundinho começa na rua General Osório e chega até a Barão de Camargo. No projeto da arquiteta Maria de Lourdes Pereira foi considerada uma extensão maior que abrange a Praça Coronel Carneiro e o Colégio Estadual de Uberlândia. (Arquivo Municipal. CORREIO n.º 142 de 08/04/1990, p. 5)

Nas duas representações do Fundinho, a apropriação do bairro como centro histórico é evidente. O mapa mental da antiga cidade, para Roberto Vieira, é apoiado na conservação das ruas General Osório (antiga Rua do Rosário), entre a Avenida Rondon Pacheco e a Praça Dr. Duarte (antigo Largo do Rosário), onde parte a Rua Barão de Camargos. Esse lugar corresponde à primeira região do núcleo urbano, das antigas casas tradicionais construídas com madeira e cal, semelhante à da D. Adélia. Já o mapa mental, para a arquiteta, corresponde à segunda expansão da cidade, materializada com a construção do Palácio dos Leões, do Colégio Museu e da Praça Adolfo Fonseca. Ambas as imaginações para o centro histórico corresponderam à região abaixo da Rua Goiás, limite simbólico e territorial entre o Fundinho e o Centro.

A Rua Goiás estabelece a divisão física entre a cidade velha e a cidade nova, percebida claramente no cruzamento com a Avenida Afonso Pena, é retomada nas fotografias a seguir:

Figuras 80, 81 – Fundinho, visto a partir da Avenida Afonso Pena esquina com a Rua Goiás. Fontes: autor, setembro de 2007 à esquerda; CORREIO n. º126 de 08/1988, manchete de capa, à direita

A cidade dos anos 20, na verdade, correspondia a dos anos de 1960. A antiga fotografia, que enquadrava a cidade nova vista a partir da cidade velha, rejuvenescia Uberlândia no centenário da cidade. Se se tomar a Avenida Afonso Pena,

posteriormente à Rua Goiás, veremos o edifício Tubal Vilela, inaugurado na década de 1960, implantado na Praça Tubal Vilela. Se se tomar a Avenida Afonso Pena, anteriormente ao cruzamento com a Rua Goiás, à direita, nota-se as antigas edificações, tradicionalmente construídas com madeira e alvenaria de barro. Ainda, a divisão simbólica entre cidade velha e cidade nova é esclarecida nos dois sentidos viários da Rua Afonso Pena. A Uberlândia dos anos vinte, a meu ver, é a cidade velha do primeiro plano dessa fotografia; a cidade que se volta e permanece aos *fundos* da cidade nova. Rejuvenescer a cidade também pode ser a representação da velocidade, do tempo veloz que transforma a paisagem urbana e diminui a sensibilidade dos habitantes em distinguirem o valor da durabilidade das coisas e o tempo de existência delas. Nessa análise, a memória produz um lugar que não lhe é próprio, pode sempre estar no lugar de outro sem apossar-se dele e tem autoridade de tirar certos elementos das lembranças coletivas e individuais e de realizar inversões dos lugares vividos, porque a memória dos fatos lembrados, exerce-se no espaço.

Os discursos sociais passaram a rejuvenescer os patrimônio da cidade ou envelhecê-los mais do que o tempo de suas existências. Eram comuns as denominações de **cidade velha**, **cidade nova** e **Fundinho**, mas não existia uma forma "delineadamente explícita" para ele. O centro histórico, naquele momento, correspondia ao Bairro General Osório, mapa apresentado abaixo:

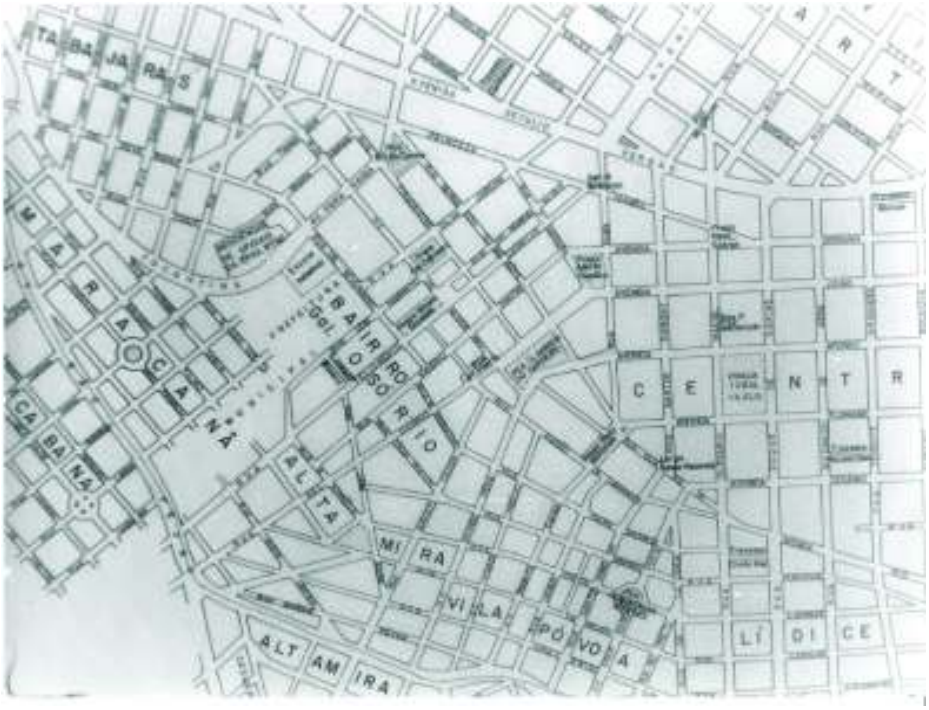


Figura 82 – Fotografia de Roberto Cordeiro, data não identificada. Detalhe do mapa de Uberlândia, década de 1940. Fonte: Arquivo Municipal. RC 0072-96

Existem dois registros desse mapa, realizado por Roberto Cordeiro: um é o que apresentamos acima e o outro corresponde ao mapa total de Uberlândia. Nessa imagem, o fotógrafo enquadrou por inteiro apenas o Bairro General Osório, excluindo os bairros Centro, "Alta Mira", Vila Póvoa, Tabajaras, Maracanã, Copacabana e Lídice. A posição estratégica dos nomes dos bairros estabelecia os limites imaginários para suas áreas: o Centro inicia-se a partir da Rua Goiás; o Bairro General Osório, centralizado abaixo da Praça Clarimundo Carneiro, é identificado à topografia que separa o Fundinho em uma região mais alta (em direção ao Centro) e outra mais baixa. A leitura horizontal do mapa tomou como referência o Centro ou a cidade nova, ficando os outros bairros com leituras não paralelas a esse plano. No meu entendimento, as regiões encontradas nas fontes que caracterizam atualmente o Fundinho, elegeram a composição viária da rua J. Aiube, cruzando na diagonal, entre o "Alta Mira" e o "Bairro General Osório", formando um vértice com a Rua Augusto César. Essa última, indo ao encontro do antigo Largo do Rosário e do Comércio, conecta-se à Praça Clarimundo Carneiro. A Partir da Praça Tubal Vilela, em meio ao "CENTRO", três quarteirões acima e ao alto dela, margeando a Avenida Getúlio Vargas, encontra-se o Mercado Municipal. Nesse sentido, subentende-se que o Mercado não foi tombado, porque ele não estaria localizado na cidade velha ou no bairro General Osório.

O espaçamento, compreendido entre o Centro e o Fundinho ou entre a cidade nova e a cidade velha, ainda é a região mais oscilante no que diz respeito à representação de centro histórico. Isso posto em função da presença e da ausência das cenas verticais e dos remanescentes arquitetônicos tradicionais e ecléticos (extintos os neoclássicos). Os mapas a seguir ilustram esse pensamento, além de destacar que não bastava estar inserido no núcleo urbano o patrimônio tombado, como a igreja do Rosário, para a região do Fundinho corresponder ao bairro histórico.

A primeira delimitação oficial para o centro histórico da cidade iniciou-se em 1989 com as discussões sobre a lei de uso e ocupação do solo do município de Uberlândia. Em 1993, o Fundinho apareceu com a primeira delimitação explícita, tomando como referência as ruas, símbolo que melhor representa o imaginário urbano. Isso equivale a dizer que algumas arquiteturas em Uberlândia desapareceram, mas a maioria de suas antigas ruas subsistiu. Em 1994, o Fundinho foi instituído, oficialmente. O bairro General Osório passou a não mais existir nos mapas da cidade e, por fim, a Praça Rui Barbosa e a igreja do Rosário foram anexadas ao centro histórico.

Figura 83 – Primeira proposta para delimitar o bairro Centro. Fonte: Arquivo Municipal. Processo da Câmara. Projeto de lei n.º 611/1994

Figura 84 – Primeira proposta para delimitar o bairro Fundinho. Fonte: Arquivo Municipal. Processo da Câmara. Projeto de lei n.º 6142/1986

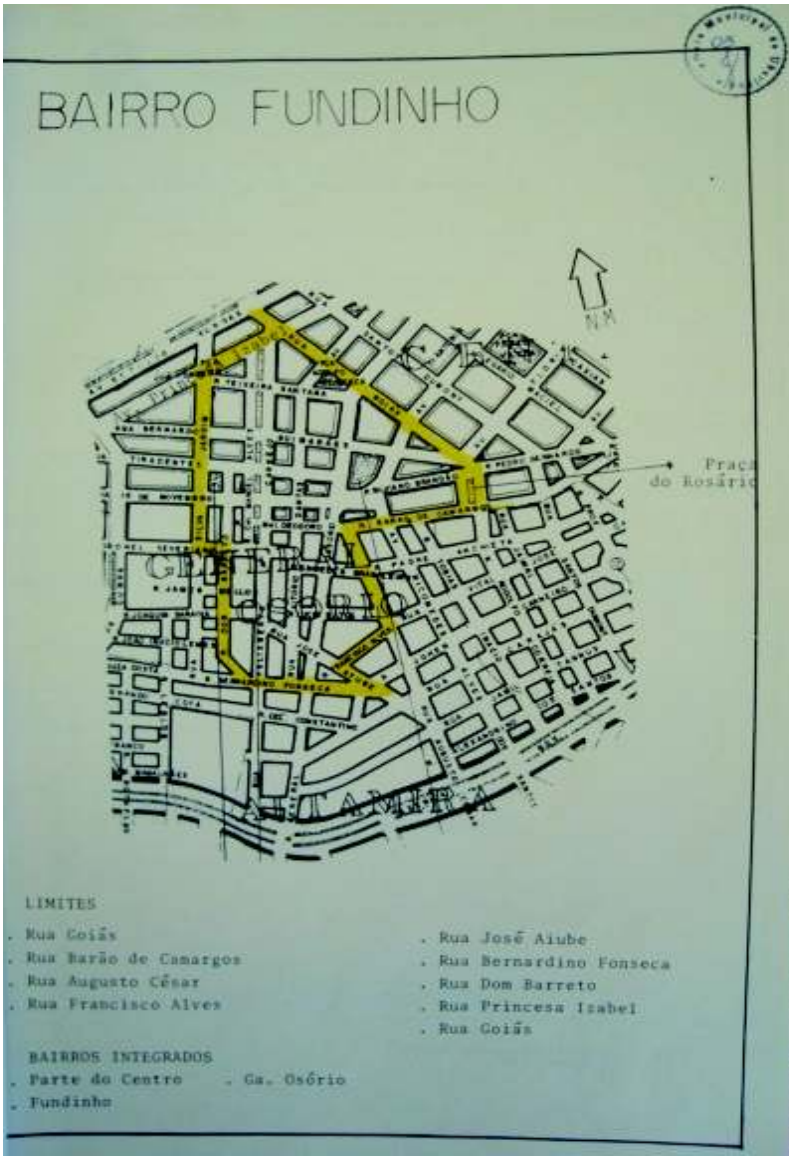


Figura 85 – Fundinho, delimitação oficial. Fonte: Arquivo Municipal. Processo da Câmara. Lei n.º 232/93

O Fundinho é um discurso construído durante o desenvolvimento urbano da cidade. Atualmente, os olhares estão voltados mais à aparência dos museus, antiquários e galerias de arte inseridas na região acima do centro cívico. A memória, como propriedade de conservar e atualizar certas informações representadas como passadas, por meio da história dos estilos arquitetônicos impressos no espaço urbano, tramou o patrimônio edificado às diferentes fases da história da cidade. As leituras da cidade velha, atualizadas como Fundinho, intervieram nas atualizações sociais dos diversos espaços que o compuseram, fazendo com que uns se sobressaíssem a outros. Novamente, as expressões – "mais antigo", "prédios históricos", " mais charmoso", "mais chique" – revelam diversos planos da memória e dos processos de modernização de Uberlândia, especialmente representados pelo Fundinho.

Figuras 86 - ***No Fundinho tem de tudo!*** Fonte: Encarte publicitário. Impressão Registro, *No Fundinho tem de tudo!,* 2007, tiragem: 5000 exemplares

Figuras 87, 88 – Logomarca do COMPHAC/Uberlândia, 2005, e mapa do Fundinho. Fontes: http://www.uberlandia.com.br/comphac, à esquerda; **Guia Sei** de Uberlândia, 2003/2004, montagem do autor, à direita

O patrimônio histórico foi associado ao arabesco. A interpretação do arquiteto Luciano M. Pena, em concurso público municipal, propôs que a logomarca do COMPHAC fosse inspirada nos portões de ferro das residências ecléticas. De maneira semelhante, as folhagens, inseridas na capa do encarte da campanha publicitária, refletem essa imaginação. Em ambos os mapas, as fronteiras oficiais do Fundinho são vazadas, mas não subtraídas. Isso equivale dizer que as diversas opiniões dos mapas das quais são formadas as memórias estão operando mais no transbordamento que no retraimento espacial. Ou seja, as arquiteturas conservadas são documentos capazes de fornecer ao homem o registro e a referência espacial, armazenadas pelo tempo. As arquiteturas são capazes de comunicar diversos ícones, a exemplo dos arabescos, de representar os discursos sociais, a exemplo do mais antigo, e pontuar os mapas mentais, a exemplo do transbordamento espacial do Fundinho. As imagens visuais são essenciais à memória e ao tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade talvez seja a maior fabricação humana, capaz de se transformar juntamente às transformações sociais, porque as representações que as pessoas dela fazem dela alteram seus mapas mentais, individuais e coletivos, e demonstram que a consciência do passado está fundada na memória. Pelas lembranças dos lugares é possível atualizar esses mapas, distinguindo suas formas anteriores das do presente. A cidade – ela mesma uma representação e representada pelos mapas, fotografias, arquiteturas, ruas, avenidas, praças, textos impressos – revela significados capazes de distinguirem-na em múltiplos tempos da história urbana. A escala de significados ligados à memória, no entanto, não corresponde apenas às relações do espaço com o passado, mas também com o presente vivido e com o futuro almejado.

Em Uberlândia, o nascimento do espaço público no século 19, com as arquiteturas religiosas, comerciais e residenciais, cristalizou as relações sociais. A memória coletiva e social, apoiada na arquitetura religiosa, coroaram, por meio da distinção da sua forma na relação com as outras, um novo centro para o antigo lugarejo. Com o nascimento da cidade, a sociedade o expandiu com a criação de avenidas e ruas e com a edificação de uma nova arquitetura que realmente representasse o poder público e que não fosse meramente a reutilização de uma antiga residência tradicional; o Palácio dos Leões, segunda arquitetura-monumento, passou, então, a reordenar a cidade. Durante o período destas duas construções, o antigo e o novo espaço coexistiram no imaginário urbano, respectivamente, como cidade velha e cidade nova. Nesse sentido, tais aspectos da memória tocavam o conhecimento histórico do passado urbano focando o futuro da cidade. O curioso foi notar que o lugarejo da cidade com pouco menos de cem anos passou a ser envelhecido como se as pessoas tivessem se cansado da antiga visualidade. A cidade das estreitas ruas de terra e das tradicionais arquiteturas de madeira e barro distinguiu-se visual e simbolicamente da cidade projetada sobre o espaço não edificado. Uberlândia nasce das ruas e avenidas projetadas sobre o solo virgem e materializa-se com técnicas mais duráveis que as anteriores, como a pedra, o adobe e o ferro.

Em nenhum momento da história de Uberlândia, até a destruição da igreja-Matriz em 1943, símbolo do nascimento do espaço urbano e símbolo do centro da cidade, a expressão “a cidade velha é a memória da cidade” não apareceu nos

documentos oficiais dos relatórios municipais, mapas e jornais. Pensando a memória como propriedade de "conservar" e atualizar certas informações – a respeito da sobreposição da pedra nas ruas de terra ou da substituição dos postes de madeira pelos de concreto –, a cidade velha fora conservada e explicitada assim à cidade nova. Não chegou a ser conservada como um documento histórico porque lhe foi imposta o constante apagamento da sua aparência visual sem a preocupação da preservação do patrimônio urbano.

A necessidade de utilizar a cidade nova e reutilizar a cidade velha representa a memória como conhecimento da história, forçando a sociedade a selecionar, escolher, renovar e destruir os lugares de acordo com as necessidades do presente. A destruição da igreja-Matriz e a colocação do obelisco à fundação da cidade representam bem esse aspecto da memória. A memória transformou esse acontecimento público, por meio da experiência individual do memorialista Jerônimo Arantes, que convenceu os vereadores de que o fundador da cidade, Felisberto Carrijo, não deveria ser esquecido. A lei foi aprovada e enraizou o marco comemorativo, dentre todos os lugares da cidade velha aquele mais próximo da igreja-Matriz, na Praça Coronel Carneiro.

Mesmo com o desaparecimento da forma física da arquitetura religiosa, a lembrança histórica do nascimento da cidade subsistiu. A permanência do elemento vertical em meio à praça pública e o apagamento visual da igreja tenderam a apagar as referências de origem, as orientações espaciais e muitos outros detalhes da origem da cidade foram esquecidos, como a antiga associação da Praça Cícero Macedo e a igreja-Matriz. Assim, o imaginário do núcleo, ou centro de referência urbana, operava como um espaço vazio, ou como um espaço não delineado fisicamente, com diversos núcleos girando ao redor dele. A lembrança do lugar de origem da cidade velha permaneceu, pois, viva na memória coletiva e social – constantemente reatualizada – por meio do espaço físico e dos discursos de fundação.

Nesses termos, afirma-se que a origem da cidade reflete mais os discursos de fundação e o imaginário urbano que as lembranças individuais e coletivas, pois não houve a transmissão do repertório das lembranças dos acontecimentos passados das pessoas às pessoas, mas das pessoas à fabricação do espaço urbano. A memória do obelisco diz respeito mais à elite letrada, que viveu e frequentou este lugar específico da cidade, que ao restante da população que viveu nas periferias e subúrbios de Uberlândia. A memória dos grupos sociais revela os lugares e fundamenta-se no tempo; assim, a elite social definiu o lugar de memória do seu patrimônio urbano.

O patrimônio, originalmente ligado às estruturas familiares e religiosas, fundamenta-se na formação e transmissão das coisas materiais e simbólicas às gerações posteriores. Por isso é comum afirmar que o maior patrimônio do homem é a memória e não seu próprio corpo. A memória das pessoas depende da estrutura biológica do corpo, assim como a memória coletiva da cidade depende do espaço urbano. Neste caso, a memória da cidade velha envolveu a familiaridade dos processos de modernização, concebidos e finalizados no antigo centro da cidade, envolvendo histórias sobre pessoas e obras públicas, coisas comuns à memória e à história.

De fato, os processos imaginativos da cidade velha foram tomados pela transmissão das experiências coletivas e individuais, porque a memória criativa corresponde à imaginação. O âmbito histórico e as experiências dos antepassados reiteradas como parte das lembranças individuais apontaram, dentre todos os lugares mais antigos da cidade, o bairro General Osório. Esse lugar produzido no passado e apontado pela memória historicizada foi apropriado como lugar-monumento, um lugar capaz de articular o passado e o futuro, estabelecendo referências simbólicas ao presente. O discurso de fundação da cidade velha refere-se à memória coletiva, à história urbana e à não-destruição das formas urbanas elementares (ruas e praças), embora as pessoas aceitassem o encobrimento dos antigos materiais e técnicas construtivas mais difíceis de serem conservados pelos novos materiais. É por isso que foi afirmado, em relação à Uberlândia, ou mais precisamente à cidade velha ou bairro General Osório: *a cidade que se permite perder suas referências históricas, perde também sua memória ... a preservação de antigos prédios e áreas proporciona continuidade com o passado*. (Arquivo Municipal. Ata da Câmara n.º 124, 1986, p. 3)

Os grupos liderados pela elite política mobilizaram as lembranças coletivas para manter o velho patrimônio alimentado na memória. A memória, nesse sentido, é a lembrança póstuma da elite dos antepassados e as obras materiais por eles construídas. Na cidade, como sua referência, restaram os nomes das ruas, dos bustos, das praças e das placas comemorativas.

O ritmo das renovações da paisagem urbana fundamentou-se na memória histórica e nos lugares documentados pelos mapas físicos e mentais. Como já dito, no passado da cidade, a região da cidade velha foi um lugar apontado pela memória, mas não chegou a constituir um lugar histórico, um lugar vigiado e preservado como documento histórico, porque o imaginário de centro histórico e de cidade histórica era

um conceito novo, enraizado na década de 1930 e décadas posteriores, no Brasil. A cidade da década de 1940, se comparada à contemporânea recém instituída cidade histórica de Ouro Preto, era jovem demais e não participante dos discursos oficiais das cidades ligadas diretamente ao Brasil Colônia. Uberlândia, apesar de possuir pouco menos de cinquenta mil habitantes naquela década, era representada como cidade metrópole, ou seja, a cidade caracterizada pelo progresso e distante do imaginário de cidade histórica, proibida de se modernizar. Os planos de memória nacional, estadual e municipal, constataram a máxima de Halbwachs de que há tantas maneiras de representar as memórias quanto sejam os grupos sociais e os espaços.

A vila, representada pelo mapa do levantamento dos patrimônios edificados simultaneamente à finalização da igreja Nossa Senhora do Carmo, e a cidade, representada pelo levantamento dos patrimônios urbanos simultaneamente à oficialização jurídica da cidade pelo Estado, ligou a tradição das leis em documentar e inventariar os vilarejos para compor o cenário nacional dos espaços sociais e para facilitar a arrecadação dos impostos do patrimônio territorial urbano e rural. Essa prática do final do século 19 foi conservada nas últimas décadas do século 20, mas com outro enfoque. Anteriormente, o levantamento dos patrimônios das ruas e edificações revelava as dimensões físicas da cidade pela quantificação das ruas e arquiteturas, e, posteriormente, esses mapas do passado serviram de referência para conferir, principalmente pelas ruas conservadas, as arquiteturas remanescentes e suas respectivas estéticas. Ambos os mapas revelavam a quantificação das ruas e arquiteturas, mas somente entre as décadas de 1980-90 somou-se a estética e a experiência visual às noções da preservação do patrimônio histórico.

Esses antigos mapas foram transformados em documentos-monumentos na memória coletiva. Não bastava apenas constatar e inventariar as arquiteturas remanescentes na cidade velha; era preciso especificar quais eram históricas e posteriormente interditar a demolição delas. Na maioria dos casos, a escolha prevalente foi pela arquitetura eclética.

Antigamente, a política empreendedora dos habitantes da vila em mapear e inventariar os lugares edificados para fazer emergir a cidade velha foi semelhante à política empreendedora de sobrepor os antigos mapas no antigo centro para fazer emergir o bairro histórico. Nesses termos, a história diz respeito ao passado urbano constatado no presente e tramado aos diversos planos da história urbana.

A sociedade criou um problema operado pela memória historicizada: apontar os lugares conservados no centro velho e protegê-los da demolição ou descaracterização para transformá-los em documentos históricos que servissem de referência ao futuro da cidade. O que antes foi dito velho foi lentamente substituído na memória coletiva pelo nome de histórico. A memória das antigas arquiteturas, praças e ruas foram encenadas em si mesmas como monumentos de memória. A seleção operava da mesma forma para ressaltar esses elementos urbanos no plano da cidade velha enquanto outros elementos dela e do restante da cidade, a exemplo dos antigos subúrbios e periferias, apesar de fisionomias semelhantes, foram excluídos. Esses lugares eram como espaços vazios na memória da elite uberlandense.

Outras formas de seleção das cenas da cidade, como suporte da memória, foram as antigas fotografias. Elas foram enquadradas como lembranças perdidas porque revelavam as cenas urbanas que não mais existiam na cidade. A exposição dessas fotografias, no jornal impresso, dava a impressão do clima visual da cidade do passado. A rememoração e a nostalgia emergiam no presente para expressar o descontentamento e o tempo perdido, escondendo que no passado a modernização da paisagem urbana sem o apelo histórico não era contestada. As fotografias disfarçavam ainda a diversidade dos estilos arquitetônicos conservados e demolidos na década de 1980, década dos tombamentos, sobrepondo às incontáveis arquiteturas antigas a imposição do passado como imaginário dominante, acentuando o esplendor do patrimônio destruído e a fragilidade do patrimônio conservado. O teatro, o fórum, a igreja-Matriz apareceram diversas vezes agrupados no jornal e convergiam como as formas exemplares do patrimônio histórico destruído. A distinção das idades dessas arquiteturas não foi o fundamento central da memória coletiva porque a destruição do patrimônio histórico foi sobreposta à preservação. O patrimônio destruído, lembrado socialmente, assim como os fatos históricos, é atemporal porque a memória é descontínua e ambos são tramados à história. O passado da cidade, recordado pelas fotografias não se constituiu em uma cadeia temporal contínua, mas em um conjunto de cenas não datadas por suas inaugurações ou demolições. O passado foi interpretado pelo simples fato de não mais existir na realidade.

A noção de que as arquiteturas não existissem mais em presença marcou o núcleo urbano e o patrimônio histórico como acontecimento único porque a materialidade urbana faz mais sentido quando compartilhada coletivamente no presente do que por meio dos suportes da memória. Mesmo assim, as arquiteturas

demolidas subsistiam e agiam na memória coletiva. A função da memória de conservar todo o passado ou fragmentos dele, sem um ordenamento específico, foi reconstruída no presente. Assim, com a passagem do tempo, novas experiências do passado alteravam e alternavam continuamente os mapas mentais e as representações do Fundinho.

A identidade do Fundinho ficou expressa com a demolição dos antigos casarões substituídos pelos condomínios verticais. Da mesma forma, lembrar o patrimônio conservado, ou a antiga paisagem urbana horizontal da cidade velha, alterava o próprio ato de selecionar as atuais cenas urbanas pelas fotografias; o próprio ato de se apropriar das coisas passadas cristalizava, nas arquiteturas do presente, o dever de serem vigiadas pela memória coletiva, a fim de protegê-las das descaracterizações e destruições. Assim, a conservação do espaço público, durante e depois dos tombamentos, obteve o amplo efeito de selecionar os lugares fabricados e relacionados diretamente ao nascimento da cidade, mas nunca fora cogitada a reconstrução total e idêntica dos lugares conservados, bem como os demolidos na cidade velha.

Essa noção de restauração, por meio da proteção, ficou inscrita em todos os processos de tombamentos, outorgados ou não, em 1985. Assim, depois de protegido, o patrimônio deveria ser restaurado, reconstruído, reconstituído, sempre buscando a forma original. Relacionado ao estado original da arquitetura, o patrimônio arquitetônico foi transformado em lugar de memória e a memória passou a ser representada como resto e sobra do passado.

Em uma convergência estética do ecletismo, as arquiteturas tombadas passaram a comunicar a narrativa coerente dos discursos culturais da década de 1980, a exemplo dos encontros regionais das cidades do Triângulo Mineiro e da criação da Secretaria Municipal da Cultura. As arquiteturas ecléticas protegidas eram reformuladas para adaptar os antigos usos às novas exigências dos espaços culturais; exceto a igreja do Rosário e a igreja de Miraporanga, que permaneceram com o mesmo uso, a antiga residência transformada na Casa da Cultura passou a abrigar o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural de Uberlândia; a antiga Companhia de Energia foi transformada na Oficina Cultural; a antiga Câmara Municipal foi transformada em Museu Histórico Municipal. Penso que o imaginário do patrimônio histórico é tudo aquilo que um dia já foi; que algum dia pertenceu aos antigos proprietários ou o patrimônio deles transferidos ao poder municipal.

O patrimônio histórico das imagens ressaltadas pela observação da realidade, das fotografias e mapas de épocas anteriores, da alternância entre aquilo que subsistiu ou aquilo que desapareceu, tornava mais antigo o passado no presente. As expressões cunhadas na década de 1980, "Uberlândia dos anos 20", "cidade menina completa 100 anos", "o Fundinho tem mais de 150 anos", permanecem atuais no sentido de tornar mais velho o passado da cidade e no sentido de rejuvenescer a antiga aparência da cidade. O Fundinho, apesar de velho, está com melhor aparência visual que muitos outros bairros.

A idéia da memória que representa o equilíbrio entre aquilo lembrado e aquilo esquecido mudou com a passagem do tempo. As antigas gerações que não mais viviam no Fundinho, as novas gerações que nele transitavam e alugavam os antigos casarões e as famílias que decidiram continuar morando no bairro, tornaram ainda mais antigo o passado recente. As demolições dos antigos casarões, as substituições pelos condomínios verticais e pelas arquiteturas modernistas reorganizaram os tempos da memória, mesclando a idade e as durações desses patrimônios. Nesse aspecto, a natureza da memória difere da natureza do patrimônio. Por conseguinte, a função fundamental da memória não é conservar o passado, mas atualizá-lo e reconstruí-lo no presente. E a função fundamental do patrimônio é a transmissão material e simbólica às futuras gerações daquilo formado no passado.

Os discursos sobre a memória e o patrimônio são reconstruções variáveis e seletivas, baseadas nas leis e códigos constantemente alterados pela classificação dos patrimônios mais antigos da cidade. A história urbana de Uberlândia, representada pelo Fundinho, no seu sentido mais amplo, buscou organizar, inventariar, classificar e proteger os patrimônios e estruturas arquitetônicas inscritas nas malhas conservadas das ruas estreitas. Essa narrativa urbana distinguiu e isolou o Fundinho do restante da cidade como bairro histórico.

Como bem disse Bresciani, a cidade é uma experiência antes de tudo visual. O Fundinho foi tramado ao nascimento da cidade e atualizou a aparência do velho ao histórico com a conservação das antigas residências ecléticas transformadas em estabelecimentos comerciais e culturais tradicionalmente denominados de chique. O chique, expressão cunhada em 1985, permanece atual na imaginação social. Assim, os estudos do patrimônio são os estudos da apropriação daquilo que um dia foi modo de conhecimento transmitido pelas arquiteturas preservadas, renovadas e destruídas.

Dando continuidade ao pensamento de Bresciani, o núcleo urbano é suporte da memória. Em relação ao Fundinho, suporte da memória coletiva e social, representado nos mais variados delineamentos formais por meio dos mapas, a memória apontou para o transbordamento e fragmentação dos lugares de memória. A história do antigo novo bairro Fundinho preservou o passado para dar suporte aos discursos de fundação da cidade e dele próprio. A divulgação do Fundinho por meio da mídia impressa, intensificada em meados da década de 1980, alimentava a transmissão do conhecimento histórico do passado da cidade para alimentar a memória coletiva, ou seja, a memória do Fundinho foi modificada continuamente para atender às necessidades do presente. Se podemos dizer que há múltiplos planos de memória da cidade, muitos deles perpassam os lugares de memória do Fundinho.

Participante ativo do nascimento e renascimento da vila, da cidade e dele próprio, o Fundinho representado como bairro histórico é um discurso de fundação permeado pela imaginação coletiva das cidades históricas mineiras. As mudanças percebidas socialmente na paisagem do núcleo urbano tenderam a ser reagrupadas dentro de períodos contínuos do desenvolvimento de Uberlândia, separadas por longos segmentos de sua história, em que os acontecimentos mais importantes marcados pela igreja-Matriz e pelo Palácio dos Leões tornaram-se monumentos dos mapas mentais, coletivos e individuais, relegados à origem da cidade e consequentemente recordáveis tanto pela presença quanto pela ausência deles. Essas arquiteturas-monumentos tiveram o poder de ordenar, reordenar e exercer grande influência aos seus arredores espaciais. A constante aparição de suas imagens nos jornais atestava a atualidade do poder simbólico de suas construções na imaginação social. Assim, o núcleo urbano foi revelado nessas arquiteturas-monumentos implantadas no centro velho e forneceu um lugar privilegiado por ter condensado os tempos da história pelos mapas antigos. Emprestou, assim, os contornos e formas apreensíveis do passado e permitiu que na cidade fossem novamente inseridos os acontecimentos vividos dos antepassados e das pessoas vivas.

Nesses termos, quando se falava da cidade progressista dos novos tempos, os edifícios localizados na cidade nova emergiam; quando se falava da cidade serena dos velhos tempos, o fundinho da cidade nova coroado pelo Palácio dos Leões passava a representar essa opinião. E quando as opiniões mesclavam o velho Fundinho dos condomínios verticais, a metamorfose do bairro histórico assumia a expressão do lugar chique ao ar livre privilegiado da cidade. Foi da necessidade de se constituir em

um só bairro esses segmentos visuais da cidade que o Fundinho tornou-se um lugar único e distinto visualmente dos outros bairros.

A memória, como já indicado, é indiscernível da experiência presente. As experiências visuais do núcleo urbano moldavam os mapas mentais por procurar evidenciar que, "desde o princípio", a tradição de identificar as velharias do passado como algo fora de moda, a serem esquecidas ou retiradas do presente, passou a ser apropriada como uma experiência estética. Essa linha tênue atualizou os discursos das arquiteturas fora de uso que deveriam ser conservadas, especialmente pelos discursos culturais e comerciais e pelos tombamentos e não tombamentos. O que mudou nesse imaginário é que a arquitetura destruída passou a ser reclamada geralmente pelos não-proprietários desses patrimônios. A contestação do patrimônio arquitetônico a ser apropriado pelo valor histórico e, portanto, protegido da demolição, sempre partiu daqueles que nenhuma referência tinham com o processo de transferência legítima dele. O Fundinho do presente se transformou no que é porque o passado reconstruído é mais coerente do que aquilo que os antigos moradores pensavam.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. Uberlândia: EDUFU, 2003.

ARGAN, G. Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Cia da Letras, 2004.

_____. *História da arte como história da cidade*. Tradução de Píer Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ATTUX, Denise. *Fundinho*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Sahar, 2005.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.* Tradução de Paulo Neves. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto. Método e História na Arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates, 1991.

_____. *Orígenes del Urbanismo Moderno*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BERNDT, Angelita. IPHAN e suas mudanças desde sua criação. ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais. *Anais do VII Congresso.* Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, novembro de 1996, p. 17-26.

BRESCIANI, M. Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. *In: Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Marcos Freitas (org.). Contexto, 1998, p. 237-258.

_____. Cidades: espaço e memória. In: *O direito à memória. (Patrimônio Histórico e Cidadania)*. Departamento do Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo, 1992, p. 161-166.

BRESSAN, Maria Lúcia. *Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível: http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco3pdf/art1_risco3.pdf. Acesso em: 21/04/2007

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas.* São Paulo: Ed. Unesp,1992.

CAMPOFIORITO, Ítalo. *Muda o mundo do patrimônio*. Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Ciência e Cultura do Rio do Janeiro. O artigo foi originalmente

publicado na Revista Brasil, Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Ciência e Cultura: Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: http://www.ivt-rj.net/museus_patri/antariores/mac/artigo.htm. Acesso em: 03/08/2008.

CARRIJO, Gilson Goulart. *Fotografia e a invenção do espaço urbano: considerações sobre a relação entre estética e política*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de Pós-Graduação em História, 2002.

CHAUVEAU, A. & TÉTART, P.. *Questões para a história do presente.*Tradução de Ilka Stern Cohen. – Bauru: EDUSC,1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. – São Paulo - Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

_____. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.* Tradução de Dafne do Nascimento.Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1992.
COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política Cultural / Cultura e Imaginário.* São Paulo: Ed. da FAPESP/Iluminuras, 1999.

*LE CORBUSIER. Os três estabelecimentos humanos.*São Paulo: Martins Fontes, 1964, 2004.

_____. *Urbanismo.* Tradução de Maria Ermantina. – São Paulo: Martins Fontes, 1959, 1992.

GOITIA, Fernado Chueca. *Breve história do urbanismo*. São Paulo: Editorial Presença.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOUAISS, Antônio. Dicionário da Língua Portuguesa. Ed. Objetiva, 2006.

INVENTÁRIO e Diretrizes Especiais de Uso e Ocupação do Solo do Fundinho. Laboratório de Projetos e Design da FAURB-UFU. Banco de Dados da FAURB-UFU. Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura, 2005. (Dossiê)

IPHAN. CADERNO DE DOCUMENTOS Nº 3, 1995. In: *Carta de Washington – Carta internacional para salvaguarda das cidades históricas*, *1986,* p. 321-330; In: *Carta de Atenas – CIAM, novembro de 1933*, p. 23-81; In: *Carta de Veneza – Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, maio de 1964*, p. 107-113.

LE GOFF, Jacques. *Memória.* Enciclopédia Einaud. V. 1, *Memória-história*, Einaudi, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984, p. 11-47.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.* Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. – São Paulo: Editora da UNESP, – (Prismas), 1988.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1970, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico.* Ed. Brasiliense. Coleção primeiros passos, nº. 51, 1989.

LOPES, Valéria C.. *Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950 – 1980)*. Uberlândia: Mestrado, UFU, Instituto de Pós-Graduação em História, 2002.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de Quem?.* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.

_____. *Cidade no Brasil, em que Termos?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1999.

MELO, Márcia Mertran de. *Goiânia: cidade de palavras e pedras.* Tese de Doutoramento em Sociologia. Brasília: UnB, 2004.

MOTTA, Lia. O Sphan E Ouro Preto. *In: Revista do patrimônio Histórico Artístico e Nacional,* nº 22, 1987.

NORA, Pierre. Entre memória e história. a problemática dos lugares. *In: Projeto história.* São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 07-27. Texto extraído de: NORA, Pierre (dir). *Lês Lieux de mémorie.* I La Republique. Paris: Gallimard, 1984.

RIBEIRO, Fernanda. *Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?*. Professora Auxiliar da Secção de Ciências Documentais, do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, 16 p.. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf. Acesso em: 19/03/2006.

SEIXAS, Jacy A. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. *In*: *Razão e sentimentos na política*, BRESCIANI, M. S., Magalhães, M. B., SEIXAS, J.A. (org). Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 59-77.

_____. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado. In: *História*. São Paulo: Ed. UNESP, 20, 2001, p. 93-108.

_____. Percursos de memórias em terra de história: problemáticas atuais. In: *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível.* BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org). Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, p. 37-58.

_____. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, São Paulo: EDUC, nº 24, 2002, p. 43-63.

_____. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. *História: Questões & Debates*, Curitiba: Ed. Da UFPR, n. 32, jan/jun, 2000, p. 75-95.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, Jeane. Sob o ju(o)go da lei. Confronto histórico entre direito e justiça no município de Uberlândia/MG. UFU. Mestrado em História, Uberlândia, 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: Da "Cidade Jardim" ao "Portal do Cerrado"- Imagens e representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: Doutorado, USP, FFCHS, 1995.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia.* Uberlândia: Uberlândia Gráfica, 1970.

TEMER, Sérgio Batista. *Idéias urbanísticas. Uberlândia: de Uberabinha a "Curitiba" do Cerrado*. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Mestrado em Urbanismo / FAU-PUCCAMP, 2001.

UBERLÂNDIA. *No Fundinho tem de tudo!,* 2007. Impressão Registro.tiragem: 5000 exemplares (publicidade).

VALLE, Marília Maria Brasileiro Teixeira. Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo "Sertão da Farinha Podre". Tese de Doutoramento. São Paulo: FAUSP, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora UnB, 1998.

FONTES DOCUMENTAIS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

ARANTES, Jerônimo. *Patrimônio da Matriz de Uberlândia*. Gaveta n.º1,1856. (mapa)

BRASIL,Decreto-Lei Federal n.º 25/37 – *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.*

UBERABINHA. *Código de Postura e Regime Tributário da Câmara Municipal de Uberabinha de 1912*. Tipografia Progresso, Praça da Matriz, Uberabinha.

UBERLÂNDIA. *Plano Diretor Uberlândia*. Escritório de Jaime Lerner. Curitiba, 1990.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo ex-presidente e Agente Executivo Dr. João Severiano Rodrigues da Cunha, em 4 de abril de 1924. Exercício de 1922.* Tip. Da Livraria Kosmos. Uberabinha – Minas.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 1916. Exercício de 1915.* Tipografia Progresso, Praça da Matriz, Uberabinha.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 1º de março de 1917. Exercício de 1916.* Tipografia Progresso, Praça da Matriz, 98, Uberabinha – Estado de Minas.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 20 de abril de 1918. Exercício de 1917.* Tip. da Livraria Popular. Uberabinha – Minas.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 5 de abril de 1919. Exercício de 1918*. Tip. Popular - Uberabinha.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 3 de setembro de 1921. Exercício de 1920.* Tip. Da Livraria Kosmos. Uberabinha – Minas.
UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo J. S. Rodrigues da Cunha, em 26 de abril de 1922. Exercício de 1921.* Tip. Da Livraria Popular. Uberabinha – Minas.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez, em 21 de novembro de 1923. Exercício de 1923*. Tip. Da Livraria Kosmos. Uberabinha.

UBERABINHA. *Relatório apresentado à Camara Municipal de Uberabinha, pelo seu Presidente e Agente Executivo Cel. Eduardo Marquez, em 2 de abril de 1925. Exercício de 1924*. Tip. Da Livraria Kosmos. Uberabinha.

JORNAL

CORREIO N.º 90/91 - 09/01/1980*. O reino dos cacarecos,* p. 2, por João da Ega.

CORREIO N.º 90/91 – 18/01/1980. *Usuários de coletivos reclamam falta de abrigo na Clarimundo Carneiro,* manchete de capa.

CORREIO N.º 90/91 – 7/02/1980. Manchete de capa: *Palácio dos Leões vai passar por reformas,* última página.

CORREIO N.º 90/91 – 16-17/02/1980. *Terrenos baldios sofrendo necessária limpeza,*
Jornal Correio de Uberlândia. N.º 90/91 - 08/03/1980. *Uberlândia terá Casa da Cultura completa para todas as artes,* manchete de capa

CORREIO N.º 90/91 - 09/03/1980. *Casa da Cultura terá roupagem nova no dia de Tiradentes,* última página.

CORREIO N.º 92/93 - 11/09/1980. Manchete de capa: *Prefeitura já começa a pensar no centro Cívico da cidade.*

CORREIO N.º 94/95 - 18/02/1981. *Velho barracão pega fogo e provoca apenas um susto,* última página.

CORREIO N.º 94/95 - 20/05/1981. *Preservação de coisas históricas,* p.4.

CORREIO N.º 101 - 30/09/1982. *Escola inaugurou museu histórico,* última página.

CORREIO N.º 102 - 05/10/1982. *Jornada Cultural de Uberlândia com intensa movimentação,* última página.

CORREIO N.º 102 - 09/10/1982. *Representantes de municípios estiveram reunidos na Jornada Cultural,* manchete de capa.

CORREIO N.º 102 - 09/12/1982. *Em reportagem exclusiva ao "Correio de Uberlândia" Dr. Zaire mostra sua proposta de governo,*última página.

CORREIO N.º 104 - 19/05/1983. *Prefeito se interessa pela criação do museu municipal,* última página.
CORREIO N.º 104 - 04/06/1983. *Jornada Cultural de Uberlândia,* última página.

CORREIO N.º 105 - 04/08/1983. *Palácio dos Leões vai passar por reformas,* última página.

CORREIO N.º 105 - 12/11/1983. *Cidade ganha prédio para abrigar a Casa da Cultura,* manchete de capa.

CORREIO N.º 105 - 03/12/1983. *Na Câmara, Cherulli reverenciou a memória de Tito Teixeira, p*. 2.

CORREIO N.º 105 - 21/03/1984. *Secretaria da Cultura faz sua primeira prestação de contas,* p. 6.

CORREIO N.º 108 - 18/04/1984. *Vereador não quer destruição do museu,* p. 11.

CORREIO. N.º 108 - 11/05/1984. *Permuta com a Diocese e Praça do Rosário,* última página.

CORREIO N.º 108 - 18/05/1984. *Casa da Cultura em Uberlândia,* p. 10.

CORREIO N.º 108 - 15/06/1984. *Prefeito instala oficialmente a Secretaria Municipal de Cultura,* última página.

CORREIO N.º 109 - 15/06/1984. *Vereador agradeceu apoio de Zaire na reforma do Palácio dos Leões,* última página.

CORREIO N.º 109 - 07/08/1984. *Projeto Cultural mostrará em fascículo a história de Uberlândia,* manchete de capa.

CORREIO N.º 109 - 13/09/1984. *Vereadores partem em defesa do patrimônio histórico da região,* p. 2.

CORREIO N.º 110 - ??/10/1984. *Secretário adjunto da Cultura esteve em Uberlândia,* p. ?. (As datas estão desbotadas).

CORREIO N.º 110 - 24/10/1984. *Reforma da Praça Cícero Macedo,* última página.

CORREIO N.º 110 - 13/11/1984. *Em memória de Uberlândia [I],* p. 11.

CORREIO N.º 111 - 21/01/1985. *Chuvas danificam parte lateral do edifício da Câmara,* última página.

CORREIO N.º 112 - 08/05/1985. *Reforma na Praça Clarimundo Carneiro na agenda do prefeito,* última página.

CORREIO N.º 112 - 17/05/1985. *Prefeito executa estudos na malha urbana da cidade,* manchete de capa.

CORREIO N.º 112 - 18/05/1985. *Projeto na Praça Clarimundo Carneiro é discutido na Câmara Municipal,* manchete de capa.

CORREIO N.º 112 - 28/05/1985. *Câmara autoriza recuperação da Igreja de Miraporanga,* p. 2.

CORREIO N.º 112 - 31/05/1985. *Melhor iluminação na praça Adolfo Fonseca,* p. 11.

CORREIO N.º 112 - 19/06/1985. *Vereadores aprovam tombamento de imóveis históricos urbanos,* p. 2.

CORREIO N.º 112 - 21/08/1985. *Casa da cultura surge para assegurar a legitimidade dos princípios dos homens,* manchete de capa.

CORREIO N.º 112 - 21/08/1985. *Casa da Cultura de Uberlândia atinge alto estágio intelectual,* manchete de capa.

CORREIO. N.º 113 - 27/09/1985. *Trabalho de Olga é reconhecido pelo patrimônio histórico,* última página.

CORREIO N.º 113 - 28/09/1985. *Tombamento da praça Tubal Vilela,* p. 11.

CORREIO N.º 113 - 18/10/1985. *Vereador pede suspensão de obras na praça TV,* manchete de capa.

CORREIO N.º 113 - 26/11/1985. *Aprovado em primeira discussão projeto de tombamento* (igreja do Rosário), p. 2.

CORREIO N.º 115 - 19/02/1986. *Prefeito toma decisão: ônibus terão ponto na TV,* última página.

CORREIO N.º 115 - 01/03/1986. *Entrega oficial da Galeria Geraldo Queirós,* p. 6.

CORREIO N.º 116 - 23/04/1986. *Anteprojeto que proíbe construção de edifícios no Fundinho,* manchete de capa

CORREIO N.º 116 - 24/04/1986. *Proprietários dos imóveis do Fundinho não gostaram nada do anteprojeto,* p. 6.

CORREIO. N.º 116 - 29/04/1986. *Parecer sobre projeto de lei municipal,* última página.

CORREIO N.º 117 - 27/08/1986. *Documento Sobre Uberlândia na TV Paranaíba,* p. 6.

CORREIO N.º 117 - 21/11/1986**.** *II Encontro de Cultura e Poder,* p. 4.

CORREIO N.º 117 - 04/12/1986. *Encontro Cultura e Poder teve resultados positivos.* manchete de capa.

CORREIO N.º 117 - 02/12/1986. *Obras de restauração do coreto,* p. 8.

CORREIO N.º 117 - 09/12/1986. *Coreto pertence a cidade,* p. 3.

CORREIO N.º 121 - 16/04/1987. *Reparos em uma falha histórica,* p. 2.

CORREIO N.º 121 - 02/05/1987. *Preparatórios para o Centenário de Uberlândia em discussão,* p. 2.

CORREIO N.º 121 - 05/05/1987. *Inaugurado o primeiro Museu de Ofícios do Estado de Minas,* p. 2.

CORREIO N.º 121 - 01/04/1987. Manchete de capa: *Zaire convida a população para preparar o centenário de Uberlândia.*

CORREIO N.º 121 - 01/04/1987. *Conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Uberlândia,* p. 2.

CORREIO N.º 123 - 29/10/1987. *Encontro de Política Cultural em Uberlândia,* p. 2.

CORREIO N.º 123 - 11/11/1987. *Trabalho e construção cultural é tema de debate nesta quinta,* p. 12.

CORREIO N.º 123 - 05/11/1987. *Uma injeção de ânimo para embelezamento na Clarimundo Carneiro,* p. 2.

CORREIO N.º 123 - 05/11/1987. *Fundinho: mais vida nova com os edifícios apontado no céu,* p. 2.

CORREIO. N.º 123 - 18/11/1987. *Praça Cícero Macedo está precisando de melhores cuidados,* manchete de capa.

CORREIO N.º 124 - 16/01/1988. *Derrubada de árvore histórica,* manchete de capa.

CORREIO N.º 124 - 19/01/1988. *Secretaria do Meio ambiente explica corte e poda,* manchete de capa.

CORREIO N.º 125 - 16/03/1988. *As obras da Clarimundo serão retomadas em breve,* p. 5.

CORREIO N.º 125 - 14/04/1988. Manchete de capa: *Igreja do Rosário em fase final das obras,* p. 5.

CORREIO N.º 125 - 14/04/1988. Manchete de capa: *Câmara Municipal procura fotografia de seus ex-presidentes*, p. 5.

CORREIO N.º 125 - 23/04/1988. *Restauração da Igreja N.S. do Rosário deverá ser concluída no mês de junho,* p. 5.

CORREIO N.º 126 - 11/06/1988. *Igreja Nossa Senhora do Rosário totalmente restaurada,* manchete de capa.

CORREIO N.º 126 - 24/06/1988. *Plantas são monumentos vivos da história da cidade,* manchete de capa.

CORREIO N.º 126 - 25/06/1988. *A história voltada para a realidade de hoje,* manchete de capa.

CORREIO N.º 126 - 25/06/1988. *Uma cidade menina completará 100 anos,* manchete de capa,

CORREIO N.º 126 - 08/1988. *Cadernos do Centenário.*

CORREIO N.º 127 - 23/05/1988. *Mostra no Museu de Ofícios,* p. 4.

CORREIO N.º 127 - 08/1988. *Cadernos do Centenário,* folhas não numeradas.

CORREIO N.º 127 - 09/08/1988. *Uberlândia: patrimônio e memória histórica,* manchete de capa.

CORREIO N.º 127 - 11/08/1988. *Aberta a Semana do Patrimônio Cultural,* manchete de capa.

CORREIO N.º 127 - 19/08/1988. *Escola Dr. Duarte espera início de reconstrução de seu prédio,* manchete de capa.

CORREIO N.º 127 - 20/08/1988. *Nos 100 anos de Uberlândia – a figura centenária de D. Maria dos Santos,* manchete de capa.

CORREIO N.º 127 - 27/08/1988. *Miraporanga será sede simbólica,* manchete de capa.

CORREIO N.º 128 - 08/1988. *Cadernos do Centenário,* folhas não numeradas.

CORREIO N.º 129 - 13/09/1988. *Tombamento do Prédio da Casa da Cultura,* p. 8.

CORREIO N.º 130 - 07/12/1988. *Cidades receberão título de patrimônio histórico,* p. 2.

CORREIO N.º 133 - 09/04/1989. *Projeto poderá preservar memória de Estrela do Sul,* p. 4.

CORREIO N.º 133 - 09/04/1989. *Fotografia é tema de atividades na Casa da Cultura*, p. 4.
CORREIO N.º 133 - 11/04/1989. *Palácio dos Leões será restaurado ainda este mês,* p. 4.

CORREIO N.º 133 - 14/04/1989. *Romaria – um portão importante*, p. 4.

CORREIO N.º 133 - 15/04/1989. *Progresso destrói história,* p. 10.

CORREIO N.º 133 - 23/04/1989. *Historiadores preocupados com a memória da cidade,* p. 4.

CORREIO N.º 135 - 01/07/1989. *Técnicos da UFU examinam condições do prédio da C. M.* (Câmara Municipal), p. 3.

CORREIO N.º 135 - 07/07/1989. *Aqui perto,* **(**Estrela do Sul), p. 3.

CORREIO N.º 135 - 18/07/1989. *Associação quer tombar fazenda no Santa Maria,* p. 5.

CORREIO N.º 135 - 23/07/1989. *Este trecho da General Osório está sumindo do mapa. A Prefeitura municipal de Uberlândia já iniciou da demolição de alguns prédios e até o tradicional "Bar Cow Boy",* manchete de capa.

CORREIO N.º 135 - 23/07/1989. *Prefeitura desapropria casas mas não revela projeto,* p. 9.

CORREIO N.º 136 - 06/08/1989. *Preservação da memória será lembrada dia 09,* p. 4.

CORREIO N.º 137 - 03/09/1989. *Para os desafios, as soluções racionais,* p. 6.

CORREIO N.º 137 - 03/09/1989. *Secretaria protege o patrimônio da cidade* ["tapa buracos"], p. 11.

CORREIO N.º 137 – 20/10/1989. *Corte de árvores provoca protesto de ecologistas,* p. 5.

CORREIO N.º 137 – 20/10/1989. *Moradores da Cel. Carneiro elaboram abaixo-assinado apoiando a prefeitura,* manchete de capa.

CORREIO N.º 137 – 20/10/1989. *Uberlândia só tem 5 imóveis tombados* (manchete de capa)*; Patrimônio Histórico: um elo entre o passado e o presente,* p. 5, por Rosângela Ribeiro.

CORREIO N.º 139 – 05/01/1990. *Faça sua história em Minas,* p. 10.

CORREIO N.º 139 – 07/01/1990. *Desleixo ameaçam casarões de Estrela,* A3, por Rosângela Ribeiro.

CORREIO N.º 139 – 11/01/1990. *Exposição conta história de Uberlândia,* p. 9.

CORREIO N.º 140 – 08/02/1990. *Patrimônio de Estrela do Sul será restaurado pelo IEPHA,* manchete de capa:

CORREIO N.º 140 – 29/03/1990. *Demolição de "colônia" no centro vira caso de polícia,* p. 4.

CORREIO N.º 142 – 01/04/1990. *Emancipação e história é tema de trabalho,* A3, por Leila Regina Sealla.

CORREIO N.º 142 – 08/04/1990. *História de Uberlândia começou no velho Fundinho,* manchete de capa.

CORREIO N.º 142 – 08/04/1990. *Tamanho do bairro gera discussão,* p. 5.

CORREIO N.º 142 – 17/04/1990. *Praça da "derrubada" terá dois bustos e um monumento,* manchete de capa.

CORREIO N.º 143 –18/05/1990. *Sul de Minas: a beleza do circuito das águas,* p. 10.

CORREIO N.º 144 –15/06/1990. *Em junho tem festa no "arraial de São Pedro",* p. 10.

CORREIO N.º 144 –19/06/1990. *O patrimônio público contém a noção de interação esclarecida e livre (...)*, p. 2, por Willian Golino F., professor do Departamento de Artes Plásticas da UFU.

CORREIO N.º 145 - 15/07/1990. *Artista pinta paisagem da região do triângulo,* B5.

CORREIO N.º 145 - 22/07/1990. *Retratos de Uberlândia que não existe mais,* B1, por Alberto de Oliveira.

CORREIO N.º 146 - 08/09/1990. *IV Semana do Patrimônio é aberta hoje,* p. 8.

CORREIO N.º 147 - 02/11/1990. *Moda e Cultura,* p. 5

CORREIO N.º 148 - 30/12/1990. *Recital marca hoje a restauração do órgão da catedral* [Santa Terezinha], B5.

CORREIO. N.º 149 - 11/01/1991. *"Verticalização" não é necessária,* A3, por Maria Angélica Fernandes, Departamento de Artes Plásticas da UFU.

CORREIO N.º 149 - 11/01/1991. *Cultura: cidade ganha mais uma galeria no mês de março,* C1.

CORREIO N.º 149 - 27/01/1991. *"Mercado" muda para acompanhar os tempos,* C1.

CORREIO N.º 149 - 27/01/1991. *Câmara não quis tombar o prédio,* C1.

CORREIO N.º 149 - 31/01/1991. *Câmara terá um novo anexo a partir de segunda-feira,* manchete de capa:

CORREIO N.º 150 - 02/02/1991. *Patrimônio histórico tem Conselho inativo,* C1.

CORREIO N.º 150 - 05/02/1991. *Cultura quer preservar o "Fundinho" / Cultura prioriza preservação do patrimônio,* C1.

Jornal Correio de Uberlândia. N.º 150 - 21/02/1991. *Mostra narra chegada do telefone*, C1.

CORREIO N.º 152 - 03/04/1991. *Exposição de Eliete Vilela inaugura Galeria no Vera Cruz,* D1.

CORREIO N.º 152 - 07/04/1991. *Matriz de Uberlândia faz 50 anos,* D1.

CORREIO N.º 152 - 14/04/1991. *UNESCO pode tombar sítio de Peirópolis,* B1.

CORREIO N.º 153 - 04/05/1991. *Acervo público expõe suas obras,* p. 17.

CORREIO N.º 153 - 08/05/1991. *Concha acústica funcionará como galeria de arte,* p. 17.

CORREIO N.º 153 - 08/05/1991. *Delegacia da mulher vive situação de dificuldades,* p. 17.

CORREIO N.º 153 - 23/05/1991. *Museu de Ofícios faz mostra em cidades da região,* p. 18.

CORREIO N.º 153 - 28/05/1991. *Exposição celebra 50 anos de TRT*, p. 13.

PROCESSO, PROJETO E LEI MUNICIPAL

UBERLÂNDIA. Processo _ Projeto _. *Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Uberlândia. Lei N.º 4240/1985.*

UBERLÂNDIA. Processo 7061. Projeto 7016. Autor: Eduardo Afonso. *Tomba a Sede da Fazenda São Francisco. A*rquivado em 15/05/1990.

UBERLÂNDIA. Processo 4498. Projeto 4369. Data da apresentação: 28/09/1979. Autor: Prefeito Municipal. *Dá nova denominação à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Assistência Social. Lei N.º 3052 de 01/10/1979.*

UBERLÂNDIA. Processo _. Projeto _. *Modifica a Lei N.º 3190 de 22/09/1980 e estabelece novas disposições. Lei N.º 4209 de 25/09/1985* [inclui o traçado da Praça Clarimundo Carneiro no tombamento].

UBERLÂNDIA. Processo 4671. Projeto 4537. Data de apresentação: 19/10/1980. Autor: Vereador Elcio Gonçalves dos Reis. *Revoga Lei N.º 2854/1978 de 22 de agosto*

de 1978 e estabelece novas disposições. Lei N.º 3190/1980 [Prédio do Palácio dos Leões e Coreto].

UBERLÂNDIA. Processo 5914. Projeto 5869. Data da apresentação: 02/05/1985. Autor: Mesa Diretora. *Aprova Convênio e dá outras providências – IEPHA/MG e Prefeitura Municipal.* [restauração da Capela N.S. das Neves do Distrito de Miraporanga].

UBERLÂNDIA. Processo 5892. Projeto 5937. Data da apresentação: 28/05/1985. Autor: Vereadora Olga Helena da Costa. *Faz tombamento de prédios de interesse histórico* [Casa da Cultura e Oficina Cultural]. Arquivado para nova redação.

UBERLÂNDIA. Processo 5932. Projeto 5887. Data da apresentação: 16/08/1985. Autor: Eurípedes Barsanulfo de Barros. *Modifica Lei N.º 2812 de 09/06/1978 que estabelece normas para fracionamento do solo* [para incluir o traçado da Praça Clarimundo Carneiro]

UBERLÂNDIA. Projeto 5983. Processo 5938. Data da apresentação: 19/08/1985. Autor: Olga Helena da Costa. *Faz tombamento de prédios de interesse histórico* [Casa da Cultura e Oficina Cultural]. Lei N.º 4217 de 15/10/1985.

UBERLÂNDIA. Processo 6031. Projeto 5986. Data da apresentação: 29/09/1985. *Tombamento da Praça Tubal Vilela.* Arquivado em 09/11/1985.

UBERLÂNDIA. Processo 6043. Projeto 5998. Data da apresentação: 15/10/1985. Autor: Eurípedes Barsanulfo de Barros. *Tomba a Igreja N.S. do Rosário. Lei N.º 4763 de 9/12/1985.*

UBERLÂNDIA. Processo 6050. Projeto 6005. Data de apresentação: 21/10/85. Autor: Prefeito Zaire Rezende. *Dá denominação de Galeria de Arte Geraldo Queirós a Galeria de Arte da Casa da Cultura.* Lei N.º 4245 de 15/10/1985.

UBERLÂNDIA. Processo 6097. Projeto 6052. Data da apresentação: 02/12/1985. Autor: Olga Helena da Costa. *Faz tombamento de prédios históricos (prédio do Mercado Velho e prédio dos Correios e Telégrafos).* Arquivado em 09/04/1986 para redação de um novo projeto.

UBERLÂNDIA. Processo 6181. Projeto 6136. Data da apresentação: 16/04/1986. Autor: Vereadora Olga Helena da Costa. *Faz tombamento de Prédio Histórico – Mercado Velho*. Arquivado em 15/12/1988.

UBERLÂNDIA. Processo 6187. Projeto 6142. Dada da apresentação: 16/04/1986. Autor: Prefeito Municipal Zaire Rezende. *Proíbe a construção de edifícios na área que especifica.* Arquivado em 08/02/1987.

UBERLÂNDIA. Processo 6188. Projeto. 6143. Data da apresentação: 16/04/1986. Autor: Mesa Diretora. *Aprova Convênio e dá outras providências – IEPHA/MG e Prefeitura Municipal.* Arquivado em 18/04/1986. [restaurações da Igreja N.S. do Rosário e Coreto]

UBERLÂNDIA. Processo 6191. Projeto. 6146. Data da apresentação: 17/04/1986. Autor: Mesa Diretora. *Aprova Convênio e dá outras providências – IEPHA/MG e Prefeitura Municipal.* [restaurações da Igreja N.S. do Rosário e Coreto]

UBERLÂNDIA. Processo 6222. Projeto 6177. Data da apresentação: 22/05/1986. Autor: Vereadores Dorivaldo Alves do Nascimento e Adriano Bailoni Júnior. *Modifica a Lei N.º 4240 de 14/11/1985. Lei N.º 4433 de 10/11/1986.*

UBERLÂNDIA. Processo 6250. Projeto 6205. Data da apresentação: 17/06/1986. Autor: Prefeito Municipal Zaire Rezende. *Cria o Arquivo Público de Uberlândia e dá outras providências. Lei N.º 4375/11/07/1986.*

UBERLÂNDIA. Processo 6251. Projeto 6206. Data da apresentação: 17/06/1986. Autor: Prefeito Municipal Zaire Rezende. *Cria o Museu de Ofícios de Uberlândia e dá outras providências. Lei N.º 4376/11/07/1986.*

UBERLÂNDIA. Processo 6451. Projeto 6406. Data da apresentação: 15/04/1987. Autor: Vereador Antônio Naves de Oliveira. *Autoriza anexar placa ao imóvel que menciona (Coreto). Lei N.º 4508 de 12/05/1987.*

UBERLÂNDIA. Processo 6702. Projeto 6657. Data da apresentação: 23/03/1988. Autor: Prefeito Municipal Zaire Rezende. *Dispõe sobre o uso e ocupação do solo da cidade de Uberlândia.*

UBERLÂNDIA. Processo 6718. Projeto 6673. Data da apresentação: 27/04/1988. Autor: Vereadora Olga Helena da Costa. *Instituir o dia do patrimônio e memória de Uberlândia. Lei N.º 4694 de 13/06/1988.*

UBERLÂNDIA. Processo 6810. Projeto 6765. Data da apresentação: 16/08/1988. Autor: Vereadora Olga Helena da Costa. *Faz tombamento de prédio histórico de interesse cultural* [Casa da Cultura]. Arquivado em 16/09/1988.

UBERLÂNDIA. Processo 7502. Projeto 7457. Data da apresentação: 13/02/91. Autor: Luis de Freitas Costa Neto. *Declara de excepcional valor artístico e cultural, para fim de preservação, a Igreja do Espírito Santo do Cerrado nesta cidade [Arquiteta Lina Bo Bardi]. Lei N.º 5207 de 27/02/1991.*

UBERLÂNDIA. Processo 7893. Projeto 7848. Data da apresentação: 11/03/1992. Autor: Vereadora Nilza Alves. *Dispõe sobre multas para atos relativos a danos causados a bens e direitos tombados pelo patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Uberlândia. Cria o fundo municipal para restituição de bens danificados.* Arquivado em 1992.

UBERLÂNDIA. Processo _ Projeto _. Data da apresentação: 19/03/1992. Autor: Prefeito Municipal. *Altera a alínea b do artigo 1º da Lei N.º 4217/85* [altera número do lote da Oficina Cultural].

UBERLÂNDIA. Processo 7955. Projeto 7909. Data da apresentação: 15/05/1992. Autor: Noemy Barbosa. *Modifica o artigo 4º da Lei N.º 4209 de 25/09/1985* [Implantações do Museu Histórico e de Ofício municipais]. *Lei N.º 5771 de 15/06/1992*

UBERLÂNDIA. Processo 70. Projeto 70. Data da apresentação: 07/05/1993. Autor: Onofre. *Altera o artigo 4º da Lei N.º 5771 de 15/06/1992, modificada pela Lei N.º 4209 de 25/09/1985.* [Implantação do Museu Histórico e de Ofícios após restauração]

UBERLÂNDIA. Processo 232. Projeto 232. Data da apresentação: 20/11/1993. Autor: Adalberto J. H. P. Pereira. *Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia, que especifica* [Bairro Centro]. Arquivado para nova redação.

UBERLÂNDIA. Processo 408. Projeto 408. Data da apresentação: 29/06/1994. Autor: Waldeck Luis Gomes. *Tomba as nascentes dos Córregos que especifica e dá outras providências.*
.
UBERLÂNDIA. Processo 611. Projeto 611. Data da apresentação: 29/12/1994. Autor: Fábio Araújo. Lei 27/12/1994. *Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia, que especifica.* [Bairro Centro].

UBERLÂNDIA. Processo 634. Projeto 634. Data da apresentação: 08/02/1995. Autor: Adair Baldecimo. *Cria o "Memorial de Uberlândia ano 2000" e dá outras providências*. [com os dizeres *este memorial representa a gratidão e a honra de cidadãos que viveram em tão significativa época*]. *Lei N.º 6773 de 24/03/1995.*

UBERLÂNDIA. Processo 659. Projeto de Lei. Data da apresentação: 09/03/1995. Autor: Prefeito Municipal. *Altera o artigo 1º da Lei N.º 4209 de 25/09/1985.* [informando as *obras a serem realizadas conforme projeto arquitetônico – anexo I, pertencentes a memória e ao patrimônio histórico, arquitetônico e cultural do município, excluídas as vias circundantes*]. *Lei 6278 de 07/04/1995.*

UBERLÂNDIA. Processo 652. Projeto 652. Data da apresentação: 03/05/1995. *Delimita e denomina as áreas territoriais urbanas do município de Uberlândia, que especifica.* [Bairro Fundinho]. *Lei N.º 6297 de 03/05/1995.*

UBERLÂNDIA. Processo 770. Projeto 770. Data da apresentação: 06/09/1995. Autor: Prefeito Muncicipal. *Denomina de Oficina Cultural de Uberlândia o próprio público que especifica. Lei N.º 6383 de 04/10/1995.*

DECRETO, PROCESSO, PROJETO E LEI DE TOMBAMENTO

UBERLÂNDIA. Decreto n.º 10.230 de 03/04/2006 – *Tomba o Palacete Ângelo Naguettini.*

UBERLÂNDIA. Decreto n.º 10.228 de 31/03/2006 – *Tomba a Estação Ferroviária Sobradinho (Companhia Mogiana de Estradas de Ferro).*

UBERLÂNDIA. Decreto n.º 10.223 de 29/03/2006 – *Tomba o Uberlândia Clube Sociedade Recreativa.*

UBERLÂNDIA. Decreto n.º 10.126 de 27/03/2006 – *Tomba a Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa.*

UBERLÂNDIA. Lei n.º 8.130 de 29/10/2002 – *Tomba o Mercado Municipal (conjunto das edificações, calçamento de pedra e árvore Figueira.*

UBERLÂNDIA. Decreto n.º 9.183/2002 – *Tomba a Residência Chacur*.

UBERLÂNDIA. Projeto de Lei n.º 7061/1989 – *Tomba a Sede da Fazenda São Francisco.*

UBERLÂNDIA. Processo 6205/Projeto 6160, de 30/04/1986 – *Tomba o prédio Museu.*

UBERLÂNDIA. Processo 6097/Projeto 6052, de 02/12/1985 – *Faz tombamento de prédios históricos (prédio dos Correios e Telégrafos e prédio do Mercado Velho)*.

UBERLÂNDIA. Processo 6043/Projeto 5998, lei n.º 4263, de 09/12/1985 – *Tomba a Igreja Nossa Senhora do Rosário.*

UBERLÂNDIA. Processo 5983/Projeto 5892, 27/05/1985, *lei n.º 4217 de 15/10/1985 – Faz tombamento de prédios de interesse histórico (Casa da Cultura e Oficina Cultural).*

UBERLÂNDIA. Processo 6031/Projeto 5986, 15/10/1985 – *Tomba a praça Tubal Vilela.*

UBERLÂNDIA. Processo 4238/Projeto 4119, lei n.º 2854, de 22 agosto de 1978 – *Faz tombamento do próprio municipal e dá outras providências.*

ATAS MUNICIPAIS

UBERLÂNDIA. Ata N.º 68/1965 – novembro/1964 à agosto/1965. Processo 2184. Projeto 1853: *Cria o Museu Histórico e dá outras providências.*(manuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 69/1965 – agosto à dezembro/1965. Processo 2184. Projeto 1853. *Cria o Museu Histórico e dá outras providências. Lei N.º 1391/1965.* (Não foi encontrado em Ata a publicação da Lei). (manuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 72 – novembro/1967 à fevereiro/1968. (maanuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 73 – Datas: fevereiro/1968 à junho/1968. (manuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 74/1968 – junho à novembro/1968. 23/09/1968. Processo 2687. Projeto 2283. Data de apresentação: 17/09/68. Autor: Antônio Couto de Andrade e Ary Novaes. *Faz o tombamento da Capelinha de N.S. das Neves do Distrito de Miraporanga. Lei N.º 1650/1968.* (manuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 104 – agosto à setembro/1978. Processo 4238. Projeto 4119. *Faz tombamento do próprio municipal e dá outras providências. Lei N.º 2854/1978* [Prédio do Palácio dos Leões e Coreto]. (manuscrita)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 122 – janeiro à junho/1985. (digitada)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 123 – junho à dezembro/1985. (digitada)

UBERLÂNDIA. Ata N.º 124 – janeiro à maio/1986. (digitada)

ACERVO FOTOGRÁFICO

NAGUETTINI, Oswaldo	CORDEIRO, Roberto	FOTO DOADA
AE ON 0041	AE RC 0018	AE 0076
AE ON 0070	AE RC 0024	AE 0080
AE ON 0076	AE RC0031	AE GMG0278
AE ON 0084	AE RC0052	AE JA0931
AE ON 0106	AE RC 0063	AE JA0932
AE ON 0136	AE RC 0064	
AE ON 0159		
AE ON 0160		
AE ON 0212		
AE ON 3432		
AE ON 4088		
AE ON 4089		